

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Jailza do Nascimento Tomaz Andrade

**O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ, NO
ESTADO DO MARANHÃO: a contribuição do município de
Imperatriz**

Taubaté – SP
2017

Jailza do Nascimento Tomaz Andrade

**O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ, NO
ESTADO DO MARANHÃO: a contribuição do município de
Imperatriz**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Taubaté – SP

2017

JAILZA DO NASCIMENTO TOMAZ ANDRADE

**O DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ, NO ESTADO DO
MARANHÃO: a contribuição do município de Imperatriz**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre pelo curso de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação, do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dra. Quésia Postigo Kamimura

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dra. Adriane A. Moreira de Souza Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

Assinatura _____

Dedico esta dissertação ao meu pai Jair Machado Tomaz (*in memoriam*), que sempre explicitou o orgulho que sentia quanto ao meu desempenho escolar.
Ao meu Deus, que sempre me provou que eu nunca estive só.

AGRADECIMENTOS

Deus, como tudo o que tenho, isto também é teu. Muito obrigada.

À minha família, que sempre entendeu essa minha busca pelo conhecimento e relevou minhas ausências, especialmente à minha mãe Luzia, meus queridos Roni, Arthur e Augusto, minha base são vocês. À D'Ajuda, Elizabete, Zélia, Solange, Charles e Patrícia, irmãos de sangue e de fé. Obrigada por me sustentarem com amor e com oração.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Moacir José dos Santos, sem sua instrução, nada do que foi teria sido. Aceite minha homenagem e agradecimento, por segurar na minha mão e me mostrar o caminho correto.

Aos meus professores, em especial ao Dr. Edson Trajano e Dra. Quésia Postigo Kamimura, que me mostraram um caminho constante que fez diferença no meu trabalho. Dra. Adriane A. Moreira de Souza, que me mostrou que correção e gentileza podem andar juntas. À equipe da secretaria e biblioteca, que sempre me ajudaram em tudo o que precisei.

Aos meus colegas de jornada, que muitas vezes dividimos as angústias, os sonhos, os sorrisos e também as lágrimas. Vocês tornaram nossa jornada mais amena e feliz.

Por fim, obrigada a todos que aceitaram sonhar comigo, sabendo que este dia de conclusão chegaria, muitas vezes, quando nem eu mesmo acreditava.

“Eu farei de você uma muralha de bronze fortificada diante deste povo; lutarão contra você, mas não o vencerão, pois estou com você para resgatá-lo e salvá-lo”, declara o Senhor.

Jeremias 15:20

RESUMO

A centralidade é objeto de estudo há décadas, de maneira que seja possível entender, entre outros motivos, o que faz com que determinada localidade ou região se estabeleça como lugar central, a ponto de atrair trabalhadores, empresas e organizações. Sob essa perspectiva, estabeleceu-se como objetivo deste estudo, analisar de que forma a centralidade exercida pelo município de Imperatriz - MA contribui para o desenvolvimento dos municípios que compõem a microrregião de Imperatriz, fato que configura a relevância da pesquisa, que é entender como os benefícios advindos desta centralidade contribuem para o desenvolvimento dos demais municípios da microrregião, considerando que a cidade é referência para diversos serviços como os de saúde, educação, oportunidades de emprego e serviços públicos. Para tanto, optou-se pelo método descritivo e exploratório, utilizando uma abordagem qualitativa, acrescida de análise da literatura e de dados secundários. Os resultados foram apurados por meio da construção de uma linha do tempo, que possibilitou verificar quais fatores contribuíram para o estabelecimento da centralidade de Imperatriz - MA, além de realizar o exame de indicadores disponíveis em bases oficiais publicadas pelo Governo Federal, como resultado dos censos a partir do ano de 1991, além de consultas ao site do Ministério do Trabalho que disponibilizou dados a partir de 1985, entre outros, o que permitiu identificar as condições socioeconômicas dos municípios da microrregião. Verificaram-se as oportunidades geradas por diferentes mercados de trabalho e finalmente conhecer os serviços públicos disponíveis em Imperatriz – MA, demonstrando que a relação entre os municípios vai além da busca de serviços em geral, mas também que as ações constantes do pacto federativo reforçam ainda mais esta dependência, pois os municípios não possuem os recursos necessários para atender as obrigações legais que seriam responsabilidade municipal. Tais fatores, em conjunto, colaboram para a centralidade de Imperatriz - MA, que continua a referência de oportunidades e de atendimento das demandas da população da região.

Palavras-chave: Planejamento e Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Territorial. Imperatriz.

ABSTRACT

THE DEVELOPMENT OF THE MICRORREGION OF IMPERATRIZ, IN THE STATE OF MARANHÃO: the contribution of the municipality of Imperatriz

The centrality has been studied for decades, so that it is possible to understand, among other reasons, what makes a certain locality or region as a central place, to the point of attracting workers, companies and organizations. From this perspective, the purpose of this study was to analyze how the centrality exercised by the municipality of Imperatriz - MA contributes to the development of the municipalities that make up the Imperatriz microrregion, a fact that shapes the relevance of the research, which is to understand how the benefits derived from this centrality contribute to the development of the other municipalities of the micro-region, considering that the city is a reference for several services such as health, education, employment opportunities and public services. For that, the descriptive and exploratory method was chosen, using a qualitative approach, plus analysis of the literature and secondary data. The results were verified through the construction of a timeline, which allowed to verify which factors contributed to the establishment of the centrality of Imperatriz - MA, as well as to carry out the examination of the indicators available on official bases published by the Federal Government, as a result of censuses since 1991, in addition to consultations with the website of the Ministry of Labor that provided data from 1985, among others, which allowed the identification of the socioeconomic conditions of the municipalities of the microrregion. The opportunities generated by different labor markets were verified and finally the public services available in Imperatriz - MA, demonstrating that the relationship between the municipalities goes beyond the search for services in general, but also that the actions contained in the federal pact reinforce still this dependence, since the municipalities do not have the necessary resources to meet the legal obligations that would be municipal responsibility. These factors, together, contribute to the centrality of Imperatriz - MA, which continues the reference of opportunities and meeting the demands of the population of the region.

Keywords: Planning and Regional Development. Territorial Development. Imperatriz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Microrregião de Imperatriz.....	20
Figura 2 - Esquema da Teoria dos Lugares Centrais.....	49
Figura 3 - Recorte do mapa do Maranhão	58
Figura 4 - Linha do tempo de Imperatriz – MA	68
Figura 5 - Mapa de uso do solo de Imperatriz - MA em 2008.....	71
Figura 6 - Mapa de uso do solo de Imperatriz – MA em 2012.....	72
Figura 7 - Mapa de uso do solo de Imperatriz – MA em 2014.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do emprego formal no Brasil – 2003 a 2014	84
Gráfico 2 - Evolução do estoque de emprego na construção civil em Imperatriz - MA	86
Gráfico 3 - Imposto arrecadado em Imperatriz - MA	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese das formulações sobre desenvolvimento	35
Tabela 2 - Plano para coleta de dados.....	61
Tabela 3 - Evolução do uso e ocupação do solo de Imperatriz - MA	74
Tabela 4 – Dados socioeconômicos da microrregião	76
Tabela 5 - Índice de Gini	78
Tabela 6 – Renda <i>per capita</i> e IDHM dos municípios	79
Tabela 7 – PIB por município	80
Tabela 8 - Objetivos do milênio	81
Tabela 9 - Evolução do emprego formal	83
Tabela 10 - Evolução do emprego na construção civil	85
Tabela 11 - Plantio de eucalipto na microrregião de Imperatriz - MA.....	87
Tabela 12 - Quantidade de funcionários por município da microrregião	88
Tabela 13 - Local do nascimento / moradia antes do ensino superior / moradia atual	89
Tabela 14 - % de matrículas nas IES por programa de acesso, por curso	91
Tabela 15 - % de jovens entre 18 e 24 anos cursando nível superior.....	93

LISTA DE SIGLAS

ACII	Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APL	Arranjos Produtivos Locais
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CELMAR	Celulose do Maranhão
CODIVAP	Consórcio de Desenvolvimento Integrado para o Vale do Paraíba
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OECD	<i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PDR	Plano Diretor de Regionalização
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPI	Programação Pactuada Integrada
PROUNI	Programa Universidade para Todos

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST SENAT	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte
SLP	Sistemas Locais de Produção
SUS	Sistema Único de Saúde
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
VARIG	Viação Aérea Rio-Grandense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Problema	16
1.2	Objetivos.....	19
1.2.1	Objetivo Geral.....	19
1.2.2	Objetivos Específicos.....	19
1.3	Delimitação do Estudo	19
1.4	Relevância do Estudo	21
1.5	Organização do Trabalho.....	25
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	26
2.1	Desenvolvimento Regional	26
2.2	Território	37
2.3	Desenvolvimento Territorial.....	42
2.4	Centralidade	46
3	MÉTODO.....	53
3.1	Tipo de Pesquisa	53
3.2	Local de Pesquisa.....	56
3.3	Coleta de Dados	58
3.4	Plano para Coleta de Dados	60
3.5	Plano para Análise de Dados.....	61
4	RESULTADOS.....	63
4.1	Condições Históricas que Estabeleceram a Centralidade de Imperatriz – MA na Microrregião.....	63
4.2	O Perfil Socioeconômico da Microrregião de Imperatriz - MA	82
4.3	Oportunidades de Emprego Geradas em Imperatriz/ MA Frente à Microrregião.....	82
4.4	A Relação de Dependência dos Municípios da Microrregião de Imperatriz Relacionados ao Ensino Superior, Transporte, Saúde e Serviços Públicos.....	89
5	DISCUSSÃO.....	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	116
	ANEXO A – PLANTIO DE EUCALIPTO NO ESTADO DO MARANHÃO.....	124

1 INTRODUÇÃO

É possível perceber que em uma mesma região existem cidades grandes e pequenas. Em outras regiões, existem lugares que não apresentam condições adequadas à elevação ao status de município. Com base nessa e em outras observações, Christaller (1966) dispôs-se a estudar as teorias geográficas sobre a urbanização, que leva aos lugares centrais. O autor argumenta que as condições naturais da geografia do lugar, por si só, não teriam como explicar o tamanho e a distribuição aleatória das cidades.

A trajetória histórica, embora com poder de revelar fatos, não alcançaria as leis econômicas e o uso da estatística, apenas, levaria tão somente a probabilidades para definição de lugares centrais, segundo defendeu Christaller (1966). Para ele, tanto o desenvolvimento quanto o declínio das cidades dependeriam de fatores econômicos, e a geografia das localidades seria fator diferencial.

Christaller (1996) buscou entender por que existem cidades grandes e outras pequenas e por quais motivos elas estão distribuídas de maneira tão irregular, demonstrando que sua distribuição não era desordenada, mas que havia uma regularidade e também uma hierarquia nessa disposição. Para o autor, o “lugar central” seria o responsável por distribuir bens e serviços às outras cidades ao seu redor, tal qual acontece hoje com o município de Imperatriz – MA, que assumiu essa função distribuidora no sul do Maranhão e até em outros estados, tais como o Pará e o Tocantins.

O município de Imperatriz – MA apresenta-se hoje como uma cidade em processo de desenvolvimento, fortalecida pela presença de instituições públicas e da sociedade civil organizada, órgãos governamentais, várias agências bancárias e opções escolares variadas, contando ainda com um instituto federal, dezenas de escolas particulares, faculdades e universidades, além de deter hospitais referenciados que atendem a todos os municípios da região em estudo (ACII, 2011).

Nos últimos anos, o ramo da construção civil na cidade se fortaleceu, favorecido pelo crescimento da população, conforme estudos de Nogueira (2015) e consequente ampliação da zona urbana, além de ter, em sua área, uma das maiores empresas de celulose do país, fato que colocou Imperatriz – MA no rol de empresas exportadoras instaladas no Brasil.

Contudo, observa-se que as outras cidades que compõem a microrregião de Imperatriz/MA não têm crescido na mesma proporção e dependem desta para os mais variados temas, desde o uso do aeroporto – o único em um raio de mais de 600 km no Estado – até a uma simples consulta médica, pois a maioria dessas cidades não possui clínicas ou hospitais em funcionamento.

O desenvolvimento dos outros municípios inseridos na microrregião vem reafirmar a assertiva de Perroux, ao dizer que "o crescimento não aparece, simultaneamente, em toda a parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia" (PERROUX, 1977, p. 146).

O município de Imperatriz - MA, ao longo de sua história, passou por vários ciclos econômicos, responsáveis por garantir sua economia no início da sua constituição. Destaque para o ciclo do arroz, da madeira e da castanha. Percebe-se que tais ciclos eram baseados invariavelmente no extrativismo e, quando a fonte de extração se esgotava, a cidade voltava para a estagnação econômica, sem o alcance do desenvolvimento contínuo (FRANKLIN, 2008).

Essa situação começou a mudar com a construção da rodovia BR-010, feita para ligar a cidade de Belém, no Pará, à capital federal Brasília, no Distrito Federal. Essa rodovia divide o perímetro urbano de Imperatriz, ligando a cidade à capital do Estado e, conseqüentemente, aos demais lugares, superando o isolamento em que vivia até a década de 1950, pois não havia ligação de Imperatriz/MA com outros lugares por rodovias, mas tão somente por meio fluvial, conforme demonstraram as pesquisas de Franklin (2008). É possível afirmar que a BR-010 contribuiu decisivamente para o crescimento da cidade e sua centralidade regional.

Com tais mudanças e privilegiada por sua localização estratégica entre os Estados do Maranhão, Pará e Tocantins, além da disponibilidade de mão de obra excedente, aeroporto, entre outros atrativos, Imperatriz/MA passou a disputar com outras cidades do estado a preferência das empresas como opção para ali se instalarem, fato que tem reafirmado sua tendência de centralidade.

Quanto aos demais municípios que compõem a microrregião, alguns existiam há várias décadas, mas vários deles se emanciparam da própria Imperatriz/MA durante a década de 1990, quando foram elevados à categoria de municípios. Nos diversos processos de emancipação que passou, Imperatriz cedeu o equivalente a 90,46% do seu território, que foram destinados à criação dos novos municípios. Tal

trajetória implicou na concentração urbana da população de Imperatriz, pois 95% dos habitantes residem na cidade, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Assim, por não mais dispor de vasta extensão de terras que outrora eram dedicadas à agricultura, o município de Imperatriz – MA abriga outras formas de ampliar sua economia e fomentar seu desenvolvimento, conforme exposto por Sanches (2004). Segundo ele, “a mão de obra não é a função precípua do empreendimento. A primeira função do empreendimento, enquanto empreendimento capitalista, é dar lucro” (SANCHES, 2004, p. 50).

Tal afirmação corrobora Harvey (2006), cujos estudos sobre os conceitos capitalistas permeiam esta pesquisa.

Para este estudo, há que se considerar a definição de microrregião o que descreve a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 25, §3º, como sendo um agrupamento de municípios limítrofes, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. Salienta-se que, em muitos casos, a lei complementar inexistente, sendo acatada a divisão feita pelo IBGE, que faz tais divisões das microrregiões com finalidades estatísticas.

Dadas as características da inserção regional de Imperatriz - MA, o presente estudo se propõe a analisar o desenvolvimento de sua microrregião, e de que maneira o município contribui para o desenvolvimento de sua microrregião.

1.1 Problema

As diferenças quanto à presença de infraestrutura pública e oportunidades de inserção produtiva distinguem os municípios com condições mais adequadas quanto ao atendimento da população daqueles que, por suas carências quanto a esses recursos, caracterizam-se por abrigar populações que buscam em outros municípios o atendimento das suas necessidades.

Uma vez que se estuda a centralidade, buscou-se fundamento nas proposições de Harvey (2014). O autor associa a centralidade de uma região ou município à acumulação capitalista quanto à sua dinâmica territorial, especialmente quanto à contração do tempo e do espaço enquanto desafios ao crescimento econômico.

Harvey (2014) aprofundou suas pesquisas sobre a atuação do capitalismo contemporâneo, criticando fortemente o modelo capitalista de produção e o poder que exerce sobre as cidades, pois segundo ele, “a cidade foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital” (HARVEY, 2014, p.20), levando o leitor a pensar que os meios não justificam os fins, uma vez que pode haver comprometimento social, ambiental e até mesmo político.

Percebe-se aí uma similaridade com o momento pelo qual passam os municípios ora estudados, pois a população já não se satisfaz com o que há disponível nas cidades mais interioranas, buscando em municípios com maior disponibilidade de bens e serviços a satisfação das suas necessidades, que foram despertadas e que, para tais pessoas, passaram a ser fundamentais.

A principal preocupação de Harvey (2014) é a insustentabilidade do capitalismo, pois há a tendência de se projetar a expansão econômica como infinita mediante a expectativa de um crescimento exponencial. Para o autor, o Estado é o espaço social para se combater as contradições produzidas com as disfuncionalidades do capital.

Na perspectiva de Harvey (2014), episódios como a crise imobiliária que assolou os Estados Unidos em 2008 evidenciam as contradições do capital derivadas da concentração funcional e espacial do capital associada ao predomínio do capital financeiro, com desdobramentos decisivos sobre o desenvolvimento regional.

Ressalvadas as devidas proporções, Imperatriz/MA experimentou as contradições dos ciclos de atividade capitalista, pois cada vez que se esgotavam os processos de extrativismo, o município voltava a ficar estagnado economicamente, gerando desemprego para aqueles que, movidos pela atratividade de ofertas de emprego, se deslocavam para a cidade na década de 1950 (FRANKLIN, 2008).

Para Harvey (2014), a modificação do ambiente urbano altera a vida da população, diferencia suas possibilidades de conseguir emprego e altera até mesmo seus valores políticos e a forma de perceber o mundo.

Portanto, Harvey (2014) não propõe um modelo de cidade, mas sim a definição de micropolíticas específicas para determinados lugares, para que uma nova forma de repensar as cidades seja realizada, a fim de que se consiga o

equilíbrio entre as necessidades das pessoas e os interesses dos demais, sejam eles do Estado ou do capitalismo dominante.

Isso se aplica ao objeto deste estudo, pois o crescimento de Imperatriz atinge diretamente a vida daqueles que por ela são afetados, podendo gerar imigração e o conseqüente inchaço da cidade centralizadora, neste caso, a própria Imperatriz/MA.

Enquanto Harvey (2006) dedica seus estudos à compreensão dos efeitos do deslocamento do capital sobre o espaço para elaborar uma geografia do capitalismo, tem-se Frúgoli Jr (2000), dedicado ao estudo do processo de disputa pelo centro de São Paulo - SP, com os diversos interesses nem sempre explícitos, sejam eles políticos, econômicos ou institucionais. Em seu estudo, Frúgoli Jr (2000) cita o caso da criação de Brasília, cidade que foi construída por pessoas de todo o Brasil, mas que, invariavelmente, não puderam habitar os lugares que ajudaram a construir, uma vez que não tinham condições financeiras de ali residir.

Portanto, acabavam fixando residência no entorno da cidade, criando o que se tornou conhecido como cidades satélites, ou seja, que existem no entorno, já que o centro é dedicado ao capitalismo exercido por aqueles que possuem condição financeira de ali habitar.

Esse fenômeno é percebido também em Imperatriz - MA, que tem abrigado grandes condomínios de luxo, mas os trabalhadores envolvidos na construção dos empreendimentos não possuem condições de moradia ali, partindo para loteamentos clandestinos e para a periferia, onde a infraestrutura é precária, pois disputam a preferência do governo com os grandes condomínios, áreas nobres, que exigem do poder uma infraestrutura pesada e cara para os cofres públicos.

Muitas das pessoas que constroem modernos prédios comerciais, residenciais e condomínios em Imperatriz/MA são oriundas das cidades do entorno e acabam por contribuir com a aglomeração da periferia.

Para as pessoas que chegam para trabalhar em Imperatriz - MA, a oportunidade de emprego encontrada parece compensar a vida na periferia, pois provavelmente teriam ainda menos oportunidades em suas cidades de origem.

Esse novo "cidadão imperatrizense" contribui para fortalecer a centralidade de Imperatriz - MA, enquanto o dinheiro enviado para suas cidades de origem nem sempre é suficiente para impulsionar a economia de tais cidades, deixando-as estagnadas e em constante dependência de Imperatriz/MA.

Diante desse contexto, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: como a centralidade de Imperatriz – MA contribui para o desenvolvimento da microrregião de Imperatriz?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar de que forma a centralidade exercida pelo município de Imperatriz contribui para o desenvolvimento dos municípios que compõem a microrregião de Imperatriz - MA.

1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar as condições históricas que estabeleceram a centralidade de Imperatriz - MA na microrregião;
- Identificar o perfil socioeconômico da microrregião de Imperatriz - MA;
- Verificar oportunidades de emprego geradas em Imperatriz - MA frente à microrregião;
- Conhecer a relação de dependência dos municípios da microrregião com Imperatriz - MA quanto ao ensino superior, transporte, saúde e serviços públicos.

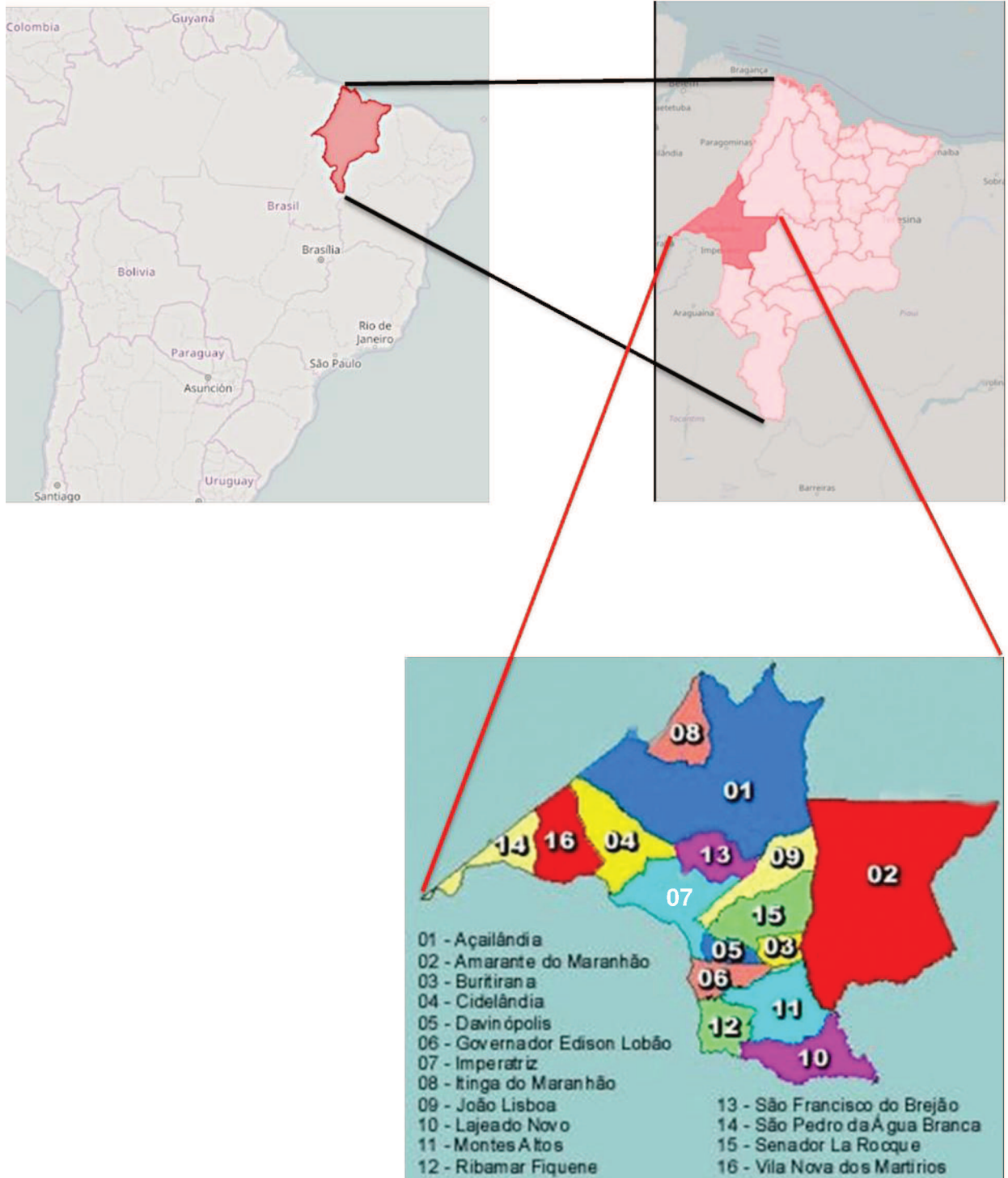
1.3 Delimitação do Estudo

Este estudo tem como base para pesquisa os municípios situados na microrregião de Imperatriz, no Estado do Maranhão, composto por 16 localidades, quais sejam: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios.

A Figura 1 retrata a localização de Imperatriz/MA e dos demais 15 municípios que compõem a região deste estudo, possibilitando visualizar a localização

estratégica da área estudada e a proximidade com os Estados limítrofes de Imperatriz/MA.

Figura 1: Mapa da Microrregião de Imperatriz



Fonte: IBGE (Mapa do Brasil e do Maranhão), 2017, Citybrazil (Mapa da Microrregião de Imperatriz), 2017
Adaptados pela autora

O fato de que vários municípios foram desmembrados de Imperatriz - MA reforça a delimitação dessa região, uma vez que a separação política aconteceu há mais de duas décadas, mas a relação de dependência ainda existe, reconhecida, por exemplo, na referência feita pelo Governo Estadual ao instalar Imperatriz – MA como local designado a atender os encaminhamentos de saúde de outros municípios, fato originado a partir da aprovação da Programação Pactuada Integrada – PPI/98, de acordo com o que foi estabelecido na Norma Operacional da Assistência à Saúde. No ano de 2004 foi criado o Plano Diretor de Regionalização – PDR, com o propósito de nortear as áreas de atuação dos hospitais públicos do Maranhão, amparados pela regionalização do Maranhão, conforme Lei Complementar n° 8.717 de 21 de novembro de 2007.

Outra possibilidade para a delimitação do estudo seria pesquisar apenas a Região Metropolitana de Imperatriz, composta pelos municípios de João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene, além da própria Imperatriz, mas tal recorte excluiria os municípios de Açailândia, Amarante do Maranhão, Cidelândia, Itinga do Maranhão, Lajeado Novo, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios, o que diminuiria o poder de análise comparativa desta pesquisa.

Caso o recorte fosse ampliado para a macrorregião de Imperatriz - MA, elevaria-se a base do estudo para 42 municípios, levando a pesquisa a um sentido oposto do parágrafo anterior, pois um universo muito grande de dados não possibilita a análise em profundidade, necessária à uma pesquisa qualitativa.

Feitas tais considerações, justifica-se que o presente estudo limita-se a analisar o desenvolvimento da microrregião de Imperatriz, no Estado do Maranhão, e qual a contribuição do município para tal desenvolvimento.

1.4 Relevância do Estudo

Discorrer sobre desenvolvimento regional é relativamente novo para a microrregião de Imperatriz/MA, fato que tem sido pontuado por variados estudos acadêmicos, como o de Nogueira (2015) e Sousa (2016).

Entretanto, nacional e mundialmente, o desenvolvimento regional é discutido, criando uma base conceitual sólida, embora em constante evolução e renovação por meio dos trabalhos desenvolvidos por novos estudiosos e pesquisadores.

Este estudo considerou os conceitos sobre centralidade, desenvolvimento regional, polos de desenvolvimento, além de indicadores socioeconômicos, com o objetivo de aplicar tais conceitos e resultados na análise da situação atual dos municípios objeto deste estudo, com vistas a obter um legado que facilite o entendimento de como a centralidade de Imperatriz-MA contribui para o desenvolvimento de toda a região estudada.

Hoje vista como cidade central, Imperatriz/MA nem sempre foi assim, segundo relata Franklin (2008):

Em 1952, Imperatriz comemorou o centenário do início de sua povoação. Nesses 100 anos, apesar dos cíclicos surtos de crescimento econômico, não havia passado de uma cidade de pouca importância política e econômica, enclavada em local de difícil acesso e isolada da Capital. Dentre as cidades maranhenses da região, era a única que não possuía estradas e aonde nem sequer chegara um caminhão. Era ainda a “Sibéria maranhense”, para onde os funcionários públicos indesejados eram enviados sem tempo para retorno. Na Capital, Imperatriz costumava ser citada como cidade promissora, no entanto, sempre relegada nos programas de desenvolvimento. Nem escolas, nem estradas, nem hospital ou mesmo posto de saúde possuía. Suas vastas e ricas áreas de terras devolutas eram apenas esperança de dias mais frutuozos (FRANKLIN, 2008, p. 101).

Observa-se que, há pouco mais de meio século, a cidade hoje estudada por sua centralidade era classificada como um lugar indesejado e sem expectativa de melhoria.

O cenário foi alterado com a construção da rodovia BR-010. Por estar estrategicamente instalada em uma região de entroncamento dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, Imperatriz – MA passou a se estabelecer como polo distribuidor dos mais diversos itens, o que favoreceu o crescimento do comércio local, crescimento este que ocorreu lentamente até ter início ao também lento processo de industrialização mas que, todavia, continuou a atrair ainda mais pessoas para seu território, tais como fornecedores e trabalhadores, que sempre se deslocam em busca de melhores condições.

Entretanto, esse crescimento não foi observado para as demais cidades da microrregião na mesma proporção, restringindo-se à Imperatriz - MA.

Perroux (1981) assinala que uma das características que se requer no novo desenvolvimento é que ele seja global: “designa uma visão de conjunto das dimensões de um todo humano e a diversidade dos aspectos que devem ser

assumidas nas suas relações, para além das análises especiais” (PERROUX, 1981, p. 31).

Esse novo desenvolvimento, quando aplicável a apenas um ou outro ponto como, por exemplo, a geração de emprego ou melhoria no acesso à saúde ou à educação, feitos de forma isolada um do outro, não atenderia aos interesses da coletividade, pois aconteceria em detrimento das necessidades globais da população, com a replicação da dinâmica econômica característica a realidade brasileira, que é o crescimento com concentração de renda.

Tal fato é observado em Imperatriz - MA e região, pois enquanto o município de Imperatriz continua seu crescimento e sua acumulação de riquezas, as cidades do entorno patinam sobre si mesmas e ficam estagnadas, ampliando a diferença de desenvolvimento entre si.

A acumulação de riquezas ocorre tanto para pessoas físicas quanto para empresas e o próprio governo, que geralmente não estão dispostos a renunciar aos benefícios da acumulação e do rendimento proporcionados com a concentração econômica.

Ao se destacar como cidade central, Imperatriz – MA atrai para si muitas pessoas que buscam emprego e melhores condições de renda. Entretanto, seu processo de industrialização ainda é recente, e a maior concentração de empregos é no comércio e na prestação de serviços, diferentemente do que foi observado por Furtado (1983), quando relata preocupação com o desenvolvimento dos Estados Unidos, ao afirmar que “um número reduzido de grandes empresas, organizadas sob a forma de sociedades anônimas, tende a controlar uma fração crescente do poder de decisão na economia [...]”.

Depreende-se que os parâmetros aplicados para analisar a dinâmica econômica de Estados-nação não são replicáveis para municípios com características similares à Imperatriz - MA, pois além da instalação recente de atividades industriais, as grandes empresas, com mais de 500 funcionários, ainda são reduzidas.

Portanto, ao estudar como a centralidade de Imperatriz - MA contribui para o desenvolvimento regional da microrregião, há que se considerar as particularidades regionais e a forma real com que o desenvolvimento acontece nessa região do país.

Enquanto no passado ocorria a rígida separação entre a produção agrícola e a atividade industrial urbana, atualmente as indústrias estão próximas às cidades e

fomentam o movimento de pessoas, fornecedores e bens no seu entorno, com a diluição dos espaços no município.

As cidades deixaram de exercer papel puramente comercial ou religioso e passaram a concentrar atividade produtiva, antes restritas ao campo, conforme observado na afirmação a seguir:

O espaço produtivo, propriamente dito, é cada vez mais a cidade, onde também as populações humanas se concentram mais. A cidade se torna ainda o meio de trabalho para a maior parte da população ativa e o meio de existência para a maior parte das pessoas (SANTOS, 1994, p.119).

Destarte, por não terem em seus domínios um processo de desenvolvimento suficiente para reter seus habitantes, as cidades da microrregião acabam por depender do município de Imperatriz, atuando como cidades satélites, que orbitam no entorno da cidade maior, e observa-se que a concentração promovida por essa centralidade faz com que a produção de bens e serviços aumente ainda mais o consumo, o que acabará por impulsionar ainda mais o crescimento de Imperatriz - MA.

Entretanto, é fato que a centralidade de Imperatriz – MA não está baseada somente no crescimento industrial, o qual é recente, mas também no favorecimento do comércio, na aglomeração de instituições governamentais, na infraestrutura, entre outros, conforme já afirmava Castells (2000):

Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de classe específica: a burguesia (CASTELLS, 2000, p.45).

Assim, este estudo é relevante na medida em que busca entender de que forma os benefícios gerados pela centralidade de Imperatriz – MA contribuem para fazer com que as demais cidades também se desenvolvam principalmente na capacitação da mão de obra, na abertura de novas oportunidades de emprego, na proximidade que possibilita cursar o ensino superior no município de Imperatriz e até mesmo na melhoria das condições de saúde, fatores que juntos acabam por refletir na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada localidade.

1.5 Organização do Trabalho

Para compor tal estudo, optou-se pela divisão em seções, conforme segue: a primeira seção é composta pela introdução, descrição do problema, objetivo geral e objetivos específicos, delimitação do estudo, a relevância deste e a forma com que está organizado.

Ato contínuo apresenta-se a segunda seção, que traz a revisão da literatura, a explanação dos conceitos sobre desenvolvimento regional, território, desenvolvimento territorial e centralidade.

Compondo a terceira seção, é apresentada a metodologia escolhida, o tipo de pesquisa, o local onde a pesquisa foi desenvolvida, o plano para a coleta dos dados, seguido da forma de análise destes. Além disso, são apresentadas as bases utilizadas para a obtenção dos resultados que demonstramos e os atrativos existentes em Imperatriz/MA, além da situação socioeconômica dos municípios objeto deste estudo.

Na quarta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, seguidos de sugestão quanto às formas de divulgação. Na quinta seção são discutidos os resultados obtidos, verificando se os objetivos foram atendidos, seguidos pela sexta seção, destinada às considerações finais quanto ao que foi pesquisado, finalizando com as referências utilizadas para a concepção deste trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Discorrer sobre desenvolvimento, seja ele regional ou territorial, ou ainda, entender o conceito de centralidade requer reflexões variadas sobre diversos autores, que propõem uma amplitude de conceitos que enriquecem a análise deste trabalho. Por trazer uma linha de pesquisa ampla e difundida no meio acadêmico, optou-se por estudar os conceitos de desenvolvimento regional, território, desenvolvimento territorial e centralidade em tópicos específicos, para possibilitar um melhor entendimento em relação ao tema ora abordado.

2.1 Desenvolvimento Regional

Ao partir do princípio de que o termo desenvolvimento é diferente de crescimento, convém entender os critérios adotados por pesquisadores dedicados ao tema. Para o economista Schumpeter (1997), o desenvolvimento decorre de investimentos em inovação, fato que, para ele, seria o gerador de novos produtos e serviços, cuja demanda impulsionaria o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

Entretanto, antes de Schumpeter, Marx (2010) afirmou que a função primordial da inovação constante no capitalismo era especialmente quanto à manutenção da elevação perene da demanda e a renovação de bens e serviços enquanto fator de manutenção da dinâmica capitalista.

Para Marx (2010), o deslocamento temporal e espacial do capital fundamenta-se na incorporação de novos territórios e populações, bem como na redução do tempo de rotação do capital ante a produção e o consumo. A satisfação dessa premissa decorre da destruição criativa propiciada com os investimentos constantes necessários à manutenção e renovação da dinâmica capitalista.

A dinamização das condições de produção acresce-se à complexa interação entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Perroux afirma que “o desenvolvimento pressupõe a expansão da atividade dos homens em relação aos homens, pela troca de bens ou serviços e pela troca de informações” (PERROUX, 1981, p. 56). Percebe-se que, para ele, o desenvolvimento está intrinsecamente atrelado ao crescimento. No entendimento de Perroux (1981), crescimento e

desenvolvimento são diferentes em seus conceitos, mas não há como ter desenvolvimento sem prévio crescimento.

Entretanto, Furtado (1983) apresenta uma análise diferente ao defender que o crescimento econômico e as inovações tecnológicas podem acontecer sem que, obrigatoriamente, aconteça o desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento produz a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Essa qualidade de vida é refletida em vários aspectos, quando o social, o político e a sustentabilidade recebem os reflexos dessa melhoria, segundo defendeu Clemente (2000), que afirmou que não há como dizer que ocorreu desenvolvimento sem a redução das assimetrias sociais. Sen (2010) racionaliza ao afirmar que o desenvolvimento pode ser visto como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 55).

Nessa afirmação, Sen (2010) considera que a liberdade é o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento, quando o ser humano for livre para ter condições de evitar a fome, o analfabetismo, direitos políticos e puder exprimir-se da forma que desejar.

Sen (2010) relata ainda que, mesmo que uma pessoa seja a mais abastada do mundo, ao ser privada de expressar o que pensa e sente, de nada adianta ter acumulado tanta riqueza; para essa pessoa, tudo o que foi feito para gerar o desenvolvimento não faz diferença, pois não possui assegurada a liberdade de pensar e de agir. Por outro lado, se a população não possui nem o básico para sua subsistência, não possui também condição alguma de reivindicar liberdade de pensamento, por exemplo, uma vez que necessidades básicas ainda não foram atendidas.

Assim, considerando que desenvolvimento é algo que não pode ser analisado de forma isolada, Sachs (2009) salienta que, para se atingir o desenvolvimento de uma forma sustentável, é necessário superar os três estágios a seguir: 1) crescimento desordenado, que é quando há apenas o crescimento econômico, 2) crescimento social benigno, que é quando acontece o crescimento econômico gerando a melhoria da condição social das pessoas e 3) crescimento ambientalmente sustentável, que é quando há o crescimento econômico e a preservação da riqueza ambiental.

Segundo Sachs (2009), o desenvolvimento só se apresenta quando esses três estágios foram satisfeitos: econômico, social e ambiental. Para um país com

extensão territorial continental, o desenvolvimento pode apresentar-se satisfatório e em evolução em uma determinada região, sem que obrigatoriamente aconteça nas demais regiões, expresso no desenvolvimento desigual e combinado materializado nas assimetrias regionais.

Uma abrangente definição do conceito de desenvolvimento é apresentada por Vaz (2005), que usa o termo “produtividade social” para fazer entender como os bens e serviços produzidos em determinado local podem contribuir para o bem estar das pessoas e como a distribuição de tais produtos e serviços acontece, concordando com a visão histórica da diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Daí surge a necessidade de entender o conceito de desenvolvimento regional que geralmente é precedido por crescimento econômico, embora não seja uma regra.

De acordo com Perroux (1977), que trabalhou o conceito dos polos de crescimento, ao se instalar em novos lugares, geralmente carentes de crescimento econômico e de desenvolvimento, as grandes empresas atraem fornecedores e trabalhadores de diversos outros lugares.

Essa aglomeração impulsiona o crescimento local que, se bem gerenciado, pode vir a ter como consequência o desenvolvimento da região. Isso é percebido ao analisar o histórico de Imperatriz - MA, conforme escreveu Franklin (2008), que cita os diversos ciclos econômicos pelos quais o município passou, tais como o da castanha e da madeira que, por serem ciclos puramente extrativistas, sem qualquer tipo de gerenciamento que viesse a garantir a renovação da extração, chegou ao fim e não trouxe o desenvolvimento almejado.

Se “o entendimento do desenvolvimento exige a superação de uma abordagem estritamente centrada na perspectiva econômica” (VIEIRA; SANTOS, 2013, p. 281), é possível analisar outros fatores, considerando que o desenvolvimento pode acontecer tanto de forma quantitativa quanto qualitativa e, por isso mesmo, é necessário considerar variáveis culturais e sociais.

Eles argumentam que o desenvolvimento tem um poder transformador tamanho que sua efetivação “altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra” (VIEIRA; SANTOS, 2013, p. 289).

Feitas tais considerações, é possível dizer que o desenvolvimento ampara-se na inovação dos processos, do modo de pensar e de agir, proporciona a melhoria na

distribuição de renda, trabalha o lado social da humanidade e propicia oportunidade para que as pessoas possam ter o direito de pensar e agir, exercitando a sua liberdade, inclusive a de não querer fazer parte de determinado processo. Existe aqui a concordância com o pensamento de Sen (2010), como citado anteriormente.

Adentrando especificamente em desenvolvimento regional, é salutar destacar a contribuição de autores como Marshall (2011), que foi o precursor do termo “distrito industrial”, a quem cabe o crédito de conhecer, no final do século XIX, a importância das economias externas para o bom desempenho econômico das empresas.

Com essa visão de desenvolvimento distrital, Marshall (2011) exerceu forte influência sobre as recentes abordagens para entender o termo de desenvolvimento regional, impulsionando pensamentos que deram origem aos Sistemas Locais de Produção (SLP) e aos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Embora seja fácil de entender a diferença entre sistema e arranjo, nem sempre as partes envolvidas se dão conta disso, tratando ambas as situações como idênticas, perdendo a oportunidade de estruturar o que falta para a evolução local, deixando a região aberta à especulação da própria população, que pode vir a comparar seus processos com os demais que se destacam (MARSHALL, 2011).

Isso se reflete em uma época em que o conhecimento faz toda a diferença e as novas descobertas são tão efêmeras, que a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), em 1999, denominou a fase atual do desenvolvimento como uma “economia baseada no conhecimento”, ou seja, quem conhece mais ganha mais. Esse ganhar é bem mais que apenas valor econômico, mas é também ganho em conhecimento e em capital intelectual, que pode vir a agregar valor aos bens e produtos. Os valores intangíveis, muitas vezes representados pela cultura, pela boa condição ambiental, pelo bem estar de toda uma gente, também saem ganhando.

Contra-pondo-se à afirmativa, Harvey (2006) considera que o poder centralizado na classe capitalista em momento algum tem a pretensão de favorecer a classe trabalhadora, sendo os capitalistas os reais controladores da economia e da política. Toda produção e conhecimento é revertida em prol da acumulação de riquezas da classe dominante, ou seja, o trabalhador pode até ter o conhecimento, mas o benefício é concentrado nos grupos que controlam o capital.

Assim, Dallabrida (2007) vem considerar que o desenvolvimento regional não acontece de modo autônomo, com acentuada correlação com o processo histórico. Para isso, ele precisa do envolvimento de diversos agentes que irão liderar os processos, da sociedade que precisa aceitar o novo momento e dele fazer parte, e é necessário considerar o histórico local, ou seja, seu passado e suas potencialidades, para usar isso em prol do desenvolvimento.

Na busca da diminuição das diferenças regionais percebidas e sentidas entre as várias regiões, tanto estaduais quanto municipais, tornam-se necessárias efetivas iniciativas que venham a contribuir para a eficácia das políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento regional, reprimindo o acúmulo de capital por si só, em processo em que a riqueza apenas gira entre grupos já abastados, sem qualquer tipo de reversão para o todo.

Os efeitos propulsores de um impulso originado de um centro de expansão industrial e propagado a outras localidades e regiões, que operam por intermédio de demandas ampliadas para seus produtos e por muitos outros meios, vinculam-se ao processo social acumulativo pela causação circular, do mesmo modo que os efeitos regressivos, em oposição aos quais eles criaram mudanças compensatórias. (MYRDAL, 1965, p. 59).

Com base nesse princípio, espera-se que os recentes efeitos de desenvolvimento pelos quais Imperatriz/MA tem passado se manifestem em outros municípios da microrregião. Entretanto, a afirmação de Myrdal (1965) foi feita em momento anterior à criação das cadeias produtivas globais, ou seja, uma empresa pode se estabelecer em determinado local e ter todos os componentes necessários à produção adquiridos em outras localidades, não contribuindo em sua capacidade total para o desenvolvimento local.

Pouco antes, Hirschman (1961) também afirmou que uma empresa, uma fábrica maior, demandaria necessidades que deveriam ser satisfeitas na região onde está inserida e isso faria com que diversas outras empresas fossem criadas, levando a região a se desenvolver.

Esperava-se que essa cadeia de necessidades impulsionasse outras necessidades, outras empresas seriam abertas e aconteceria o fenômeno conhecido como cadeia produtiva local, tão necessário ao crescimento econômico que, se bem administrado fosse pelo poder público, poderia implicar no desenvolvimento regional.

Entretanto, para Arrighi (1997), a industrialização não remete obrigatoriamente ao desenvolvimento. Segundo o autor, a analogia foi tomada como

verdade pelas escolas da “dependência” e da “modernização”. Dessa forma, esperar que o desenvolvimento se efetive em Imperatriz/MA ou nos demais municípios baseando-se na industrialização, segundo Arrighi (1997), pode não ser verdadeiro.

Tassara (2016) observa que a afirmação de Arrighi (1997) pode ser replicada quanto à avaliação do desenvolvimento regional no Brasil. Em seu estudo, Tassara (2016), após análise de indicadores socioeconômicos apresentados em fontes como o Índice de Gini, IDHM, Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e dados da própria Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), concluiu que, embora o município de Morrinhos tenha crescido economicamente bem mais que o município vizinho de Goiatuba, ambos situados na microrregião do Rio Meia Ponte, no Estado de Goiás, isso não foi suficiente para o alcance do desenvolvimento socioeconômico.

Enquanto no período analisado – de 2000 a 2010 – Morrinhos atraiu 19 indústrias, Goiatuba atraiu apenas 5 delas. Conseqüentemente, em Morrinhos houve uma maior movimentação da economia, incentivos fiscais, instalação de distrito industrial, aumento da população urbana, elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento na arrecadação de impostos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), além do aumento no número de empregos com carteira assinada. Porém, quando se observam os indicadores sociais, a diferença é ínfima.

Em 2000, o salário médio pago em Goiatuba já era maior que o salário médio pago em Morrinhos e, mesmo com a industrialização ocorrida, não foi suficiente para a melhoria da renda, permanecendo o maior salário em Goiatuba.

Em seu trabalho, Tassara (2016) apresentou o IDHM dos dois municípios: Morrinhos obteve um resultado de 0,734 e Goiatuba um índice de 0,725, ambos classificados como altos, concluindo que “a industrialização de Morrinhos (GO) não contribuiu o suficiente para que melhorasse seus indicadores de desenvolvimento e que, embora Morrinhos (GO) seja mais industrializada que Goiatuba (GO), a renda *per capita* de ambas são muito próximas, bem como o Índice de Gini, que se manteve estável. Tais indicadores apontam que a industrialização, por si só, não é fator crucial para a melhoria de renda da população (TASSARA, 2016, p. 92-95).

Ademais, a transferência de recursos do governo para o município de Goiatuba supre a falta de industrialização, não influenciando tanto na renda municipal, salienta Tassara (2016).

É indiscutível que a industrialização contribui para a oferta de empregos melhorando a renda dos municípios, mas também vale ressaltar as políticas públicas. É por meio delas que o Estado retribui a arrecadação recebida com o recolhimento dos impostos, oferecendo serviços básicos à sociedade com a finalidade de atender três premissas básicas: saúde, educação e renda (TASSARA, 2016, p. 102).

Esse estudo de Tassara (2016) vem corroborar a colocação de Arrighi (1997) de que a industrialização não produz, obrigatoriamente, o desenvolvimento.

Portanto, partindo desse princípio, não é apenas a falta de industrialização que desfavorece o desenvolvimento dos demais municípios da microrregião de Imperatriz- MA, mas outros fatores a serem estudados, que podem ou não estar interligados entre si.

De acordo com Arrighi (1997), existe um núcleo orgânico que domina tanto a política quanto a área financeira e que a denominada “semiperiferia” pode até se industrializar e se desenvolver, mas isso acontecerá de uma forma que não venha a ameaçar o núcleo orgânico, ou seja, o interesse da classe dominante, alinhando-se à avaliação de Harvey (2006).

Para Arrighi (1997), a existência das periferias é necessária para drenar as riquezas e facilitar a acumulação capitalista daquele núcleo que é beneficiado com a falta de desenvolvimento generalizada.

O autor afirma que “quanto mais alto na hierarquia de riqueza está um Estado, melhor posicionados estão seus dirigentes e cidadãos na disputa por benefícios” (ARRIGHI, 1997, p.215).

Ademais, dificilmente um local menos favorecido encontrará condições positivas para disputar com aqueles mais desenvolvidos o que for necessário ao seu próprio desenvolvimento, pois a relação de poder entre eles impedirá essa disputa, que já nasce comprometida.

Persiste aí a dominação existente desde o período colonial, amparada não apenas pela força econômica e por decisões políticas, mas, sobretudo pelo controle dos processos que levam à formação de opinião dos próprios dominados, levados a crer, muitas vezes, que o melhor é continuar como está.

Para Furtado (1983), o subdesenvolvimento é um processo histórico. Para ele, por exemplo, a mão de obra necessária a fomentar a produção, como condicionante de desenvolvimento, migra de um lugar para outro em busca de

melhor remuneração e condições de vida. Segundo ele, o subdesenvolvimento não é um degrau para o desenvolvimento, mas uma situação tão somente histórica.

O fato é que a desigualdade persiste e é preocupação declarada, inclusive, na Constituição Federal do Brasil (1988), quando em seus objetivos fundamentais se propõe a “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais do país”.

Esse fato pode ser o norteador das políticas públicas com vistas a proporcionar mais a quem tem menos. A partir disso, surgem recentes discussões acerca das causas das diferenças encontradas no desenvolvimento regional, conforme destaque a seguir:

O discurso oficial e hegemônico prega a redução das desigualdades sem tocar nas suas causas. Ele apenas acusa as desigualdades regionais como causas da falta de desenvolvimento, mas não define quais seriam as causas das tais desigualdades[...] (ETGES; DEGRANDI, 2013, p. 88).

Com base nessa afirmativa, enquanto não houver estudos que comprovem os motivos que levam à tamanha desigualdade em cidades tão próximas, não será possível combater suas causas e proporcionar real desenvolvimento, pois as soluções tendem a não ser o que realmente é necessário ao desenvolvimento de cada cidade, considerando suas particularidades.

Para Etges e Degrandi (2013), a desigualdade é peculiar ao modo de produção capitalista, também corroborando o pensamento de Harvey (2006), Para aqueles, a desigualdade é uma característica, mas também uma consequência dessa produção capitalista e não está alinhada à afirmativa encontrada na Constituição Federal Brasileira de reduzir a desigualdade regional, pois seria uma contradição frente à dominação capitalista, pois isso afetaria a lógica produtiva arraigada no país.

Por isso, entender os motivos que levam ao pequeno desenvolvimento das demais cidades da microrregião de Imperatriz/MA poderá levar a caminhos que tracem oportunidades reais de melhoria para todos.

Para Faé e Flores (2012), os discursos apresentados pelo Estado e o que é apresentado e divulgado pela mídia, tratando dos problemas que afetam o desenvolvimento, distorcem a realidade, pois apontam unicamente como origem dos problemas de falta de desenvolvimento a falta de investimentos, e o parâmetro

utilizado é tão somente o crescimento econômico, como se apenas essa condição fosse resultar na solução de todas as mazelas socioeconômicas.

Para eles, tal discurso distorce os reais motivos que levam uma região a permanecer estagnada em seu desenvolvimento:

Ao pensar a origem de conceitos tais como desenvolvimento regional [...] e desenvolvimento local, é necessário entender o contexto no qual eles emergiram e as razões que fizeram com que tais termos ganhassem importância ao longo do tempo. Cabe salientar que as propostas sempre tiveram por pressuposto básico o fortalecimento do sistema capitalista de produção (FAÉ; FLORES, 2012, p. 411).

Dessa forma, compreende-se que, embora se discorra sobre desenvolvimento regional, é necessário entender em como isso afeta os interesses dos capitalistas, que se beneficiam da desigualdade estabelecida.

No caso da microrregião de Imperatriz/MA, por mais que se fale sobre a necessidade de desenvolvimento de todos os municípios, é possível que a centralidade exercida por Imperatriz/MA atenda aos interesses de quem detém o poder, que beneficie a classe dominante e aqueles que estão acostumados a serem beneficiados e muito provavelmente podem não estar interessados em promover o desenvolvimento de forma igualitária, fato que poderia afetar o poder estabelecido pela concentração do capital.

Nota-se que a implementação de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento depende do entendimento sobre suas características. Assim como as demais linhas de análise, os conceitos sobre desenvolvimento também sofrem mudanças e adaptações ao longo do tempo, influenciadas inclusive mediante à contribuição de diversos pesquisadores, conforme demonstra o levantamento bibliográfico feito por Faé e Flores (2012) na Tabela 1.

Para a região estudada, percebe-se uma miscelânea de situações nos conceitos descritos na Tabela 1, pois algumas cidades estão na fase de concentração industrial (PERROUX, 1977; BOUDEVILLE, 1973), outras em grande dependência do Estado como agente fomentador do desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1961) e outras em fase de crescimento e mudança estrutural (BARQUERO, 2001).

Os diferentes níveis de desenvolvimento são compreensíveis, uma vez que cada lugar possui seu tempo próprio, com seus costumes, seu potencial e seus interesses.

Tabela 1 – Síntese das Formulações sobre Desenvolvimento

Rosenstein-Rodan (1943, 1961)	Valorização da divisão internacional do trabalho Estado planejador e investidor; plano de industrialização em larga escala Redes de empresas complementares. Regiões deprimidas x processo de industrialização.
Perroux (1977); Boudeville (1973)	Concentração industrial em pontos geográficos. Região polarizada
Hirschman (1961)	Aproveitamento dos potenciais (recursos e aptidões) pré-existent nas nações consideradas subdesenvolvidas. O capital externo (financeiro ou maquinário) é fator complementar ao processo desenvolvimentista. Estado como agente coordenador do desenvolvimento. O desenvolvimento como processo contínuo de superação de desequilíbrios prévios
Barquero (2001)	Desenvolvimento econômico local como processo de crescimento e mudança estrutural, através do aproveitamento das economias externas e da introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região.

Fonte: Faé e Flores, 2012, p. 419

Para possibilitar uma análise mais assertiva, baseada em indicadores reconhecidos pelo governo, serão utilizados os dados publicados periodicamente como PIB, IDHM e Índice de Gini, que contribuem para a análise das disparidades socioeconômicas de uma população e lugar. A definição do Índice de Gini, que foi publicada no documento “Variabilità e Mutabilità” em 1912, pode ser assim entendida:

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPEA, 2004, disponível em <http://www.ipea.gov.br/>)

Segundo o Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), uma das vantagens do Índice de Gini é que ele é uma “medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão, ao invés de uma variável representativa da maioria da população”, podendo ser usado, inclusive, para

comparar a distribuição de renda entre diferentes setores da população e cita como exemplos a população urbana e a população rural.

Ainda segundo o IPECE, ele também apresenta algumas desvantagens, quais sejam:

1) ele mede a desigualdade de renda, mas não mede a desigualdade de oportunidades;

2) ele é uma estimativa de igualdade em um momento X, ignorando as mudanças que possam acontecer no ciclo de vida das pessoas. Exemplo: aumento na proporção de jovens x velhos pode distorcer a distribuição da renda. E fatores como mudança de faixa etária e mobilidade nas classes de renda também podem criar uma falsa aparência de igualdade;

3) e ainda pode acontecer que economias com rendimentos e coeficientes de Gini similares possam ter distribuição de renda diferente. Isso é possível se considerar-se que as Curvas de Lorenz, utilizadas na medição do Índice de Gini, podem ter distintas formas e produzir o mesmo resultado.

Considerando que metade das pessoas de uma sociedade não tem renda e a outra metade partilha a renda de forma igualitária, essa sociedade apresentaria coeficiente de Gini de 0,5 – mesmo resultado de uma sociedade onde 75% das pessoas têm partes iguais de 25% da renda, enquanto os 25% restantes possuem partes iguais dos outros 75% da renda.

Já o PIB é uma medida do valor dos bens e serviços produzidos num período, considerando a agropecuária, a indústria e os serviços. Ele visa medir a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. O PIB *per capita* (por pessoa), mede o quanto daquele total produzido cabe a cada pessoa, caso todos tivessem partes iguais.

A tendência é que um país com maior PIB *per capita* tenha um maior índice de desenvolvimento. Entretanto, ele não considera a distribuição de renda desigual, em que alguns são muito ricos e outros muito pobres.

No cálculo do PIB entram todos os bens e produtos finais vendidos ao consumidor final, do pão ao carro, os serviços prestados e remunerados, os gastos do governo para atender a população, desde o salário dos professores até a compra de armas para o Exército.

Ficam excluídos desse cálculo: os bens intermediários para produzir outros bens, os serviços não remunerados e as atividades informais, não registradas.

Este estudo utilizou também o IDHM, criado em 1998 ajustando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para as realidades municipais e também das regiões metropolitanas, refletindo a realidade regionalizada do desenvolvimento humano, conforme consta no site do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Utiliza-se das mesmas dimensões do IDH, que são saúde, educação e renda, mas alguns dos indicadores em sua composição são diferentes. O resultado também varia entre 0 e 1, mínimo e máximo, respectivamente.

É uma adaptação metodológica do IDH em escala municipal e, segundo o Atlas Brasil (2013), a fonte dos dados faz muita diferença, pois enquanto para calcular o IDH utilizam-se dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto de Estatísticas da ONU para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), para o IDHM todos os dados são extraídos dos Censos Demográficos do IBGE, proporcionando um melhor nível de comparação entre as localidades.

Ademais, mesmo oferecendo uma análise de dados mais aprofundada, ainda assim o IDHM não é capaz de cobrir toda a realidade socioeconômica de uma cidade, necessitando de combinação com outros dados como trabalho, habitação, vulnerabilidade social, proporcionando uma visão mais completa da condição do ser humano.

É certo que o desenvolvimento não acontece de forma igualitária para todos, mas ter ações que contribuam para que ele seja contínuo e com oportunidades para todos é item diferencial para a melhoria da qualidade de vida.

2.2 Território

Dallabrida (2016) contextualiza o conceito de território. Segundo o autor, território é o:

[...] espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania [...] recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifesta a expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais (DALLABRIDA, 2016, p. 19).

Neste contexto, percebe-se que, segundo Dallabrida (2016), território pode ser entendido como o local onde as relações de poder são manifestas e está sob o exercício soberano do Estado.

Nesse estudo, Dallabrida (2016) esclarece que entender o conceito de território é fundamental para subsidiar as pesquisas e concretizar as experiências de indicação geográfica. Para ele, a condição territorial daquele espaço é quem cria as manifestações e expressões revertidas em patrimônio cultural, à natureza em si e à forma de gerenciar o poder dentro destes territórios correlacionada à atuação das forças sociais que nele agem.

Observa-se que a definição de território está diretamente ligada ao poder exercido pelo Estado sobre determinada região que sustenta iniciativas administrativas, de relacionamentos, contidas em um ambiente com necessidades típicas de um povo, desde aquelas naturais até as intangíveis, como as religiosas.

Chama atenção ainda para as iniciativas individuais ou grupais nessa definição, pois atribui a elas uma parte da responsabilidade sobre esse território, cada um proporcionando melhorias por meio de suas ações, seja exercendo a força institucional que um grupo social possui, seja exercendo o crescimento econômico advindo do fomento que a iniciativa privada possui.

Para este estudo, considera-se que o território resulta do processo histórico e das interações entre a potencialidade do espaço ocupado e sua inserção na dinâmica econômica nacional, por sua vez sujeita às interações em escala internacional, situação produtora de tensões com os limites das classificações e hierarquias oficiais do Estado nacional dos subníveis de governo estadual e municipal.

Desta maneira, ao se falar em território nesta pesquisa, apresenta-se uma configuração que supera a divisão geográfica e política estabelecida, onde os aspectos culturais e de proximidade também devem ser considerados, não se restringindo ao conceito tradicional de regionalidade e nacionalidade.

Destarte, considerar outras perspectivas para os estudos da relação entre as pessoas e o meio ambiente, no sentido de lugar onde se vive, amplia o pensamento sobre espaço territorial e traz o termo “topofilia”, estudado por Tuan (1980), como sendo “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107).

Esse termo traz um outro ponto de vista para o estudo geográfico no Brasil, que até então se baseava especialmente na geografia crítica embasada na perspectiva marxista, apresentando uma maneira diferenciada, na qual as pessoas e o espaço são vistos como uma relação que não deixa isolada a representação espacial, as culturas e as relações sociais.

Tuan (1980) estuda além dos aspectos econômicos e sociais, favorecendo os aspectos subjetivos e pessoais de quem compõe o território, indo desde o contato físico da pessoa com o meio ambiente até mesmo a relação emocional da pessoa com sua casa e com o que possui.

Portanto, a topofilia promove a ideia de lugar, que transcende a divisão geográfica e, nos termos deste estudo, transcende a municipalização dos dezesseis locais que compõem a microrregião de Imperatriz - MA.

Para Tuan (1980), o espaço urbano é percebido de forma diferente e a maneira como as pessoas respondem a isso depende de fatores diferenciados. Para o autor, “a imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre ou para o vagabundo que dispõe de tempo, mas de quase mais nada” (TUAN, 1980, p. 259).

Essa constatação indica que o mesmo espaço gera expectativas e visões diferentes, dependendo de quem usa o espaço urbano e como o usa. Ou seja, não há um só tipo de pessoa usando o espaço urbano de Imperatriz - MA, mas pessoas de dezenas de localidades, com diferentes anseios, que buscam nessa cidade central a satisfação de suas necessidades e que acabam por influenciar a cidade e sendo por ela influenciados.

Souza (1995) registra que território é um espaço definido, delimitado, onde as relações de poder são exercidas. Para ele, o surgimento do território se dá a partir da Geografia Política, sendo um espaço real, contendo atributos naturais além de uma sociedade devidamente constituída. Para ele, os territórios não são imutáveis, já que as fronteiras entre estes estão em constante alteração, fortemente influenciadas pelo poder público, salientando que território não é apenas uma porção de terra previamente demarcada, mas também áreas delimitadas por determinados grupos como ambulantes, criminosos e qualquer outra relação de poder que grupos sociais exerçam dentro desse recorte geográfico.

A relação de território e desenvolvimento no sentido de que com a ocupação do território a sociedade pode extrair os recursos e condições para se desenvolver é

afirmada por Souza (1995), o que leva a crer que não basta boa vontade para o desenvolvimento acontecer, mas também de recursos diversos, acrescido das condições necessárias para tornar os projetos possíveis.

Para Saquet (2011), o território se apresenta como a apropriação que a sociedade faz de uma porção do espaço geográfico. Ele complementa o raciocínio, explicando sua visão de territorialidade, como um conjunto de relações estabelecidas pela sociedade, argumentando que não há como separar sociedade, espaço, tempo, natureza e território que, embora com conceitos diferentes, são indissociáveis na vida prática.

O pensamento de Saquet (2011) segue a linha de que o território é o produto de relações sociais, envolvendo diversas frentes que identificam a sociedade, como a comunicação, as formas de cooperação e ainda com elementos tanto concretos quanto abstratos nessa definição.

Saquet (2011) direciona seus estudos para a área do desenvolvimento, afirmando que a transformação e a construção de territórios deveriam acontecer a partir da gestão participativa, garantindo a sustentabilidade, uma vez que seriam vários olhares para o mesmo tema.

Uma administração pública que não está aberta a dialogar com a sociedade civil organizada pode equivocar-se na modelagem de projetos escolhidos para serem implantados, uma vez que os temas e realizações podem não ser os mais necessários àquele território, naquele momento, fato que seria resolvido caso outras partes interessadas fossem ouvidas.

Daí surge também a necessidade de audiências públicas, consultas, plano diretor e vários outros documentos e garantias que tenham o intuito de promover o desenvolvimento de forma sustentável nos territórios.

Em outro contexto para território, Dallabrida (2011) afirma que:

A caracterização de um território é definida a partir do momento em que os seus diferentes agentes – cidadania, setor público, setor privado, setor público não-governamental, movimentos sociais etc. – se reconhecem como pertencentes a dado espaço social, econômico, político e cultural (DALLABRIDA, 2011, p.80).

Segundo Dallabrida (2011), a existência do espaço físico, geográfico, não é suficiente para garantir a existência de um território. Torna-se necessário que a sociedade interaja entre si, tanto o poder público quanto iniciativas da própria sociedade organizada e a iniciativa privada. Para ele, quando essas diversas partes

se reconhecem como pertencentes a um território, aí este se inicia, o que, para ele, deriva-se do espaço social, econômico, político e cultural e não apenas de uma demarcação de terra.

Essa linha de pensamento reafirma a definição dada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial, órgão pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, registrada por Favaretto (2010), que afirma que:

Território é um espaço geográfico delimitado, mas também composto pelo ambiente, pela economia, a sociedade, a cultura existente, a política e as instituições, além de uma população com grupos sociais que se relacionam por processos específicos, onde é possível distinguir elementos de identidade e coesão social, cultural e territorial (FAVARETTO, 2010, p. 7).

Dessa forma, as opiniões, a cultura, a preferência política e a sociedade organizada influenciam tanto na forma física quanto na forma estrutural do território, levando à definição desse termo a um pensamento bem maior do que apenas um recorte geográfico.

Na mesma linha de pensamento acima citada por Favaretto (2010), observa-se que Haesbaert (2004) define território sob três visões: a visão jurídico-política, a visão cultural e a visão econômica. Ou seja, é necessário haver uma jurisdição com força política, identidade própria e gestão econômica para que um determinado lugar seja considerado um território.

Com a proximidade do final do século XX, Haesbaert (2004) registrou que diversos pensamentos ganharam destaque, tais como o fim do socialismo e das classes sociais. Nessa mesma trajetória, surgiram aqueles que alimentavam o fim da geografia, fazendo confusão entre o espaço físico e o sentido da palavra em si, considerando os diversos adventos tecnológicos no transporte e principalmente na comunicação.

Essas mudanças impactaram no estreitamento dos laços econômicos, sociais, culturais, físicos e políticos, caracterizando tais processos como des-territorialização, que originou críticas em torno da confusão empregada por muitos entre espaço geográfico e território, como se ambos fossem a mesma coisa.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem, e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBART, 2004, *et al* p. 42).

Desse modo, não se podem observar os aspectos territoriais separadamente, porque seus elementos interagem entre si, conforme afirma Haesbart (2004). Essa questão está presente também nos diversos desmembramentos acontecidos ao longo das várias emancipações municipais, ocorridas principalmente na década de 1990, quando vários municípios foram desmembrados de Imperatriz/MA e passaram a fazer parte como lugares autônomos na microrregião ora estudada.

Sobre o estudo de Haesbart (2004), pode-se dizer que uma divisão territorial não possui significado isolado e estanque; pelo contrário, relacionam-se entre si e complementam-se.

2.3 Desenvolvimento Territorial

Conforme definição de território vista no item 2.2, há que se investigar o que vem a ser desenvolvimento territorial. Conceitualmente, para Corrêa (2009), “é um dos métodos de se considerar as formas de atuação do Estado e de atores locais na promoção de políticas de desenvolvimento [...]” (CORRÊA, 2009, p.23).

Isso posto, considera-se que o desenvolvimento territorial funciona como um termômetro das ações do poder público e de iniciativas privadas que tenham como objetivo estabelecer diretrizes que venham a promover o desenvolvimento local, do território.

Segundo Corrêa (2009), a Comunidade Europeia já trabalhava com estruturas territoriais antes mesmo do processo de industrialização, promovendo interação entre os atores locais e os representantes territoriais, e destes com os Estados. Esse arranjo foi passando por melhorias com o avanço tecnológico, ficando clara a separação entre o urbano e o rural, sendo que o primeiro era considerado privilegiado para o desenvolvimento, justamente por ter as facilidades necessárias mais perto, mais disponíveis.

Para Corrêa (2009), provavelmente essa seja a causa de se considerar como território desenvolvido apenas a região urbana, pois era comum não haver na região rural facilidades como energia elétrica, água encanada e, nos dias de hoje, acesso à internet, por exemplo. Entretanto, ao longo dos anos, percebe-se evolução no meio rural, que já não está tão distante assim da área urbana.

Em sua obra, Spósito (2000) questiona o que faz com que um aglomerado humano, em determinado ponto de um território, evolua ao ponto de se transformar

em uma cidade, que inicialmente existia apenas na forma de aldeia com o objetivo de cultivar a terra.

Ora, se estamos identificando a aldeia, enquanto aglomerado, com as atividades do campo, estamos, por outro lado, contrapondo a cidade ao campo, admitindo a diferenciação urbano x rural. E também a necessidade de "acontecer" o urbano, para que esta diferenciação ecológica apareça. O que há por trás desta diferenciação? Embutida na origem da cidade há uma outra diferenciação, a social: ela exige uma complexidade de organização social só possível com a divisão do trabalho (SPÓSITO, 2000, p. 10)

Com esta afirmação, Spósito (2000) leva o leitor a pensar sobre a diferenciação social existente entre as aldeias e as cidades, possibilitadas pela divisão do trabalho entre as pessoas e o impacto que suas atividades exercem sobre o ambiente onde estão inseridas.

Esta conectividade entre rural e urbano é importante para manter a divisão de trabalho e a produção necessária à manutenção das cidades. Segundo Spósito (2000), a produção excedente era vista não mais como necessária à subsistência, mas pelo poder de mercadoria, passou a proporcionar o lucro e, conseqüentemente, a acumulação de riquezas

Certos de que a presença do homem no campo é necessária, o governo adquire os produtos hortifrutigranjeiros por meio da gestão municipal, produtos estes que são destinados à alimentação de estudantes, que compreende desde a educação infantil até o ensino médio e também a educação de jovens e adultos (FNDE, 2017), realizando o repasse financeiro para essas despesas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Isto se dá com o objetivo de manter as famílias no campo, gerando renda, aumentando a economia local, uma vez que 30% do que é dispendido com alimentação escolar, deve ser destinado a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, conforme dispõe a Lei número 11.947 de 16 de junho de 2009.

Essa agricultura familiar tem sido uma característica de Imperatriz - MA, pois por tratar-se de um município com concentração da população na cidade, não é possível implantar a agricultura extensiva, tal qual acontece no município maranhense de Balsas (SANCHES, 2004, p. 49-51).

O desenvolvimento territorial vem contrapor o pensamento fordista, que valorizava as grandes indústrias e a produção em massa, uma vez que as iniciativas territoriais, muitas vezes alavancadas por iniciativas de micro e pequenas empresas, são fortes instrumentos para o desenvolvimento de determinado lugar, alicerçado principalmente na iniciativa popular.

De acordo com Tenório (2011), o fordismo exerceu papel fundamental no início do século passado, quando a fabricação de carros era feita de forma rudimentar, e H. Ford, além de desenvolver uma linha de montagem, também desenvolveu a produção em massa, reorganizando a produção e o trabalho.

Essa reorganização fez a produção aumentar, atraiu trabalhadores, fornecedores e despertou o desejo pelos carros fabricados, marcando uma época. Entretanto, se o desenvolvimento dependesse unicamente de grandes fábricas e suas linhas de produção, não se poderia dizer que existiria desenvolvimento em pequenas cidades, cuja vocação seria, por exemplo, o turismo para descanso. Não seria correto afirmar que elas não são desenvolvidas, mas sim que, dentro do seu propósito, o desenvolvimento pode ser considerado satisfatório.

Não se pretende aqui provar que o desenvolvimento territorial acontece independentemente de grandes indústrias, mas que pode acontecer mesmo sem a presença delas, mediante políticas públicas de desenvolvimento regional.

Novamente é necessário visitar o conceito de “distrito industrial” preconizado por Marshall (1930), que afirmava que a aglomeração de empresas em um determinado lugar (território) faria com que os custos de produção fossem reduzidos.

Já Becattini (1979) foi além da análise marshalliana e estudou a inclusão de questões sociais, culturais e institucionais como atores do crescimento industrial, oriundo da sinergia dos distritos industriais.

Isso evidencia que essas sinergias, aliadas à articulação exercida pelos atores locais, podem promover o desenvolvimento do território, uma vez que há geração de emprego, existe a sociedade organizada, os custos de produção são reduzidos e o desenvolvimento territorial é desejo comum.

Entretanto, o desenvolvimento de um território carrega em si não apenas um, mas vários fatores que podem alavancar ou paralisar a ação.

Harvey (1992) salienta que as mudanças geradas com o capitalismo, em um processo que ele denomina como “acumulação de riquezas”, despertaram no homem novos hábitos de consumo e novas configurações geográficas. Observando

as mudanças políticas ao longo das décadas, ele nota a passagem do sistema fordista para o “regime de acumulação flexível”.

Harvey (1992) afirma que essa acumulação pode alterar os sistemas de produção considerando as bases econômicas, sociais e geográficas que iriam se apresentar de maneiras diferentes daquelas conhecidas até então. Entretanto, segundo o autor, tais práticas políticas e organizacionais não garantem equidade; ao contrário, efetivam formas de desenvolvimento aptas a reproduzir e ampliar a desigualdade social e territorial.

Percebe-se que o município de Imperatriz é fortemente impactado pela acumulação de riquezas. Confirmando Harvey (1992), o território foi alterado geograficamente, pois a busca pelo dinheiro, alinhada à falta de oportunidades, faz com que a microrregião se estabeleça como região unificada, principalmente em relação aos municípios mais próximos de Imperatriz/MA, pois seus moradores se deslocam para essa região central com a intenção de melhores condições de emprego e de outras tantas necessidades.

A percepção política da região – por ser fronteira com o estado do Tocantins – não se limita à divisão geográfica oficial e é notável a interação entre os habitantes dessa região, mesmo pertencentes a estados diferentes. A interação é a mesma dos habitantes da microrregião, sem distinção.

Caberia, portanto, para fomentar o desenvolvimento, utilizar o potencial que possui para responder às questões de desenvolvimento tão evidentes na microrregião de Imperatriz - MA.

Dallabrida (2013) afirma que o desenvolvimento, seja ele local, regional ou territorial, pode ser entendido como um processo em que a mudança estrutural é necessária e deve ser empreendida por uma sociedade organizada territorialmente, potencializando seus recursos materiais ou não, genéricos ou não, visando melhoria econômica e da qualidade de vida das pessoas.

Portanto, discorrer sobre desenvolvimento sem envolvimento das pessoas, tão somente alçado pela mão do Estado, ou sem conhecimento da sua inserção social e econômica, pode gerar frustração e prejuízo.

Pecqueur (2009) afirma que é necessário definir novas estratégias para sistemas produtivos que sejam possíveis de realizar com baixo custo de produção, sendo que a saída seria diferenciar o produto de cada um, tornando-o “específico” daquela região, ou seja, fugindo dos produtos genéricos.

Em outra obra, o mesmo Pecqueur (2005) salienta que o desenvolvimento territorial possui várias características próprias e que reside na utilização da “proximidade”, mesmo que existam obstáculos e limites que não devam ser desconsiderados.

Para o autor, tal desenvolvimento não ocorre por si só, mas deve ser fomentado por uma ação pública adequada que considere as particularidades territoriais e a vocação do seu povo.

Em uma situação como a encontrada na microrregião de Imperatriz - MA, em que pequenas cidades acabam tendencialmente a imitar a cidade maior, muito provavelmente o desenvolvimento aconteça quando cada uma dessas cidades descobrir quais produtos ou ações as colocarão em um patamar singular, com identidade única e conhecida pela diferenciação daquilo que podem oferecer.

Destarte, qualquer governo que realmente queira promover o desenvolvimento regional há que considerar todas essas questões ao direcionar os investimentos e apoio necessários, principalmente aqueles requeridos pela iniciativa privada de tal forma que os diferentes atores envolvidos vejam seus interesses atendidos nos processos e projetos de desenvolvimento.

2.4 Centralidade

A centralidade de Imperatriz – MA não se limita à definição dessa palavra, mas é importante conhecer tal conceito para entender a influência que centros, ou grandes centros urbanos, exercem sobre seus eixos periféricos e adjacências.

Considerando que a palavra “centralidade” é derivada de “centro”, pode-se entender que o conceito descreve centralidade como sendo:

[...] Centros de negócio principal e de intervenção econômica importantes, qualificados, que exercem a sua influência sobre um ambiente muito mais amplo, designados pelo termo: aplicável a diferentes escalas (GEORGE, 2004, p. 101).

Essa definição traz o termo “escala” para demonstrar que a atração exercida por um lugar central abrange os conceitos de localização periférica, do crescimento do centro para a periferia, bem como da circulação do capital.

Johnston *et al* traz o conceito de “centralização” conforme segue:

Tendência para localizar a atividade econômica e em torno de um número relativamente pequeno de centros urbanos. Este fenômeno também é

conhecido como polarização ou aglomeração. É produzido pela concentração do mercado, fontes de informação, centros de controle e tomada de decisões, as relações entre as atividades e outras economias externas. A concentração e a centralização aumentam as desvantagens de locais periféricos e contribuem para a privação econômica e social que muitas vezes ocorrem com maior distância do centro. [...] A concentração e a centralização do espaço, associada à tendência de organizar a atividade econômica em unidades de tamanho crescente e dentro de uma estrutura organizacional hierárquica. [...] A concentração geográfica de certas atividades econômicas facilita a circulação do capital entre as diferentes atividades, bem como o ritmo de circulação e do movimento que dependem os benefícios (JOHNSTON *et al*, 2000, p. 96).

Nessa definição, a centralização pode ser entendida como uma aglomeração de vários segmentos, inclusive de um lugar onde as decisões são tomadas. Ele salienta que quanto maior a distância entre a periferia e o centro, maiores são as carências dos lugares mais distantes.

Talvez um dos motivos para a centralidade seja a concentração de algumas atividades em um único lugar; essa concentração facilita a circulação do capital entre essas atividades, revivendo o conceito de acúmulo daquele.

Entende-se que existem diversos tipos de centralidade: cultural, industrial, de lazer etc. Nesta pesquisa, a centralidade se limitará, portanto, à centralidade socioeconômica que o município de Imperatriz/MA exerce na microrregião.

Para este estudo, há que se considerar como regiões periféricas os demais 15 municípios que compõem a microrregião estudada aqui e que, devido à concentração de diversas atividades comerciais, escolares, de órgãos públicos e uma diversidade de serviços em Imperatriz – MA, existe a necessidade instituída de buscar nessa região central a satisfação de suas demandas.

Tal concentração ou centralidade é caracterizada nos estudos de Harvey (2006), que afirma que a acumulação de riquezas só é possível se houver um conjunto de fatores, como o excedente de mão de obra e um mercado onde a expansão da produção seja possível. Ademais, é necessário que exista também mercado para absorver o que foi produzido nesse espaço.

Parece contraditório dizer que excedente de mão de obra gera acúmulo de riquezas, mas ao perceber que têm disponível mais mão de obra do que o necessário, os empresários diminuem a oferta (salário), conseguindo produzir bem mais por bem menos, aumentando assim suas margens de lucro, dando continuidade ao acúmulo de riquezas.

Esse pode ser um efeito colateral da centralidade que, ao atrair mão de obra devido à oferta de emprego, pode vir a contribuir para o aumento da desigualdade, incentivando, mesmo sem querer, a continuidade do acúmulo de capital nas mãos de poucos.

David Harvey (1992, 2006, 2014) argumenta que o Estado apoia a produção capitalista e o consumo consequente de tal produção. Entretanto, ele destaca que a classe abastada faz uso do Estado como forma de dominação, como favorecimento de seus próprios interesses, pois, segundo ele, o Estado é o elo entre o capital e o trabalho.

Assim, a centralidade, segundo Harvey (2006), tende a favorecer uma determinada classe social, fazendo com que os menos favorecidos continuem trabalhando em prol dos interesses da classe dominante. Portanto, para ele, com o objetivo de evitar crises, o ideal seria a formação de alianças entre o Estado e essas classes, com o objetivo da satisfação de ambas as partes.

Entretanto, faz-se necessário identificar os fatores que proporcionam a um município ou cidade a se estabelecer como um lugar central. Christaller (1966) propôs, em sua tese de doutorado, uma teoria por meio de um processo dedutivo de que não é possível dizer que a centralidade de determinado lugar se baseia tão somente na geografia, história e estatística, mas que a esses três fatores deve-se acrescentar os fatores econômicos.

Christaller (1966) concebe um sistema de cidades em que a posição destas depende da quantidade e da variedade de bens e serviços ofertados, e isto, segundo ele, determinaria o seu grau de centralidade, conforme pode ser observado na Figura 2.

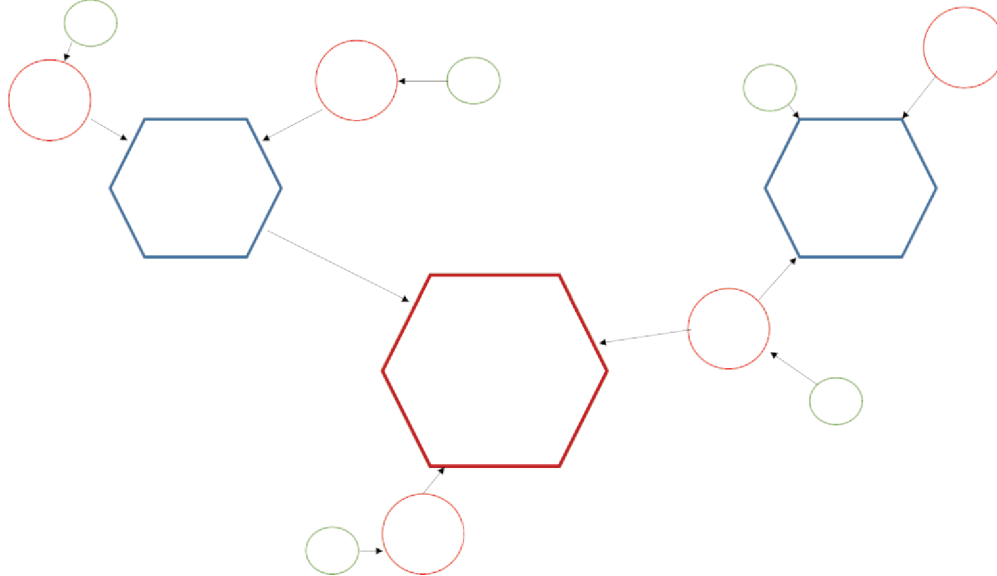
Dessa maneira, Christaller (1966) demonstrou que a distribuição das cidades não era de forma aleatória, mas que havia uma hierarquia e uma regularidade disponível, com uma lógica bem delineada, com condições de oferecer bens e serviços, sendo classificadas hierarquicamente em função do quanto têm a oferecer e quais produtos e serviços têm a oferecer à área de sua influência.

Segundo sua teoria, partindo do princípio de que as pessoas buscam o lugar central mais próximo para se abastecerem, também os fornecedores buscam a maximização dos lucros, e os lugares centrais se estabelecem conforme uma malha hexagonal.

Partindo desse conceito, Christaller (1966) busca entender por quais motivos existem tão poucos lugares centrais, concluindo que, para atender toda a demanda de serviços oferecidos, esses lugares precisam de uma grande população. Em seguida, porque são nesses lugares centrais que estão localizadas atividades especializadas, complexas e sofisticadas e isso requer uma demanda suficiente para sua manutenção em atividade.

O estudo realizado por Christaller (1966) foi baseado no sul da Alemanha, onde ele identificou que uma grande cidade (lugar central) ficava equidistante de outro lugar central, ou seja, o crescimento e a centralidade exercidos por determinado lugar não são por acaso, mas para atender especificamente os lugares com menores condições instalados no seu entorno.

Figura 2 - Esquema da Teoria dos Lugares Centrais



Fonte: Christaller (1966)
Adaptado pela autora

A afirmação de Christaller (1966) pode ser replicada para a inserção territorial de Imperatriz - MA, distante a 300 km de outros centros regionais, como são os casos de Balsas (MA) e Marabá (PA).

Para diminuir as distâncias, principalmente no Nordeste e, obviamente no Maranhão e Imperatriz/ MA, percebeu-se no estudo realizado por Lima e Simões (2010) que o próprio Estado brasileiro, no período de 1950 a 1980, incentivou grandes projetos voltados ao fomento do desenvolvimento do Nordeste.

Para tanto, criou-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que enfatizava principalmente a industrialização, com incentivos

fiscais e financeiros, dando uma nova dinâmica à região. Entretanto, os fornecedores e consumidores eram do Sudeste e, portanto, seu bom desempenho industrial continuava na dependência de outra região.

Uma outra situação percebida foi que esse desenvolvimento se concentrou nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que detinham aproximadamente 50% das indústrias do Nordeste no final da década de 1980. Consequentemente, essa ação não surtiu os efeitos desejados para amenizar as disparidades, nem mesmo dentro da própria região Nordeste.

Ao afirmar que “[...] as tendências de acumulação do setor privado foram em diversos momentos reforçadas pela ação estatal, o que deu origem a subespaços dotados de estruturas econômicas modernas”, Lima e Simões (2010), mais uma vez, indicam a mão do Estado favorecendo o acúmulo do capital pela classe dominante. Esse incentivo estadual chegou ao Maranhão nos projetos da agricultura de grãos nos cerrados, na região do município de Balsas, que atraiu centenas de pessoas, principalmente do sul do país.

Entretanto, mesmo com todos esses incentivos, percebeu-se que o desenvolvimento industrial pós-1960 não atendeu às expectativas, pois seus efeitos positivos foram muito pequenos, não chegando a contribuir para a diminuição das disparidades regionais, pois não gerou os impulsos necessários para promover a dinamização da economia local, pois fatores como a baixa diversificação da indústria, com alto nível de concentração em uns poucos municípios, marcaram o insucesso da tentativa, corroborando a linha de pensamento de Arrighi (1997), ou seja, de que a industrialização não é garantia de desenvolvimento.

Até os dias atuais, o município de Balsas - MA figura entre as cidades mais desenvolvidas do Maranhão, ainda com a agricultura de grãos, e ele não pertence à microrregião de Imperatriz - MA.

Ainda de acordo com os estudos de Lima e Simões (2010), as microrregiões de maior dinamismo em termos de emprego também são aquelas com elevados níveis de centralidade, citando Imperatriz - MA e outras cidades centrais como Campina Grande, Petrolina-Juazeiro, Bom Jesus da Lapa, entre outras.

A centralidade exercida por uma cidade é tão importante quanto o que ela tem a oferecer, pois o objetivo é atender toda a população que vive no seu entorno e que contribui direta e indiretamente para sua evolução, conforme pode ser observado nos estudos realizados por Christaller (1966).

Para Santos (2015), a tirania do dinheiro induz ao pensamento de que o dinheiro é necessário para tudo, fazendo com que o comportamento dos indivíduos seja moldado de acordo com essa crença, gerando ainda mais desigualdade.

Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas. A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico (SANTOS, 2015, p. 28).

Portanto, quando o objetivo é promover o desenvolvimento regional, a competição entre as localidades não deve ser incentivada, mas sim, somar o potencial de cada um para chegar a um patamar em que todos ganhem.

Segundo Silva (2003), as áreas centrais podem ser múltiplas dentro de um mesmo espaço, com origem no fluxo de pessoas, veículo, valores, importância política, uso de informações e, acima de tudo, o poder das mercadorias, sejam elas quais forem.

Para Silva (2003), os fluxos citados no parágrafo anterior levam à concentração em determinado lugar, apresentando-se como opção mais rápida e acessível para a população e, a partir disso, acontece a acumulação de capital naturalmente e facilmente.

Os estudos de Silva (2003) apontam que podem existir várias áreas centrais, que aparecem de forma secundária dentro do mesmo espaço, tais como os centros comerciais, os centros de cada bairro, áreas especializadas em determinados serviços, ou seja, a centralidade apresenta-se sob vários aspectos e não apenas como algo único e particular, demonstrando que as áreas periféricas também podem exercer determinada centralidade, sendo influenciada pela necessidade daqueles que buscarão pelo que é oferecido nestes lugares.

Desta forma, entende-se que os outros municípios da microrregião de Imperatriz/MA também tem as suas centralidades, tais como a indústria do couro em Governador Edison Lobão, a indústria do ferro gusa em Açailândia e a indústria da cerâmica em Davinópolis, mas este estudo se concentrará na centralidade socioeconômica exercida por Imperatriz/MA, que influencia os demais municípios.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e

situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

Neste sentido, é natural que cada centro também contribua para o desenvolvimento das cidades que dela dependem, pois é uma troca que pode e deve favorecer ambos os lados, em que os interesses podem ser distintos, mas que se completam.

3 MÉTODO

Este estudo se propõe a analisar como a centralidade de Imperatriz/MA contribui para o desenvolvimento regional da microrregião onde Imperatriz/MA está inserida.

Para isso, foi necessário observar o que falta nos demais municípios e que seja suprido por Imperatriz - MA, analisando se tais indicadores se refletem em seu desenvolvimento. Como exemplo, é possível citar o ensino superior, pois a inexistência de faculdades na maioria das cidades da microrregião desloca estudantes para Imperatriz - MA diariamente. Nesse caso, por exemplo, o percentual de pessoas com escolaridade de nível superior nos municípios aumentou?

Para atingir o objetivo proposto, foi necessário definir a metodologia a ser utilizada, que é fator determinante para obter êxito em uma pesquisa, uma vez que implica utilizar as ferramentas certas da maneira correta.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a metodologia tem a função de explicar minuciosamente todos os passos necessários à realização do trabalho de pesquisa, ou seja, é o momento de explicar o tipo de pesquisa a ser desenvolvida, quais instrumentos serão utilizados, formas de análise e de tratamento dos dados, constituindo um arcabouço que será utilizado para garantir a realização das propostas idealizadas nos objetivos.

Neste estudo, a primeira parte consiste na definição do tipo de pesquisa que foi utilizado, seguido do definição do local da pesquisa, ou seja, informação sobre onde a pesquisa foi efetuada.

No tópico seguinte, foi descrita a forma da coleta dos dados necessários com suas respectivas fontes, para finalmente descrever como tais dados foram analisados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Devido à natureza deste trabalho, optou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva, acrescida da análise da literatura disponível e análise de dados secundários, por meio da interpretação dos indicadores disponíveis existentes nas bases oficiais do Governo e dos órgãos de reconhecida reputação.

A análise de tais indicadores possibilitou entender a argumentação de Harvey (1992) quando ele afirmou que o acúmulo de riquezas pode vir a alterar os sistemas produtivos. Os indicadores socioeconômicos apresentados no item 4.2 possibilitam uma análise comparativa com Imperatriz - MA e apresentam a evolução dos índices de desenvolvimento publicados pelo Governo.

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa usa o texto como material e não os números, interessando-se pelas perspectivas dos participantes e pelas práticas do seu dia a dia em relação ao tema estudado.

Além disso, de acordo com Petigrew (1992), o uso da pesquisa qualitativa é importante quando se quer estudar um determinado fenômeno dentro de um contexto e de maneira aprofundada.

Para Oliveira (2007), a pesquisa qualitativa baseia-se ainda nas considerações de entender o significado de uma situação, suas interações, as dinâmicas e os processos de um fenômeno, baseada na interpretação de dados.

Santos e Carnielo (2014) corroboram com Petigrew (1992) quando afirmam que uma pesquisa qualitativa tem por base a interpretação dos fenômenos e enriquece as pesquisas quantitativas por meio da perspectiva histórica devidamente analisada, que “possibilita a inclusão de nuances estratégicas, que, adequadamente trabalhadas, favorecem a abordagem interdisciplinar que caracteriza a reflexão sobre o desenvolvimento” (SANTOS; CARNIELO, 2014, p. 20).

Para nortear a questão histórica, foi necessária a contribuição da linha de pensamento defendida por Dallabrida (2011), que afirmou que a caracterização de um território acontece quando seus agentes se reconhecem como pertencentes a um espaço. Neste estudo, este espaço refere-se ao município de Imperatriz/MA, onde a evolução histórica foi verificada por meio da criação de uma linha do tempo onde encontram-se os principais marcos acerca da constituição e do desenvolvimento de Imperatriz - MA, conforme descrito no item 4.1.

A pesquisa exploratória, segundo Cervo e Bervian (2002), objetiva familiarizar-se com o tema proposto ou obter uma nova maneira de perceber e descobrir novas ideias, ou seja, contribuir para que as ideias sejam melhoradas continuamente e que novas percepções sobre o mesmo fato sejam demonstradas.

Como pesquisa exploratória, os dados a serem utilizados não carecem de estabelecimento de hipóteses (SAQUET, 2011), mas sim da análise daqueles, considerando o movimento histórico da região, especialmente quanto ao processo

de desenvolvimento regional e sua conexão com a estruturação do território mediante variáveis econômicas e sociais.

Nessa mesma linha de pensamento, Gressler (2004) afirma que a pesquisa exploratória descritiva expõe os fatos encontrados na área que se pretende estudar com foco no presente.

Ainda, para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva é aquela que se dedica a observar, registrar, analisar e correlacionar os fatos, para descobrir a frequência com que se repetem, além de evidenciar como tais fatos se relacionam com o meio.

Nesse sentido, os estudos desenvolvidos por Christaller (1966) vêm demonstrar o que leva determinado lugar a se estabelecer como lugar central, tal qual acontece com Imperatriz - MA, atraindo para si toda a população residente na microrregião, que busca satisfazer necessidades diversas como o acesso ao ensino superior, a utilização de serviços médicos e de meios de transporte, além dos serviços públicos disponíveis em Imperatriz - MA.

Essa relação de dependência está descrita no item 4.4, quando se detalham os principais vácuos existentes nos demais municípios e encontrados em Imperatriz - MA, evidenciando a necessidade de deslocamento em busca do atendimento às demandas que são comuns a qualquer pessoa.

Além disso, a pesquisa descritiva tem o compromisso de efetuar as análises dos fatos e suas variáveis sem manipulá-los, tão somente descrevendo o fato encontrado na análise documental, o que possibilita a verificação de novas nuances e contribuições para um mesmo fato, bem como sua inter-relação com fenômenos de outra natureza diferente daquela que está sendo estudada (SANTOS; CARNIELO, 2011).

Importante foi a busca dos dados em diversas fontes, pois segundo Marconi e Lakatos (1990), a pesquisa científica deve levantar dados de fontes diferentes. Esta pesquisa, com análise de caráter documental, fez sua análise baseada em fontes primárias, que é quando o pesquisador se relaciona diretamente com o fato estudado, seguida das fontes secundárias, utilizando a pesquisa bibliográfica, em que os dados disponibilizados não têm a vivência do pesquisador com a origem da pesquisa.

Tais análises puderam ser verificadas realizando-se o levantamento das oportunidades de emprego geradas em Imperatriz - MA em dois segmentos: na

construção civil e em uma fábrica de celulose. Para Marx (2010), o trabalho remunerado oferecido à classe trabalhadora só existe pois a burguesia necessita de mão de obra para realizar o serviço que fará seu capital aumentar ainda mais.

Caso esse aumento de capital não aconteça, não há sentido para a abertura de novos postos de trabalho, ou seja, nada é feito por benevolência, mas por necessidade de aumento do capital.

Portanto, este estudo tem a proposta de analisar o desenvolvimento da microrregião de Imperatriz, no estado do Maranhão, e mais especificamente qual a contribuição do município para o desenvolvimento da região e, portanto, buscou fontes capazes de comprovar que o desenvolvimento regional, as considerações sobre território, desenvolvimento territorial e centralidade, são possíveis de serem evidenciados por meio da pesquisa qualitativa, descritiva, exploratória e com análise documental, uma vez que determinado período de tempo, com o respectivo uso de séries históricas, é capaz de apresentar a evolução dos indicadores que demonstrem o desenvolvimento econômico de uma determinada região (VIEIRA, 2009).

Assim, com base em todas essas considerações, entendendo que a microrregião de Imperatriz – MA está dentro desse contexto, pois se constitui como uma fração do espaço, conforme definido por Dallabrida (2014), buscou-se analisar o desenvolvimento da microrregião de Imperatriz, no estado do Maranhão, e qual a contribuição do município para o desenvolvimento regional.

3.2 Local de Pesquisa

Embora geograficamente Imperatriz – MA esteja muito próxima das cidades de outros estados, o estudo delimita sua análise aos 16 municípios que compõem a microrregião de Imperatriz, no estado do Maranhão, que abrange uma população de 566.866 pessoas (IBGE, 2010), distribuídas em 29.602,56 km² nesses municípios.

De acordo com o IBGE, a área objeto deste estudo foi instituída como microrregião homogênea pelo próprio IBGE em 1968, quando foi denominada "microrregião 38". Inicialmente, era composta apenas por 5 municípios e, de acordo com as emancipações, os demais municípios foram sendo agregados à microrregião, que hoje conta com 16 municípios, no total.

Foi realizada consulta à Secretaria de Desenvolvimento, mas não foi localizada nenhuma legislação complementar quanto à criação da microrregião, permanecendo a divisão geográfica feita pelo IBGE.

Brandão (2000) afirmou que o recorte de uma pesquisa é algo delicado para o pesquisador, mas neste caso, esse recorte é suficiente, pois não exclui nenhum município da microrregião estudada.

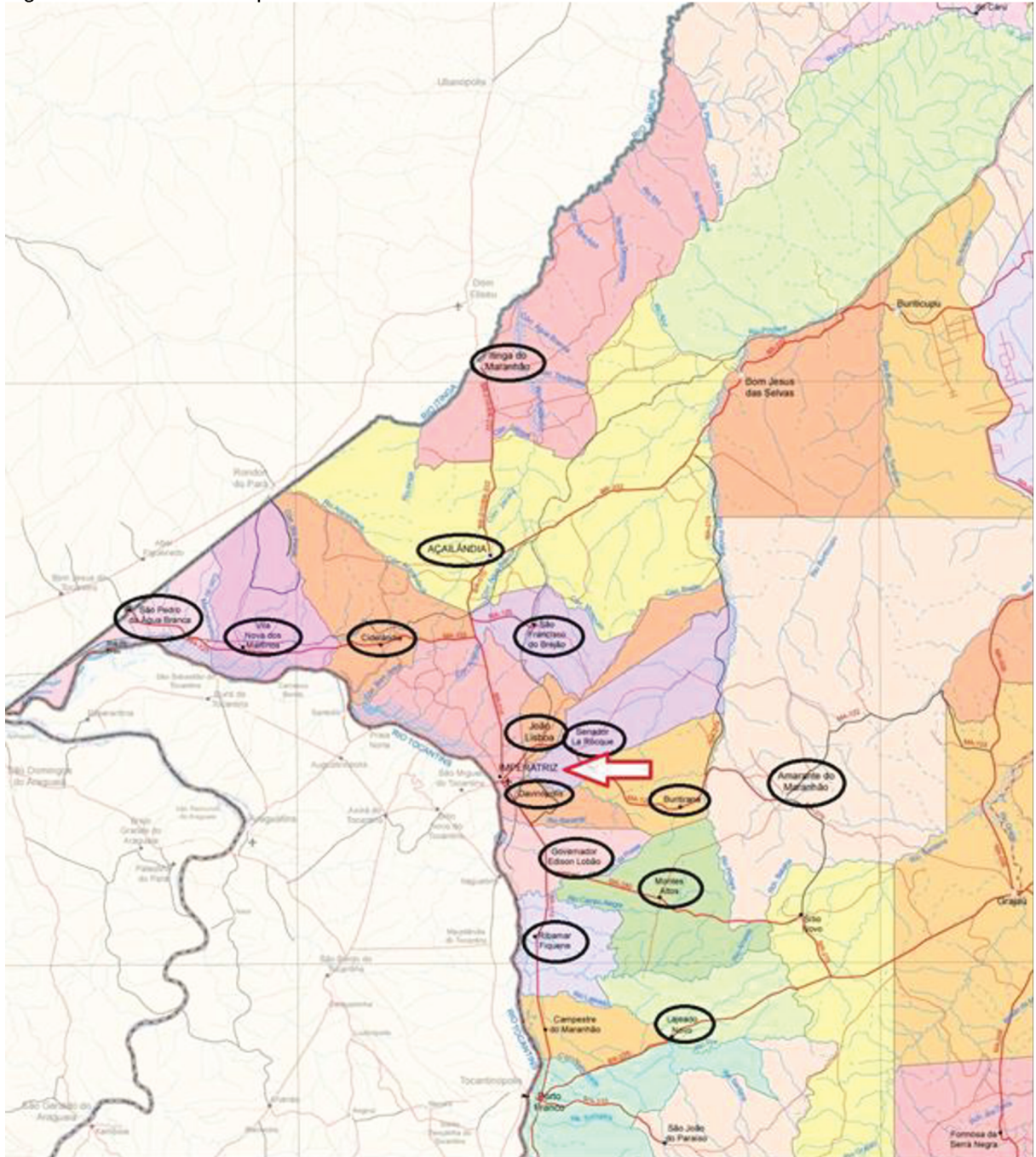
A maioria dos municípios dessa microrregião foi desmembrada do próprio município de Imperatriz na década de 1994, sendo que Davinópolis e João Lisboa eram tão próximos que, na realidade, eram considerados como bairros de Imperatriz, situados na região periférica.

Assim, este estudo se concentrou na influência exercida por Imperatriz – MA sobre os seguintes municípios destacados na Figura 3: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios.

Essa delimitação é necessária para permitir que se aprofunde a linha de pesquisa, buscando dados em diversas fontes, de maneira que, ao analisá-los ou reanalisá-los, o pesquisador consiga deixar sua contribuição sob o efeito de uma nova nuance ou variável (VIEIRA, 2009).

Dessa forma, embora a centralidade de Imperatriz - MA seja percebida para muitos outros municípios, esse recorte irá favorecer a análise de maneira mais completa, profunda e variada em seus indicadores.

Figura 3 - Recorte do Mapa do Maranhão



Fonte: IBGE (2017)
Adaptado pela autora

3.3 Coleta de Dados

Com o propósito de criar uma sequência norteadora para a fase de coleta de dados, este estudo considerou:

- o processo histórico que convergiu no desenvolvimento e centralidade de Imperatriz - MA para detectar prováveis motivos de dependência dos municípios da microrregião (FRANKLIN, 2008; FURTADO, 1983; DALLABRIDA, 2007, 2010, 2011, 2013, 2014, 2016);

- investigação dos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento dos municípios da microrregião (SEN, 2010; HARVEY, 1992, 2006, 2014);

- levantamento das oportunidades de emprego em Imperatriz – MA (CAGED, 2017; ARRIGHI, 1997)

- análise da relação de dependência dos municípios em relação à Imperatriz–MA (HARVEY, 1992, 2006, 2014; CHRISTALLER, 1966).

Tais investigações foram fundamentais para orientar os dados coletados, que subsidiaram a análise que direcionou para obter as respostas da proposição deste estudo.

As fontes históricas muito puderam dizer sobre essa dependência entre as cidades, considerando que compreender o passado ajudou a compreender a situação socioeconômica atual, indicando prováveis nexos causais dos fatos anteriores com a situação presente (RICHARDSON, 2010).

As principais fontes de evidências foram o levantamento documental (fonte primária) e a revisão bibliográfica (fonte secundária) que proporcionaram a comparação entre si, indicando os motivos que levaram à centralidade exercida por Imperatriz – MA e a forma como isso influencia os demais municípios estudados.

Esses documentos primários são importantes como fontes de autenticidade à pesquisa, pois evitam inferências que possam estar contaminadas por situações políticas da atualidade.

Além disso, outras fontes secundárias como arquivos de uso geral como os disponíveis pelo IBGE, que trazem dados como população e IDHM, com dados sobre escolaridade, índices socioeconômicos entre outros, foram amplamente analisadas para verificação da evolução dos dados ao longo do tempo.

Para este estudo, órgãos municipais também foram consultados, como a Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria da Saúde, para coletar dados municipais de arrecadação e de atendimento de saúde nas instituições localizadas em Imperatriz - MA. Completando a lista, analisou-se se os objetivos do milênio estabelecidos pela ONU foram atendidos, já que estão diretamente ligados à melhoria da qualidade de vida.

Sobre tais indicadores, foi possível realizar recortes que vão desde dados nacionais até resultados municipais, possibilitando a análise de forma regionalizada e comparativa.

Essa necessidade de mensuração de dimensões não apenas econômicas deu-se na década de 1990 (SOUZA, 2009) e foi um marco ao estabelecer o IDH, que começou a demonstrar, por exemplo, a evolução em itens como educação, longevidade e renda.

Nesse contexto, entende-se que desenvolvimento não é apenas a medição do PIB, como prova apenas de crescimento, mas sim a medição também de outros indicadores que podem servir de argumento para o redirecionamento das políticas públicas, se necessário.

3.4 Plano para Coleta de Dados

A coleta de dados é uma atividade que passa por vários processos, tais como: trabalhar com a população ou, no caso deste estudo, com o local da pesquisa, utilização correta das técnicas de pesquisa que foram elencadas e a realização da coleta dos dados em si.

Para Marconi e Lakatos (2006), a etapa de coleta de dados é o momento de utilizar as técnicas que foram selecionadas anteriormente e, para Cervo e Bervian (2002), a coleta de dados acontece posteriormente à escolha e à delimitação do assunto a ser pesquisado, após ter realizado a pesquisa bibliográfica, ter os objetivos do estudo já definidos, bem como o problema de pesquisa devidamente identificado.

Neste estudo, a coleta de dados tomou por base os elementos constantes na tabela 2, onde estão descritas as ações necessárias para a obtenção dos dados que nortearão a pesquisa.

Para possibilitar a análise do primeiro objetivo específico, foram levantados os dados históricos de Imperatriz - MA por meio de análise bibliográfica, de forma que foi possível entender os fatores que culminaram em sua centralidade, seguida de análise do uso do solo por meio de mapas, que possibilitou verificar como o solo se modificou frente às várias mudanças ocorridas nos últimos 6 anos.

Para os dados socioeconômicos, fundamentais para o atendimento ao segundo objetivo específico, foram utilizadas as informações disponíveis nos sítios

onde o Governo Federal deposita os resultados dos censos, inclusive de verificação de atendimento aos objetivos do milênio.

O terceiro objetivo específico foi verificado a partir da análise das oportunidades de emprego, com informações obtidas no CAGED e por meio da análise documental em trabalho acadêmico específico, além de informações de uma empresa de celulose instalada em Imperatriz - MA.

Para encerrar essa fase, os dados que comprovaram a relação de dependência dos municípios da microrregião em relação à Imperatriz - MA foram obtidos por meio de análise documental também de trabalho acadêmico, consulta à Prefeitura Municipal e também a algumas instituições de serviço público.

Tabela 2 - Plano para coleta de dados

PLANO PARA COLETA DE DADOS			
Dados históricos	Dados socioeconômicos	Oportunidades de Emprego	Dependência de Imperatriz
Marcos históricos (linha do tempo)	Indicadores do PIB, IDHM, renda per capita, índice de Gini, objetivos do milênio	Evolução de postos de trabalho na microrregião	Acesso ao ensino superior
Mapa de ocupação do solo (comparativo últimos 6 anos)		Evolução do emprego no Brasil	Opções de transporte
		Evolução de emprego na construção civil	Acesso à saúde
		Postos de trabalho na indústria de celulose em Imperatriz	Serviços Públicos

Fonte: elaborado pela autora (2017)

Aspectos como participação social e empoderamento são indicadores difíceis de serem mensurados, expondo a dificuldade em ter um índice que seja capaz de mensurar toda a complexidade aqui citada. Para minimizar tal dificuldade, este trabalho realizou uma análise comparativa dos dados disponíveis e criticou os discursos oficiais a partir de tal análise.

3.5 Plano para Análise de Dados

Após o levantamento dos dados, estes foram analisados considerando a afirmação de Vieira e Santos (2013), ao dizerem que não basta ter os dados históricos disponíveis, pois por si só não falam, não traduzem os resultados. Dessa forma, os dados foram interpretados e, neste estudo, interpretados de maneira qualitativa.

Uma análise mais aprofundada do desenvolvimento econômico regional passa por uma discussão muito além da apresentação das séries históricas de crescimento econômico e de indicadores sociais. Não se pode reduzir a importância deles, mas é preciso pensar além deles, incluindo uma análise qualitativa do desenvolvimento. (VIEIRA; SANTOS, 2013, p.25).

Como foram 16 municípios estudados, muitos dados estão disponíveis para análise e isso foi feito com minúcia para poder concluir, de forma qualitativa, com base na análise documental primária e secundária, como o município de Imperatriz – MA contribui para o desenvolvimento regional.

Assim, a análise documental foi suficiente para evidenciar como a centralidade de Imperatriz – MA contribui para o desenvolvimento dessa região, haja vista que essa técnica já foi utilizada em artigos científicos (SANTOS; CARNIELO, 2011, 2014), em dissertações de mestrado (TASSARA, 2016) e é amplamente conhecida no meio acadêmico, principalmente para pesquisas de cunho qualitativo, semelhantes a este estudo, que ora se apresenta.

A análise dos diversos dados obtidos possibilitou tecer situações que, se fossem analisadas em sua totalidade pelo poder público, poderiam melhorar ainda mais as condições de vida da população da microrregião de Imperatriz - MA, considerando que tal análise demonstrou um cenário que indica quais influências foram recebidas e como isso estabeleceu a centralidade de Imperatriz - MA, apontando o que falta nos demais municípios de sua microrregião, certos de que, mesmo recebendo incentivos e influências, o desenvolvimento regional não ocorrerá de forma igualitária.

4 RESULTADOS

4.1 Condições Históricas que estabeleceram a Centralidade de Imperatriz – MA na Microrregião

Este estudo buscou entender os dados obtidos com o objetivo de analisar de que forma a centralidade exercida pelo município de Imperatriz – MA contribui para o desenvolvimento dos demais municípios que compõem a microrregião de Imperatriz/MA.

Tais dados atendem aos objetivos específicos de verificar as condições históricas que levaram Imperatriz – MA a se estabelecer como cidade central na microrregião ora estudada, além de identificar o perfil socioeconômico dos municípios componentes desta microrregião. Ademais, oportunidades de emprego geradas em Imperatriz/MA foram verificadas, bem como ficou conhecida a relação de dependência de outras localidades em relação à Imperatriz – MA, no que diz respeito ao ensino superior, transporte, saúde e serviços públicos.

Com o que foi pesquisado, foi possível evidenciar que desenvolvimento regional não pode ser considerado apenas como crescimento econômico, mas como uma série de fatores que, tendo o apoio da iniciativa privada, sociedade constituída e direcionamento governamental, tende a contribuir para o bem estar das pessoas, que é o objetivo central do tão esperado desenvolvimento regional.

Os resultados encontrados neste estudo poderão se desdobrar em artigos, palestras, publicações e relatórios em tantos lugares e opções quantas forem possíveis de atender, com vistas a subsidiar o pensamento crítico e abrir oportunidades para outros estudos aqui não contemplados.

Entender como se deu o processo de desenvolvimento de Imperatriz - MA foi fundamental para verificar sua relação com os demais municípios da microrregião. Percebe-se que pouca coisa aconteceu nos cem primeiros anos de fundação de Imperatriz/MA, quando a cidade vivia essencialmente do extrativismo e no isolamento de qualquer outra cidade, conforme afirmações de Franklin (2008).

Tal desenvolvimento tampouco se deveu a investimentos em inovação, conforme afirmava Schumpeter (1997), pois conforme demonstrou o levantamento histórico, não há indícios de nenhum tipo de processo inovador que tenha culminado com o desenvolvimento e conseqüente centralidade de Imperatriz - MA.

Foi apenas após seu primeiro século de fundação que Imperatriz teve a primeira estrada de chão ligando-a até o município de Grajaú - MA, e de lá ao restante do estado. Até então, só se chegava a Imperatriz – MA por meio de navegação no Rio Tocantins e, por isso, a cidade vivia no isolamento.

O levantamento histórico de Imperatriz/MA está descrito na Figura 4 e fornece as informações que influenciaram no estabelecimento da centralidade do município.

Franklin (2008) descreve que na segunda metade do século XIX estabeleceu-se o ciclo do gado, o qual durante muito tempo abasteceu principalmente o estado do Pará, sendo esse o primeiro ciclo econômico do município, seguido pelo ciclo da borracha, uma vez que Imperatriz – MA era o portal de entrada dos migrantes que vinham em busca de sua extração, comprando ali tudo de que precisavam, mas principalmente os gêneros alimentícios.

Com a decadência da borracha, após a cotação do produto estar excessivamente baixa, tem início o ciclo da castanha. Nesse tempo, segundo Franklin (2008), a cidade ficava vazia, pois a maioria dos homens partia para o estado do Pará para trabalhar na extração da castanha, deixando a cidade apenas com mulheres e crianças. Esse ciclo enriqueceu muitas pessoas, mas tirou a vida de centenas de outras, que contraíram doenças endêmicas naturais das florestas. Esse ciclo também chegou ao fim, com o declínio da coleta da castanha-do-pará.

Continuando suas pesquisas, Franklin (2008) descreveu o próximo ciclo, o do garimpo, que foi a salvação para a economia local pois, mais uma vez, Imperatriz – MA se estabeleceu como ponto de apoio para o abastecimento daqueles que iam para o garimpo em busca do cristal-de-rocha, ou quartzo, que era necessário para a fabricação de componentes eletrônicos para artefatos militares e, posteriormente, também foram encontrados diamantes em alguns dos rios dos estados de Goiás, Pará e Maranhão.

Mesmo não retendo nada da extração mineral, Imperatriz – MA teve seu porto bastante movimentado pelos que iam para os garimpos e que também levavam a provisão necessária aos dias de isolamento que passariam.

O progresso efetivo só começou a acontecer após a ligação por terra entre os municípios de Imperatriz e Grajaú - MA, que possibilitou incluir a cidade na rota comercial do país, como afirma Franklin (2008). Isso fez com que migrantes chegassem em busca de terras devolutas, que eram imensas e abundantes. Daí, iniciou-se o ciclo do arroz, que foi o maior ciclo existente e que realmente gerava

divisas para o município. Várias beneficiadoras de arroz se instalaram na cidade, chegando a mais de duas dezenas delas em 1969, fato que colocou o Maranhão como o segundo produtor de arroz do país.

Segundo o historiador, a fama de Imperatriz – MA aumentava, o que passou a atrair pessoas de todos os lugares, inclusive aquelas que se apossavam de terra alheia com falsa documentação, expulsando os pequenos produtores e instalando grandes fazendas de gado, o que fez a produção de arroz regredir, passando a dividir espaço com o cultivo da mandioca.

A exportação de excedentes de força de trabalho e capital parece um meio bastante fácil de evitar a desvalorização. Por intermédio de mudanças e reestruturações geográficas, existem todos os tipos de possibilidades para protelar as crises, sustentar a acumulação e modificar a luta de classes (HARVEY, 2005, p. 140).

Isso nos leva a pensar que as pessoas que se mudaram para Imperatriz – MA naquela época já não tinham grandes oportunidades em seus locais de origem e vislumbraram encontrar nesse município as condições que buscavam para dar um novo direcionamento aos seus projetos e meios de sobrevivência.

As mudanças geográficas observadas com o povoamento culminaram no desmembramento dos municípios, resultando em um novo desenho do mapa de Imperatriz – MA, dividido em novos municípios, conforme relatos de emancipação.

Franklin (2008) destaca que outro marco importante para a cidade foi a construção da rodovia Belém-Brasília, que aconteceu por meio do Decreto 43.710 de 15/05/1958, inaugurada em 25 de janeiro de 1961. Com a acessibilidade, veio o aumento demográfico, fato que alterou a população de 14.064 habitantes em 1950 para 39.169 em 1960. Esse número já não contava com a população de Montes Altos, que havia se emancipado de Imperatriz – MA em 1955, em que 8.571 moradores passaram a pertencer ao novo município, de acordo com o censo do IBGE, de 1950.

Ainda de acordo com o IBGE, nessa época, Imperatriz – MA possuía uma população um pouco maior que a população de Porto Franco - MA, que contava com 10.491 habitantes e menor que Balsas - MA, com 16.822 habitantes, Riachão – MA com 18.986 habitantes, Carolina – MA com 21.404 habitantes, Barra do Corda– MA com 26.878 habitantes e Grajaú – MA com 33.111 habitantes.

Atualmente, de acordo com o censo de 2010, todos esses municípios encontram-se em desvantagem em comparação a Imperatriz - MA, tanto em número

de habitantes quanto nos demais itens que compõem o IDHM. Destacando, ainda, que a década de 1950 é anterior à emancipação de vários municípios originários do território de Imperatriz - MA, fato que subtraiu ainda mais a população do município ao longo das décadas seguintes.

Franklin (2008) relata ainda que, em 1970, chegava à região a empresa CIDA – Cia. Industrial de Desenvolvimento da Amazônia, financiada pelo Banco da Amazônia, que deveria explorar, beneficiar e exportar a madeira local. Essa companhia abriu uma estrada de 70 km ligando a fazenda onde estava instalada até a BR 010. Mais tarde, essa fazenda se tornaria o povoado de Cidelândia - MA, que foi emancipado de Imperatriz – MA em 1994. O autor informa o início da construção do novo aeroporto em 1970 e a chegada da companhia elétrica em 1971, cujo fornecimento de energia acontecia por meio de grupos geradores.

Em 1974, a rodovia Belém-Brasília teve seu asfaltamento concluído e iniciou um novo ciclo, o da madeira, que durou de 1975 a 1987. Desta feita, a economia seria fomentada tanto pelo arroz quanto pela extração de madeira, contando com seis serrarias na década de 1970.

Na década seguinte, aconteceu o advento da exploração do ouro, no lugar que ficou conhecido como Serra Pelada, distante apenas 350 km de Imperatriz – MA e que atraiu milhares de pessoas de todo o país, em busca da riqueza rápida. Para abastecer o gigantesco garimpo, mais uma vez Imperatriz – MA se colocou como a opção mais viável, e voltou a ter sua economia movimentada, afirma Franklin (2008).

A emancipação do município de Açailândia- MA em 1982 levou consigo a metade do território de Imperatriz – MA e a produção agrícola e pecuária ultrapassou a produção da madeira pela primeira vez. O território de Imperatriz – MA ainda sofreria nova redução, quando em 1994 foram emancipados os municípios de Davinópolis, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca.

Antes disso, em 1992, a região viveu a expectativa do projeto CELMAR – Celulose do Maranhão, empreendimento que prometia grande desenvolvimento para a região por meio da produção da celulose, mas que viu o eucalipto ser transformado em carvão vegetal, que viria a alimentar as siderurgias ali implantadas.

Após esse período, a economia local só veio a sentir grande movimentação em 2008, quando a empresa Suzano chegou à região para implantação de sua fábrica de celulose, com capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas de

celulose por ano, exportada via Porto de Itaqui, em São Luís, conforme demonstra o Relatório de Sustentabilidade da Suzano (2016).

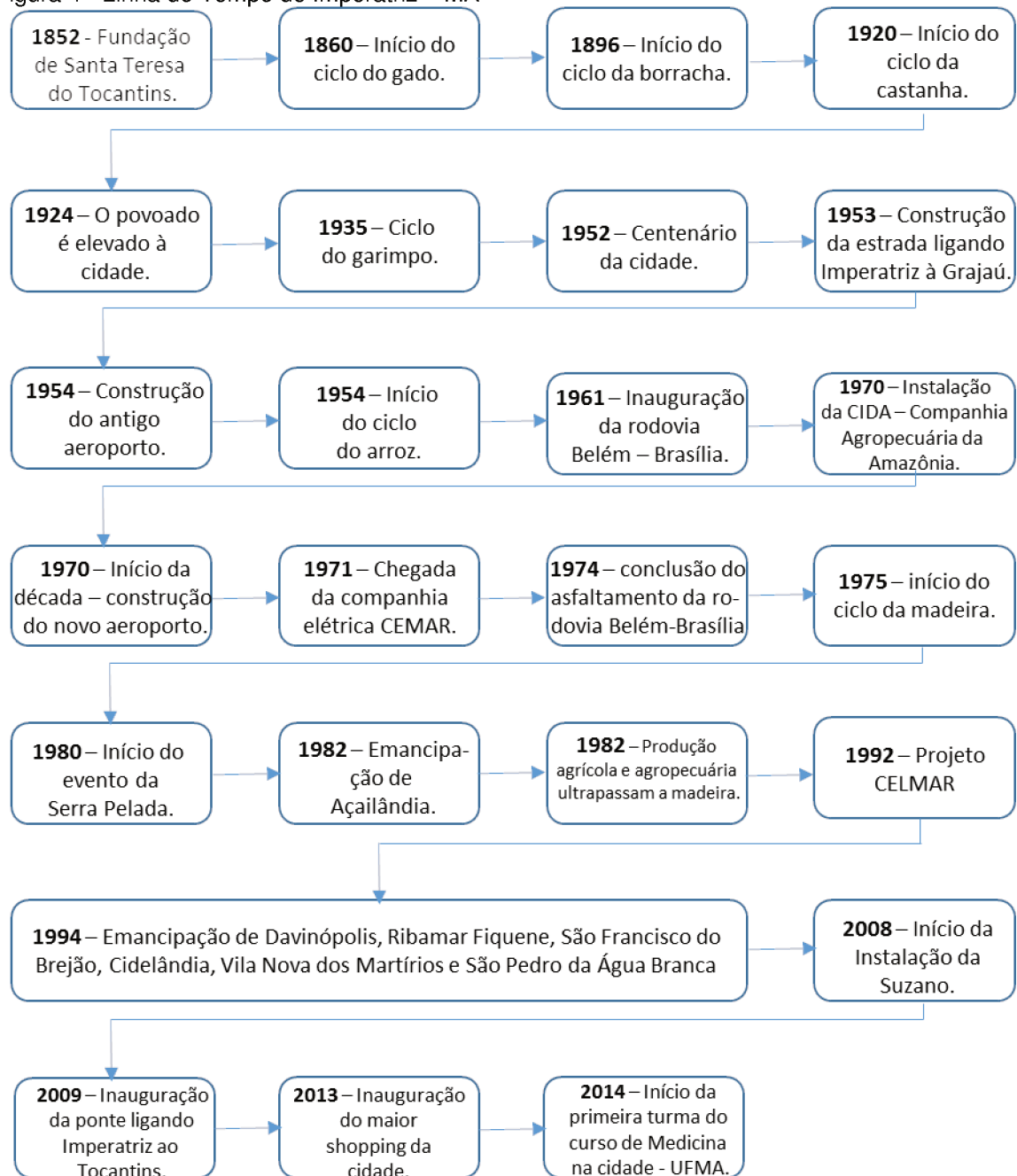
Em 2009, aconteceu a inauguração da ponte que veio a ligar a cidade de Imperatriz – MA ao estado do Tocantins, promovendo ainda mais o desenvolvimento local e, em 2013, foi inaugurado o maior shopping da cidade, que atraiu várias lojas âncoras para a região, pela primeira vez. Nesse mesmo ano, também foi inaugurada a fábrica da Suzano e, após décadas, a região começava a produzir celulose, finalmente.

Os feitos descritos no parágrafo anterior fortalecem o conceito defendido por Perroux (1981) de que, para haver desenvolvimento, é necessário de que antes aconteça o crescimento econômico, fato que possibilita a obtenção de recursos para concretizar os investimentos necessários ao desenvolvimento regional.

No campo do ensino superior, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – campus Imperatriz/MA - iniciou o curso de medicina em 2014, atendendo ao antigo desejo dos estudantes da região, pois até então o curso de medicina existia apenas na capital São Luís e na cidade de Caxias – MA – nessa última, pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA - conforme informações da Secretaria de Educação.

Franklin (2008) finaliza afirmando que o ponto central de desenvolvimento de Imperatriz - MA não foi a estrada ligando a cidade a Grajaú - MA, como pode parecer, mas sim devido às suas riquezas naturais, às terras devolutas, aos grandes rios, à madeira e à facilidade de escoamento de produção após a abertura das estradas. Isso sim atraiu os grandes investidores e proporcionou a exploração dessas riquezas, a geração de emprego e o desbravamento das terras até então consideradas sem valor e sem atrativos.

Figura 4 - Linha do Tempo de Imperatriz – MA



Fonte: Franklin, (2008); Relatório de Sustentabilidade da Suzano (2016); Prefeitura Municipal de Imperatriz (2017).

Elaborado pela autora

Os dados levantados apontam que a condição de cidade central não aconteceu de forma rápida, pois como foi visto, o primeiro século de Imperatriz – MA praticamente transcorreu sem que nada de realmente importante acontecesse e sem que a cidade possuísse algum atrativo relevante.

Foi possível observar também que não foi apenas um fator, de forma isolada, o responsável por essa centralidade, mas uma série deles, como por exemplo, a

grande disponibilidade de terras devolutas, a abertura da BR 010 e os crescentes ciclos econômicos, com foco para o ciclo da madeira, em que a exploração dependia unicamente de homens e máquinas, sem grandes investimentos financeiros, fato que atraiu inúmeras pessoas para a região.

Tal trajetória demonstra ainda que na história de Imperatriz - MA não há indícios de que a industrialização tenha sido responsável por seu desenvolvimento e centralidade, pois a industrialização só aconteceu nas últimas décadas, corroborando a afirmativa de Arrighi (1997) de que desenvolvimento não está, obrigatoriamente, ligado à industrialização, fato também reportado no estudo de Tassara (2016).

Essa mesma linha de pensamento é defendida por Furtado (1983), que afirmou que o desenvolvimento não é, necessariamente, dependente do crescimento econômico nem dos processos de inovação.

É fato que todos os benefícios existentes em Imperatriz – MA contribuem positivamente para toda a região do seu entorno, com enfoque para a microrregião, que é o objeto deste estudo, a saber: aeroporto, sistemas de saúde, órgãos públicos, instituições de ensino superior, oportunidades de emprego entre outras.

Entretanto, ao se ver sem opções para satisfazer suas necessidades, é possível que o cidadão venha a sentir-se preso às possibilidades encontradas no município de Imperatriz - MA, ou seja, querendo ou não, ele precisa se deslocar para obter os benefícios, pois não tem a opção de fazer isso no local onde reside. É como se não tivesse liberdade para suas escolhas, confirmando as afirmações de Sen (2010), que disse que a liberdade é a peça mais importante no processo de desenvolvimento, considerando que as pessoas deveriam ter o direito de escolher as opções que melhor satisfazem às suas necessidades e vontades.

Ademais, Perroux (1981) já descrevia o mesmo processo defendido por Sen (2010) quando afirmou o que se segue.

Não se trata de modo algum de, pelo emprego da coação e contra a sua vontade, alimentar os homens como gado, criar os homens como perpétuas crianças, libertar a prazo os homens de amanhã triturando os homens de hoje na mecânica de um plano serviço por uma política de Estado. Trata-se, por um esforço coletivo, de por os homens em situação de se alimentarem, de se formarem conscientemente e de operarem a sua própria libertação sem violência (PERROUX, 1981, p. 211-212)

Observa-se, nesse texto, que oferecer condições de viver dignamente não é apadrinhar eternamente o ser humano, mas é, acima de tudo, dotá-lo com as

condições que ele precisa para poder desenvolver-se e, com isso, ter oportunidades de buscar o que é melhor para si, de fazer suas escolhas e de ter um pensamento com capacidade de optar entre uma ou outra situação, levando-o a ter opinião própria baseada em fatos, e não nas situações que lhes são impostas pelo acaso ou pela necessidade.

Por mais que Imperatriz – MA contribua para o desenvolvimento regional, percebe-se que o cidadão não teria outra opção mais econômica e mais rápida para resolver seus problemas; ele termina por ficar nessa dependência e isso se reflete na centralização hoje percebida.

É possível ainda que tais oportunidades fortaleçam ainda mais a centralidade de Imperatriz - MA, pois quanto mais utilizadas forem, mais a renda se concentrará em Imperatriz - MA, levando um tempo razoável para que se revertam também em benefícios para os demais municípios da microrregião, como por exemplo, a aplicação efetiva dos conhecimentos adquiridos no ensino superior.

Ademais, segundo Perroux (1967), um local que seja considerado um polo de desenvolvimento, como é o caso do município de Imperatriz - MA, pode provocar vários desequilíbrios econômicos e sociais, pois concentra os investimentos e as inovações sem a obrigação de também passar tais vantagens a outros locais, retardando o desenvolvimento destes.

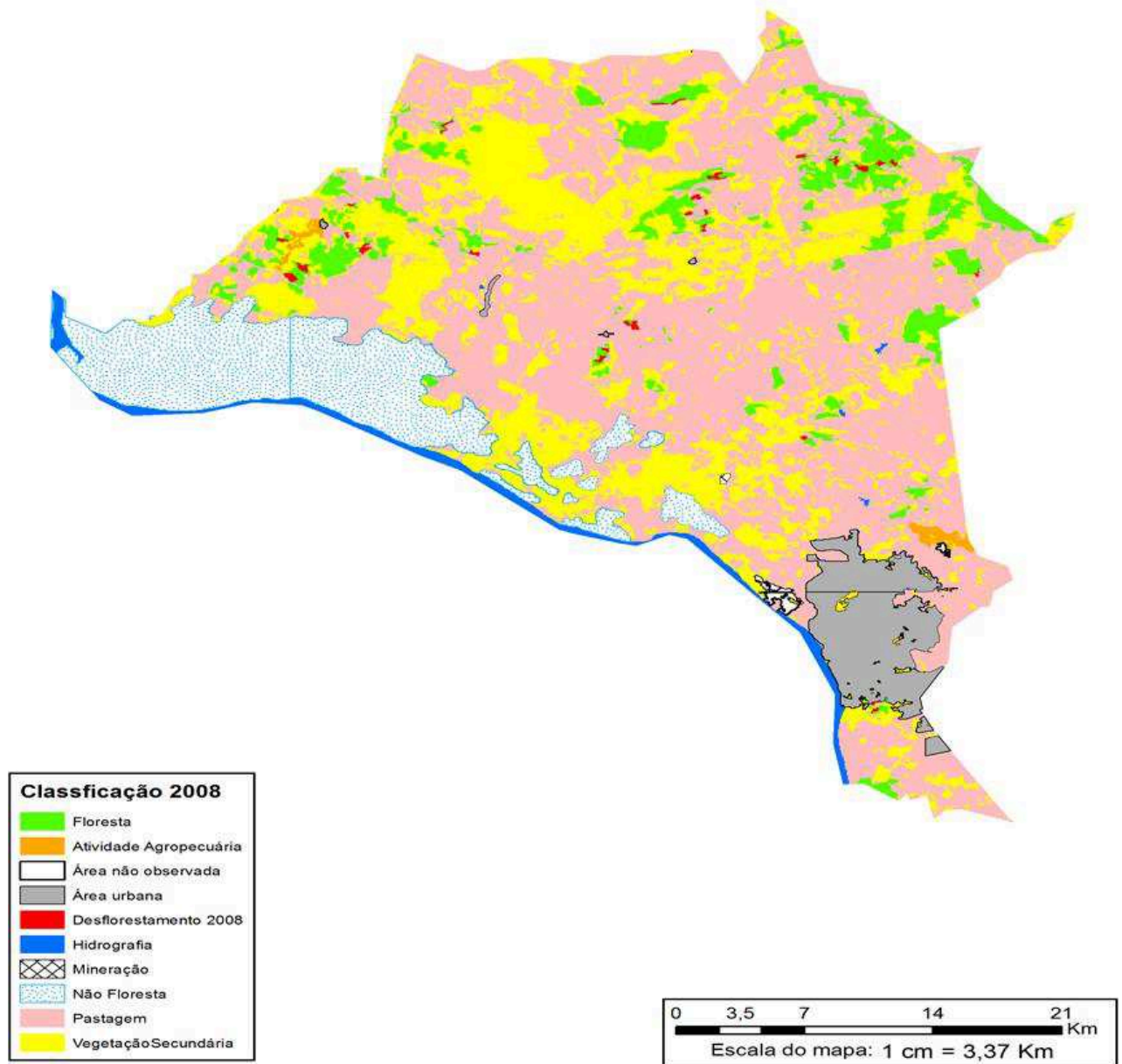
Esse conceito foi percebido ao analisar que, mesmo com o crescimento dos indicadores socioeconômicos apontados no item 4.2, tal resultado não foi fruto de um planejamento consciente na propagação dos benefícios. Novamente, recorre-se a Perroux (1967), que destaca a necessidade de haver políticas econômicas que proporcionem o desenvolvimento recíproco entre as regiões e, nesse caso, não apenas o desenvolvimento do município de Imperatriz - MA, cuja centralidade já está estabelecida.

Os indicadores demonstram que pode ser este o momento de estudar de qual maneira Imperatriz – MA pode efetivamente contribuir para o desenvolvimento regional, realizando a pulverização dos benefícios da centralidade, de maneira que abranja os demais municípios.

Nesse contexto histórico, torna-se necessário analisar ainda como se movimentou a ocupação do solo do município de Imperatriz de maneira que seja possível verificar as tendências e, se for o caso, desenvolver ações que fortaleçam o desenvolvimento regional.

A Figura 5 demonstra que, em 2008, ainda havia alguma porção de áreas destinadas à agropecuária no município de Imperatriz/MA e a concentração urbana não era tão evidente.

Figura 5 - Mapa de uso do solo de Imperatriz - MA em 2008

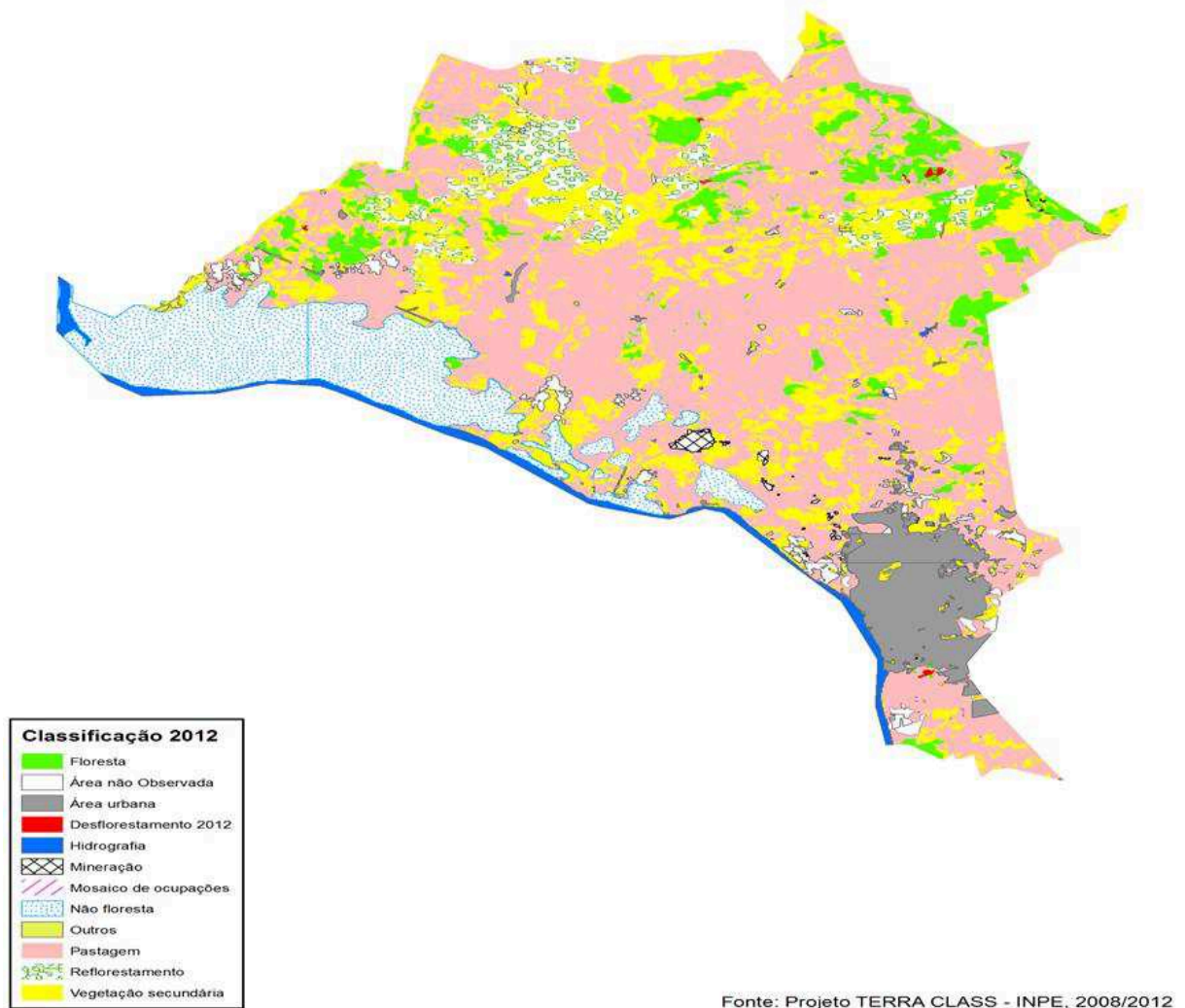


Fonte: INPE (2017)

Quatro anos depois, em 2012, conforme pode ser observado na Figura 6, percebe-se que a área destinada à atividade agrícola já não aparece no mapa. Nesse ano, observa-se o início do processo de reflorestamento no município de Imperatriz - MA, um fato novo para uma região que, no passado, foi devastada pelo desflorestamento para a criação de gado e da extração da madeira, conforme relatou Franklin (2008).

Esse reflorestamento muito provavelmente foi fruto do início das atividades da Suzano, que precisa de eucalipto para servir de matéria-prima na obtenção de celulose em sua fábrica, que viria a ser inaugurada em dezembro de 2013, conforme informa seu Relatório de Sustentabilidade (2014).

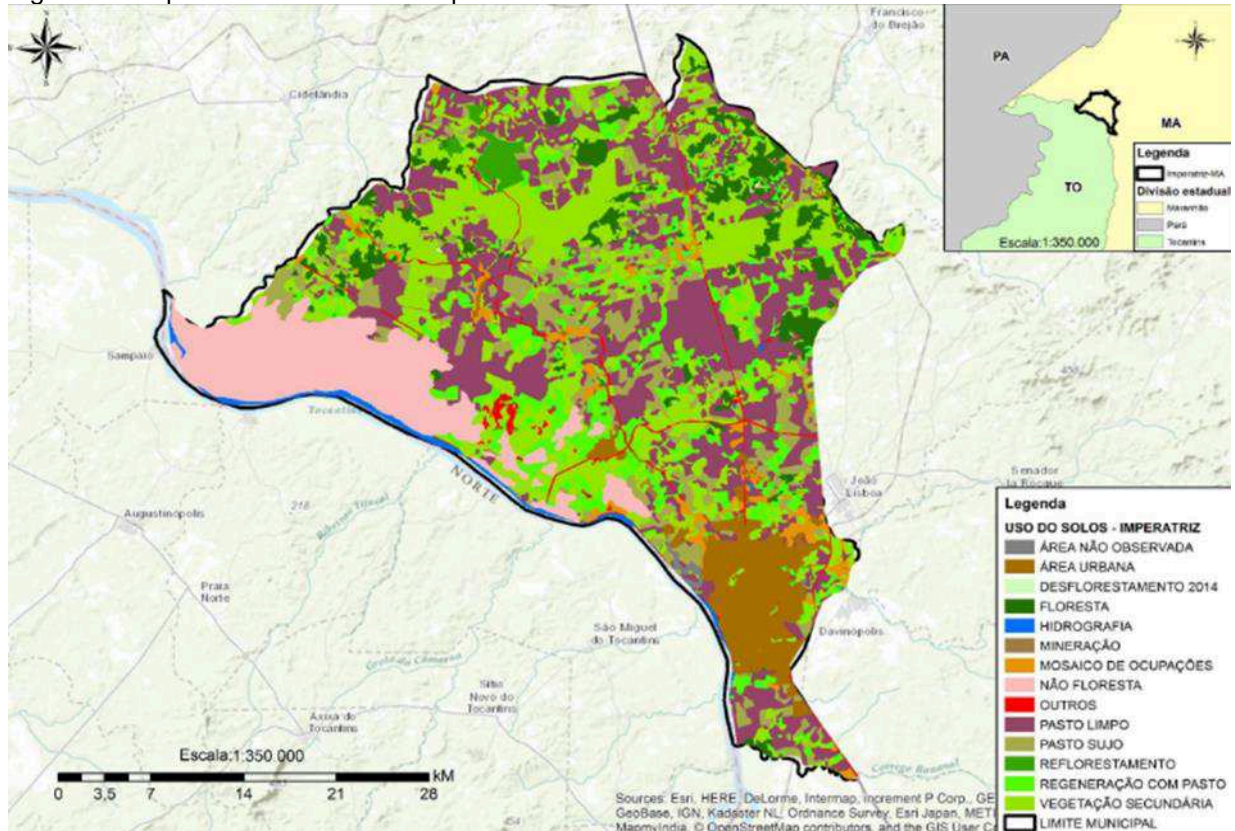
Figura 6 - Mapa de uso do solo de Imperatriz – MA em 2012



Fonte: INPE (2017)

Continuando a análise do uso do solo de Imperatriz, na Figura 7 os dados refletem o avanço da área urbana sobre o município com a consequente ampliação da área residencial necessária para abrigar a população que aumenta gradativamente, de acordo com os dados apontados no censo do IBGE (2014).

Figura 7 - Mapa de uso do solo de Imperatriz – MA em 2014



Fonte: INPE (2017)

Efetuada uma análise comparativa das imagens apresentadas nas Figuras 5, 6 e 7, observa-se ainda que o desflorestamento diminuiu, mas a área de floresta também, considerando o período de 2008 e 2012. Além do reflorestamento percebido em 2012, registrou-se também a diminuição da área de pasto limpo e da vegetação secundária, provavelmente ocasionada também pelo aumento do plantio de eucalipto na região.

Com o objetivo de possibilitar uma melhor análise dos dados, a Tabela 3 demonstra os números de cada fragmento no período dos seis anos apresentados nos mapas.

É possível verificar que a chegada da empresa Suzano, aliada a fatores como o aumento populacional do município de Imperatriz - MA, refletiu no aumento da área urbana em mais de 137% em seis anos, fato que demandou, por consequência, o aumento de oportunidades na construção civil, conforme será demonstrado no item 4.3.

Tabela 3 - Evolução do uso e ocupação do solo de Imperatriz - MA

USO DA TERRA	2008 (HA)	2012 (HA)	2014 (HA)
Agropecuária	534,97	-	-
Área não observada	308,88	2.389,46	330,14
Área urbana	3.519,18	7.084,29	8.363,34
Desflorestamento	397,86	101,29	45,18
Floresta	8.354,82	7.886,81	7.888,66
Hidrografia	2.380,65	2.380,65	2.380,65
Mineração	33,16	406,43	107,79
Não floresta	15.400,54	15.400,54	15.379,38
Pasto com solo exposto	20,88	13,58	-
Pasto limpo / pastagem	52.045,07	61.534,02	35.833,97
Pasto sujo	7.071,33	2.461,01	14.368,09
Regeneração com pasto	8.206,69	4.143,24	12.736,49
Vegetação secundária	35.319,40	31.363,86	32.712,73
Mosaico de ocupações	-	24,94	3.182,53
Reflorestamento	-	876,14	1.396,71
Outros	-	527,17	1.867,77

Fonte: INPE (2017)

Adaptado pela autora

4.2 O Perfil socioeconômico da Microrregião de Imperatriz – MA

Dando continuidade à pesquisa, buscou-se identificar o perfil socioeconômico dos 16 municípios da microrregião. Para alcançar esse objetivo, tomou-se por base as informações publicadas pelo IBGE no Atlas do Desenvolvimento Humano, por meio do censo de 2010, que foi publicado em 2013 e que fornece diversificados indicadores socioeconômicos sobre cada município brasileiro, com informações que vão desde a renda *per capita* até mesmo ao nível de escolaridade de cada lugar.

De acordo com os dados históricos apresentados na linha do tempo de Imperatriz/MA, foi possível observar que pouca coisa de destaque aconteceu na década de 1990, praticamente sem nenhuma iniciativa privada que levasse investimento para a cidade. Se nada fosse feito, Imperatriz – MA poderia retornar aos níveis dos ciclos econômicos extrativistas das décadas anteriores, comprometendo todo um processo de desenvolvimento que vinha se estabelecendo.

Esse fator se deve, entre outros, à ausência de uma gestão municipal eficaz, capaz de transmitir seriedade e competência, no que diz respeito aos incentivos aos investimentos. Pelo contrário, talvez tenha sido o momento da história deste município que mais se viu o desprezo por parte dos gestores públicos locais. (SALES; CARDOSO, 2014, p. 25).

Essa estagnação e o comodismo do governo municipal despertou a população de Imperatriz – MA para um grande movimento popular, em que as pessoas se reuniram em praça pública fazendo reivindicações e destituindo do poder alguns prefeitos, conforme relatam Sales e Cardoso (2014), complementando que o século XXI nasceria com um novo cenário econômico, já que a cidade de Imperatriz – MA continuava a se destacar como entreposto comercial e prestador de serviços para quase dois milhões de pessoas, tanto de dentro quanto de fora do estado do Maranhão.

De acordo com Sales e Cardoso (2014) Imperatriz – MA “não é só influenciada pela própria região, como também influencia a mesma. Assim, consegue atender todos os municípios circunvizinhos por meio de sua vocação econômica...”.

É possível realmente afirmar que Imperatriz – MA é influenciada pela região, pois assim como a população da microrregião busca em Imperatriz – MA o que lhe falta, igualmente realiza suas compras, paga por serviços, enfim, gera renda para a cidade, estabelecendo uma troca nesse relacionamento que já dura décadas.

A vocação econômica de Imperatriz - MA, mencionada por Sales e Cardoso (2014), não se restringe a necessidades encontradas em órgãos públicos, mas também às opções de lazer e entretenimento, conforme visto no item 4.1. A inauguração do shopping trouxe mais cinemas, parques infantis e espaços para atrações musicais e circenses, atuando como pontos de atração da população em geral.

Ademais, para identificar a real condição socioeconômica dos municípios estudados, esta pesquisa buscou entender a realidade de cada município com a intenção de elaborar um pensamento crítico quanto à colocação de cada cidade dentro da microrregião, com o objetivo de construir comparações acerca do desenvolvimento, o que culminou na tabela 4.

Os dados apontam a disparidade socioeconômica de Imperatriz - MA em relação aos demais municípios. Dos 16 lugares que compõem a microrregião, Imperatriz – MA é a única cidade com IDHM considerado alto, seguida por Açailândia e João Lisboa, ambos municípios maranhenses emancipados de Imperatriz.

Os dados apontam que apenas Imperatriz - MA figura entre os 1.000 municípios brasileiros com melhor IDHM. Seguindo a análise, observa-se que da

posição de 1.000 a 2.000 não aparece nenhum município dessa microrregião e Açailândia - MA, que tem o segundo melhor IDHM da região, posiciona-se na colocação 2.621 no ranking brasileiro, o único entre os municípios na escala de 2.000 e 3.000 em tal ranking. O município de João Lisboa – MA está na posição 3.275.

Tabela 4 – Dados Socioeconômicos da Microrregião

MUNICÍPIO	ÁREA (KM ²)	DISTÂNCIA DE IMPERATRIZ (KM)	POPULAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	DENSIDADE	IDHM 2010	RANKING NO IDHM EM 2010	FAIXA DO IDHM	RENDA PER CAPITA 2010 (R\$)
Açailândia	5.831,80	67	104.047	1981	17,84	0,672	2621	Médio	438,56
Amarante do Maranhão	7.703,29	152	37.932	1953	4,92	0,555	5128	Baixo	231,79
Buritirana	822,43	69	14.784	1997	17,96	0,583	4562	Baixo	230,11
Cidelândia	1.472,09	71	13.681	1997	9,23	0,600	4144	Médio	263,53
Davinópolis	338,61	28	12.579	1997	37,07	0,607	3984	Médio	263,12
Governador Edison Lobão	617,31	30	15.895	1997	25,75	0,629	3501	Médio	312,56
Imperatriz	1.369,02	0	247.505	1856	180,8 2	0,731	993	Alto	613,87
Itinga do Maranhão	3.596,99	125	24.863	1997	6,92	0,630	3487	Médio	336,91
João Lisboa	716,43	12	20.381	1961	28,45	0,641	3275	Médio	303,91
Lajeado Novo	1.051,40	138	6.923	1997	6,58	0,589	4416	Baixo	263,20
Montes Altos	1.344,84	65	9.413	1958	7,01	0,575	4742	Baixo	221,57
Ribamar Fiquene	904,94	51	7.318	1997	8,06	0,615	3796	Médio	317,75
São Francisco do Brejão	749,89	67	10.261	1997	13,64	0,584	4540	Baixo	253,78
São Pedro da Água Branca	723,81	290	12.028	1997	16,61	0,61	4029	Médio	289,70
Senador La Rocque	1.164,88	26	17.998	1997	15,46	0,6	4101	Médio	277,19
Vila Nova dos Martírios	1.194,83	115	11.258	1997	9,42	0,58	4614	Baixo	252,89

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013
Adaptado pela autora

Furtado (2014) afirma que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como uma fase, pois as situações de subdesenvolvimento não irão, obrigatoriamente, reproduzir a experiência de lugares desenvolvidos. Para ele, tanto um quanto outro são dois aspectos de um mesmo processo e cita como exemplo a Revolução Industrial, sobre a qual não é possível explicação esquemática, mas sim por meio de sua própria história.

Portanto, a situação de subdesenvolvimento que predomina na maioria dos municípios da microrregião de Imperatriz, e em alguns casos, do próprio município de Imperatriz – MA, só ficará no passado quando ações de novas formas de produção e de administração, tanto dos problemas quanto das vantagens, forem realizadas com tal intenção pelo poder público e por seus habitantes.

A análise dos dados demonstra ainda que a renda *per capita* de Imperatriz – MA chega a ser quase três vezes maior do que a de municípios como Amarante do Maranhão, Buritirana e Montes Altos, demonstrando a diferença econômica entre tais municípios, o que implica na condição e oportunidades que faltam à população menos favorecida.

Tais fatos levaram à análise da concentração de renda, apresentada na Tabela 5, que demonstra que poucos municípios vêm trabalhando para que a renda seja melhor distribuída entre a população, a saber: Açailândia, Amarante do Maranhão, São Francisco do Brejão e São Pedro da Água Branca. Esses municípios, mesmo regredindo quanto à concentração de renda, ainda se encontram acima de 0,50 no Índice de Gini, enquanto que municípios como Cidelândia, Imperatriz, Itinga do Maranhão e Vila Nova dos Martírios encontram-se abaixo desse marco.

Foi observado outro dado interessante: que os municípios de Governador Edison Lobão - MA e João Lisboa - MA estão no sentido contrário, com a concentração de renda aumentando em vez de diminuir.

Tabela 5 - Índice de Gini

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI		
	1991	2000	2010
Açailândia	0,62	0,62	0,56
Amarante do Maranhão	0,68	0,60	0,59
Buritirana	0,44	0,51	0,50
Cidelândia	0,47	0,55	0,47
Davinópolis	0,44	0,46	0,45
Governador Edison Lobão	0,53	0,53	0,56
Imperatriz	0,62	0,60	0,47
Itinga do Maranhão	0,52	0,69	0,44
João Lisboa	0,50	0,53	0,60
Lajeado Novo	0,57	0,52	0,56
Montes Altos	0,47	0,64	0,56
Ribamar Fiquene	0,46	0,66	0,57
São Francisco do Brejão	0,54	0,57	0,51
São Pedro da Água Branca	0,60	0,54	0,53
Senador La Rocque	0,47	0,51	0,53
Vila Nova dos Martírios	0,55	0,53	0,45

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)
Adaptado pela autora

A falha na distribuição de renda entre as pessoas reflete-se no fato de que, cada vez mais, o capital estará concentrado nas mãos de poucos, enquanto que, em sentido oposto, muitas pessoas estarão em busca de um salário, geralmente o mínimo, para satisfazer as necessidades básicas.

Ao construir a tabela 6, percebeu-se que dois dos municípios que possuem maior concentração de renda não por acaso possuem o IDHM considerado baixo, a saber: Amarante do Maranhão e São Francisco do Brejão. No caso de Açailândia e São Pedro da Água Branca: no último censo foi a primeira vez que tais municípios tiveram seus IDHM no nível médio, justamente no período em que a renda foi melhor distribuída.

Quanto à renda *per capita*, apenas o município de Itinga do Maranhão apresentou regressão de -7,55% mas isso não chegou a afetar o seu IDHM, que continuou subindo e também chegou ao nível médio pela primeira vez.

Percentualmente, os municípios que apresentaram melhor renda *per capita* foram Imperatriz, Buritirana, Senador La Rocque e Governador Edison Lobão, respectivamente. Em caso oposto, com menor crescimento da renda *per capita*, estão Montes Altos, São Francisco do Brejão e Açailândia, também respectivamente.

Tabela 6 – Renda *per capita* e IDHM dos municípios

MUNICÍPIO	RENDA PER CAPTA			IDHM		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Açailândia	269,72	294,27	438,56	0,344	0,498	0,672
Amarante do Maranhão	107,77	116,3	231,79	0,284	0,374	0,555
Buritirana	87,91	99,74	230,11	0,190	0,376	0,583
Cidelândia	119,16	159,98	263,53	0,286	0,414	0,600
Davinópolis	107,95	140,63	263,12	0,235	0,418	0,607
Governador Edison Lobão	94,46	154,86	312,56	0,267	0,422	0,629
Imperatriz	278,01	386,04	613,87	0,444	0,591	0,731
Itinga do Maranhão	222,86	364,43	336,91	0,313	0,480	0,630
João Lisboa	124,18	192,68	303,91	0,299	0,454	0,641
Lajeado Novo	112,01	157,62	263,20	0,149	0,374	0,589
Montes Altos	97,22	162,6	221,57	0,234	0,412	0,575
Ribamar Fiquene	106,76	165,92	317,75	0,131	0,402	0,615
São Francisco do Brejão	173,04	185,64	253,78	0,256	0,424	0,584
São Pedro da Água Branca	159,77	177,37	289,70	0,249	0,415	0,605
Senador La Rocque	90,40	130,99	277,19	0,219	0,392	0,602
Vila Nova dos Martírios	74,34	145,96	252,89	0,245	0,379	0,581

Fonte: Atlas do Desenvolvimento do Brasil (2013)

Adaptado pela autora

A Tabela 7 apresenta os dados referentes ao PIB de cada município, demonstrando o levantamento realizado pelo IBGE referente ao ano de 2014, que demonstra que houve evolução do PIB em todos os municípios, embora o crescimento significativo tenha sido observado em Governador Edson Lobão, Davinópolis, Vila Nova dos Martírios e Imperatriz, percentualmente.

No sentido contrário, os municípios com menor produção interna foram: Senador La Rocque, Ribamar Fiquene, Montes Altos, Buriticupu, Itinga do Maranhão e Lajeado Novo.

Aqui, percebeu-se que provavelmente o motivo da diminuição da renda *per capita* de Itinga do Maranhão - MA esteja justificada, pois havendo menor produção, também haverá menos renda a ser distribuída.

Comparando o PIB entre os municípios de Imperatriz e Açailândia, que certamente é a segunda colocada em todos os dados socioeconômicos da microrregião, a diferença chega a ser superior a três vezes, fato que, nos dias atuais, não representa ameaça à centralidade exercida por Imperatriz - MA em termos de PIB. Os dados demonstraram que, em quatro anos, o PIB de Imperatriz – MA cresceu 97% e o de Açailândia - MA, no mesmo período, cresceu 81%. Mesmo percentualmente, ainda há diferença de 16% entre esses dois primeiros colocados.

Os demais municípios, mesmo mais que dobrando o PIB nesse mesmo período, não representam ameaça nem a Imperatriz – MA nem a Açailândia - MA.

Tabela 7 – PIB por município

MUNICÍPIO	PIB		
	2000	2010	2014
Açailândia	440.031	1.012.037	1.841.292
Amarante do Maranhão	40.416	129.545	228.856
Buritirana	13.390	44.970	72.081
Cidelândia	27.605	68.517	130.828
Davinópolis	15.130	55.056	124.768
Governador Edison Lobão	20.954	141.233	324.379
Imperatriz	617.844	2.936.194	5.805.306
Itinga do Maranhão	42.119	136.049	221.753
João Lisboa	29.752	105.512	179.357
Lajeado Novo	9.951	30.679	50.127
Montes Altos	14.094	33.158	49.632
Ribamar Fiquene	9.347	37.881	54.827
São Francisco do Brejão	16.244	43.952	72.632
São Pedro da Água Branca	11.619	46.991	75.839
Senador La Rocque	25.434	88.131	125.953
Vila Nova dos Martírios	14.527	41.433	88.755

Fonte: IBGE (2014)

Adaptado pela autora

Tais fatos impulsionaram nova análise, desta vez referente aos resultados apresentados no sítio do Portal ODM, que traz os resultados obtidos por cada município referente ao atendimento dos objetivos do milênio, contemplados na Tabela 8. Tais dados estão disponíveis desde 2009, conforme informações do próprio portal e são atualizados em tempo real, com base nas informações oficiais recebidas. Os dados da Tabela 8 foram atualizados no portal em 10/02/2017.

Por meio dessa tabela, foi possível verificar que o município que mais se aproximou de atender aos objetivos do milênio foi o município de Ribamar Fiquene, seguido por Governador Edison Lobão. No sentido oposto, os municípios que menos se aproximaram dos resultados esperados foram Buritirana, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Já Imperatriz - MA, como cidade central, está no mesmo patamar que outros nove municípios, com três índices atingindo os 100% ou mais.

Analisando especificamente os dados de Imperatriz/MA, convém destacar que os objetivos: 6 - reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna, 7 - ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS e 8 - ter detido e começado a

reverter a propagação da malária e de outras doenças, podem estar sendo influenciados negativamente pelos limites do indicador, pois uma vez que Imperatriz/MA é referenciada para atender a população de 42 municípios do Maranhão, pode ser que pacientes de outros municípios estejam sendo identificados como sendo de Imperatriz/MA, mas na realidade não residem no município, apenas se tratam nos hospitais da cidade.

Nota-se ainda que a única meta cujo índice proposto foi atingido por todos os municípios foi a de número 2, que era a de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Isso pode ser resultado das oportunidades de emprego, mas também é resultado dos programas de redistribuição de renda, liderado pelo Governo Federal, como o Programa Bolsa Família.

Quanto às metas 3, 4, e 10, nenhum município da microrregião as atingiu, como é o caso de Amarante do Maranhão - MA, que não pontuou nesses três itens.

Tabela 8 - Objetivos do Milênio

METAS / MUNICÍPIO	ACAILÂNDIA	AMARANTE DO MARANHÃO	BURITIRANA	CIDELÂNDIA	DAVINÓPOLIS	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	IMPERATRIZ	ITINGA DO MARANHÃO	JOÃO LISBOA	LAJEADO NOVO	MONTES ALTOS	RIBAMAR FIGUEIRE	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	SENADOR LA ROCQUE	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS
1 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza.	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
2 - Reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população que sofre de fome.	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
3 - Garantir que, até 2015, todas as crianças, terminem o ensino fundamental.	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
4 - Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015.	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
5 - Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade infantil de crianças menores de 5 anos.	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
6 - Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
7 - Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS.	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
8 - Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças.	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
9 - Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.	Verde	Verde	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Verde	Amarelo
10 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais.	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo

Fonte: Portal ODM (2017)

Adaptado pela autora

Legenda: Verde (100% ou mais), Amarelo (abaixo de 100%), Vermelho (não iniciado)

Ou seja, todo o PIB produzido, principalmente em relação aos municípios de Imperatriz - MA e Cidelândia - MA, não se reflete nos resultados dos objetivos do

milênio, demonstrando o não comprometimento do poder público no atendimento dessas metas.

4.3 Oportunidades de emprego geradas em Imperatriz – MA frente à Microrregião

Para atender esse item, foi necessário avaliar a oferta de empregos em Imperatriz – MA e, para tanto, a consequente consulta ao site do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que forneceu dados específicos quanto à variação nas contratações e demissões de empregados em todo o país.

Buscou-se verificar a situação de Imperatriz – MA em relação aos demais municípios da microrregião, comparando com a situação encontrada no estado do Maranhão e também com o Brasil, conforme demonstra a Tabela 9.

O sítio pesquisado trouxe as informações apenas dos municípios que possuem mais de 30.000 habitantes, o que impossibilitou aprofundar a análise para todos os municípios da microrregião, restringindo à Açailândia, Amarante do Maranhão e Imperatriz.

Observou-se que a situação de desemprego em Açailândia tem se agravado, com a perda de 3.622 postos de trabalho em 2016, o que equivale a uma variação negativa de -20,41%, enquanto que no Maranhão foi de -1,03% e no Brasil de -1,19%, ou seja, o desemprego está sendo muito mais sentido no município de Açailândia do que no restante do país, de uma forma geral, devido ao fechamento de diversos postos de trabalho nas usinas de ferro Gusa, que venderam o plantio de eucalipto para a Suzano, conforme informações de Associação Comercial de Açailândia.

No município de Amarante do Maranhão - MA, a situação apresentou-se um pouco mais confortável, pois a variação foi positiva em 10,27%, ou seja, em 2016, houve mais contratações que demissões naquele município.

Os dados demonstraram que Imperatriz - MA, tal qual Amarante do Maranhão - MA, passou por 2016 na contramão do estado e do país, pois embora a variação não seja tão significativa, também não houve perda de postos de trabalho segundo a avaliação anual. Nesse quadro, durante o ano de 2016, o estado do Maranhão ocupou a 11ª posição na geração de empregos, ficando à frente de estados situados no Norte e no Nordeste do país.

Tabela 9 - Evolução do Emprego Formal

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO COM MAIS DE 30.000 HABITANTES - DEZEMBRO/2016								
MUNICÍPIOS	DEZEMBRO/2016				ANO DE 2016			
	TOTAL ADMISSÃO	TOTAL DESLIGAMENTO	SALDO	VARIACÃO %	TOTAL ADMISSÃO	TOTAL DESLIGAMENTO	SALDO	VARIACÃO %
AÇAILÂNDIA	282	609	-327	-2,27	5.366	8.988	-3.622	-20,41
AMARANTE DO MARANHÃO	3	6	-3	-0,67	131	89	42	10,27
IMPERATRIZ	1.008	1.188	-180	-0,37	18.192	17.715	477	0,97

Fonte: CAGED (2017)
Adaptado pela autora

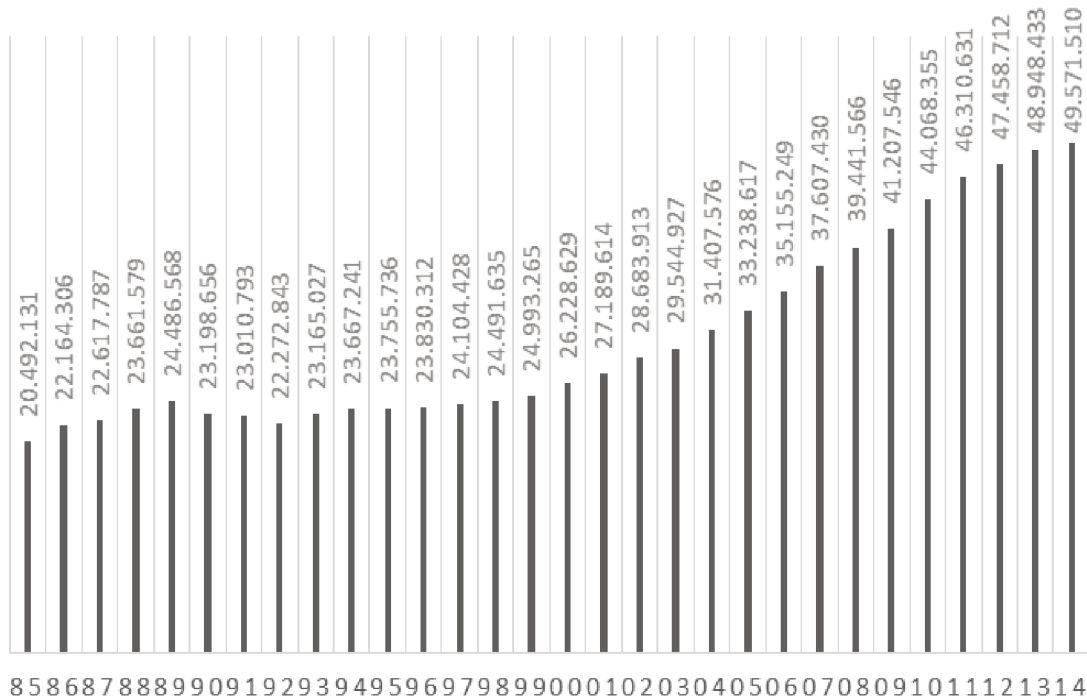
Se as grandes empresas continuam a pagar na periferia salários correspondentes ao “preço da oferta” da força de trabalho, o próprio processo de industrialização dos países periféricos contribuirá para aumentar o fosso que os separa do centro do sistema (FURTADO, 1974, p. 67).

Percebe-se que Furtado (1974) chama a atenção para o fato de que os recursos obtidos pelo trabalhador não são suficientes para reverter sua situação de dependência em relação ao poderio exercido pela classe dominante, pois esse salário não permite que ele mantenha um processo cumulativo de recursos, com vistas a “modificar a estrutura do sistema econômico”. Ou seja, o salário recebido proporciona que ele se mantenha, mas nada além disso. Não é interessante aos patrões que o assalariado consiga acumular alguma riqueza, pois ele depende de sua mão de obra para continuar produzindo e exercendo o poder.

Entretanto e principalmente em regiões subdesenvolvidas, conseguir manter um posto de trabalho já é visto como algo vitorioso e, nessa linha, é medida a condição de nível de emprego oferecido, conforme demonstra o Gráfico 1, apresentando a evolução dos postos de trabalho no Brasil a partir do ano de 1985.

O Gráfico 1 demonstrou que, historicamente, tem-se conseguido manter a criação de postos de trabalho no Brasil, com exceção dos anos de 1990, 1991 e 1992, quando houve retração de -5,26%, -0,81% e -3,21% respectivamente.

Gráfico 1 - Evolução do emprego formal no Brasil – 2003 a 2014



Fonte: Ministério do Trabalho, Relação Anual de Informações Sociais (2017)

De acordo com o CAGED, em 2012, o Brasil apresentou crescimento de 148 mil trabalhadores na construção civil, com aumento real de renda em 4,1%, o que influenciou positivamente o mercado de trabalho em Imperatriz - MA.

Considerando o ano de 2012, dentre os 5 municípios que tiveram maior participação nos setores econômicos, a cidade de Imperatriz, que tem como principal atividade de renda para a região a construção civil e a indústria de transformação, ocupou o 3º lugar no ranking de 2012. (NOGUEIRA, 2015, p. 64)

A Tabela 10 traz a comparação em relação à criação de postos de trabalho no Brasil, no estado do Maranhão e na cidade de Imperatriz. Esse comparativo demonstra nitidamente que Imperatriz – MA apresentou uma situação diferenciada em relação ao restante do país, inclusive do próprio estado do Maranhão, sempre com variação positiva na criação de postos de trabalho na construção civil.

Houve retração principalmente em 2010, mas veio a confirmar o que foi percebido nas imagens de uso do solo: a ampliação do espaço urbano necessitou de uma significativa elevação da mão de obra local, também impulsionada pela construção da fábrica da Suzano que, segundo a empresa, no pico da construção, chegou a ter 12.000 pessoas trabalhando.

Tabela 10 - Evolução do emprego na construção civil

LUGAR	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	197.868	177.185	334.311	225.145	148.114	107.024
Maranhão	10.150	4.027	12.446	246	4.987	776
Imperatriz	434	322	143	747	2.255	377

Fonte: NOGUEIRA (2015)
Adaptado pela autora

Nos últimos anos, Imperatriz - MA tem passado por ampliação de condomínios, prédios residenciais e comerciais, bem como abertura de grandes empreendimentos destinados à moradia tais como o Jardim das Oliveiras, Verona I e II, Império Romano, Colina Park e outros, além dos condomínios Residencial New Ville, Residencial Livia, Gran Village I e II, Ecopark III, IV, V e VI, Eco Pleno, Parque das Mansões, Arco do Triunfo e outros (NOGUEIRA, 2015).

Em sua pesquisa, Nogueira (2015) destaca ainda que o setor de construção civil ainda desenvolve um importante papel social, pois é um dos poucos setores que emprega trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Esse fato, por si só, já proporciona melhores oportunidades de acesso ao emprego e a consequente distribuição de renda entre os menos favorecidos.

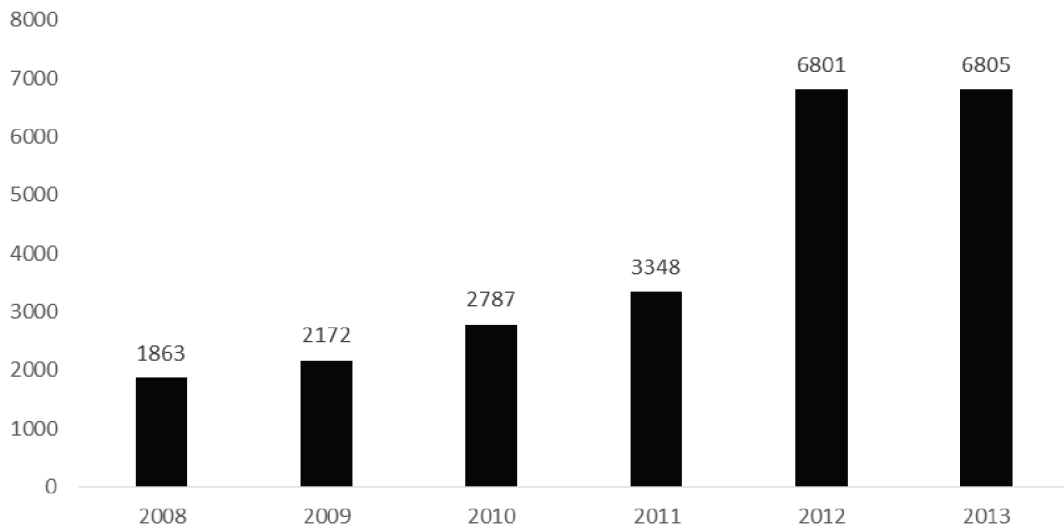
Para Nogueira (2015), vários fatores levaram a esse aumento de postos de trabalho em Imperatriz - MA:

“O crescimento da renda familiar, maior oferta de crédito imobiliário, além do aumento do volume de investimentos públicos e privados por meio dos programas de incentivo como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e também o Minha Casa, Minha Vida. (NOGUEIRA, 2015, p. 84)

Destarte, não foi apenas um ou outro fato isolado que proporcionou o aumento de postos de trabalho na construção civil, mas um conjunto de fatores, partindo tanto da iniciativa privada quanto do próprio governo, o que culminou nos dados apresentados no Gráfico 2, que demonstra que do ano 2008 para o ano de

2009 houve uma evolução de 16,6% no estoque de empregos; do ano de 2009 para o ano de 2010 a evolução foi de 28,3%; do ano de 2010 para o ano de 2011 a evolução foi de 20,1%; do ano de 2011 para o ano de 2012 foi de 103% e do ano de 2012 para o ano de 2013 praticamente ficou estagnado, com crescimento de 0,5%.

Gráfico 2 - Evolução do Estoque de Emprego na Construção Civil em Imperatriz - MA



Fonte: NOGUEIRA (2015)
Adaptado pela autora

Conforme a afirmação de Arrighi (1997) de que o desenvolvimento pode acontecer independente da industrialização, observa-se que, na cadeia de suprimentos para abastecer a fábrica de celulose em Imperatriz - MA, o plantio de eucalipto espalhou-se por toda a região, abrangendo 11 dos 16 municípios da microrregião, conforme demonstra a Tabela 11.

Observa-se que Açailândia – MA aparece em primeiro lugar quanto às áreas plantadas de eucalipto, detendo em seus limites mais que o dobro de área de eucalipto plantado que o próprio município de Imperatriz, que é onde está instalada a fábrica de celulose, seguida pelo município de São Pedro da Água Branca, que possui mais de 50% a mais de área plantada com eucalipto. Isso se justifica, pois Imperatriz - MA praticamente não detém área rural, necessitando de grande extensão de terras para essa monocultura.

De acordo com informações da própria empresa Suzano, de 88.841,71 hectares de eucalipto plantados até 01/12/2016, a microrregião detinha 55.005,76 hectares, ou seja, o equivalente a 61,91% de todo o eucalipto plantado no Maranhão. A vinda da empresa Suzano para Imperatriz/MA demonstra que “a

reprodução contínua do capital é elemento estrutural da economia capitalista, suportando o ideal de crescimento constante do capital” (VIEIRA; SANTOS, 2012), sinalizando que para a riqueza ser expandida é necessário haver o deslocamento espacial para garantir a continuidade das atividades e, conseqüentemente, a concentração do capital.

Do eucalipto plantado na microrregião, Imperatriz – MA detém apenas 14,58%. Os 85,42% restantes estão distribuídos nos demais dez municípios, conforme tabela 11, sendo um indicador da distribuição de emprego e renda na microrregião. Tais dados constam nas informações emitidas pela Suzano, conforme anexo A que consta no final deste trabalho.

Tabela 11 - Plantio de Eucalipto na Microrregião de Imperatriz - MA

MUNICÍPIO	PLANTIO (ha)
Açailândia	17.327,97
Buritirana	849,99
Cidelândia	3.731,43
Governador Edson Lobão	311,25
Imperatriz	8.022,35
Itinga	7.492,03
João Lisboa	459,98
Ribamar Fiquene	236,33
São Francisco do Brejão	3.109,44
São Pedro da Água Branca	12.134,00
Vila Nova dos Martírios	1.330,99
TOTAL	55.005,76

Fonte: Suzano (2016)

Adaptado pela autora

A fábrica tem capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano e emprega 1.699 funcionários diretos, dos quais 71,5% são da região, além de 11.108 terceirizados, conforme informações publicadas no Plano de Manejo Florestal (2016) da empresa.

Para saber se os empregos gerados beneficiam trabalhadores de outros municípios, buscou-se saber a origem deles no quadro de empregados da empresa, demonstrado conforme registro na Tabela 12.

Observa-se que o município de Açailândia detém tanto uma grande área plantada como também um grande número de funcionários, seguida por Vila Nova dos Martírios - MA e por Cidelândia - MA. Já o município de São Pedro da Água Branca, mesmo com extensa área plantada, possui apenas 2 funcionários próprios no quadro da empresa e, tal qual os demais municípios, a quantidade de empregos gerados é irrelevante, com alguns não chegando a uma dezena.

Isso é compreensível quando se verifica que o plantio do eucalipto acontece por meio do serviço terceirizado

Entretanto, sob uma análise de forma generalizada, a microrregião concentra 64,22% da origem da mão de obra, ocupando 779 postos dos 1.213 no total, demonstrando que, mesmo com a instalação da fábrica de celulose no município de Imperatriz, houve polarização na contratação de mão de obra e também no plantio do eucalipto, beneficiando a maioria da região ora estudada.

Tabela 12 - Quantidade de Funcionários por Município da Microrregião

MUNICÍPIO	FUNCIONÁRIOS
Açailândia	225
Amarante	2
Buritirana	1
Cidelândia	78
Davinópolis	6
Governador Edson Lobão	4
Imperatriz	280
Itinga	7
João Lisboa	26
São Francisco do Brejão	16
São Pedro da Água Branca	2
Senador La Rocque	9
Vila Nova dos Martírios	123
TOTAL	779

Fonte: Suzano (2017)
Adaptado pela autora

4.4 A Relação de Dependência dos Municípios da Microrregião de Imperatriz – MA relacionados ao Ensino Superior, Transporte, Saúde e Serviços Públicos

Os indicadores apontam que não é apenas o emprego que compõe a melhoria na condição de vida das pessoas. Outros fatores como a educação são igualmente importantes nessa composição e, neste item, um dos focos foi a análise da educação superior, considerando que Imperatriz - MA concentra 17 instituições de ensino superior presenciais que juntas oferecem 25 cursos de graduação diferentes entre si, enquanto que a maioria dos municípios da microrregião, exceto por Açailândia - MA, não oferece nenhuma IES aos seus habitantes (SOUZA, 2016).

Além das Instituições de Ensino Superior – IES – presenciais, Imperatriz – MA conta ainda com outras instituições que oferecem ensino a distância e também um instituto federal, conforme demonstrou o estudo realizado por Sousa (2016), em que foi possível analisar o percentual de estudantes de outras localidades que se deslocaram para estudar em Imperatriz - MA em cursos de graduação.

A pesquisa se concentrou em cinco IES privadas e presenciais, durante o ano de 2016, abrangendo 675 estudantes que responderam a um questionário específico sobre o tema estudado, o que proporcionou os resultados constantes na Tabela 13.

Nos estudos de Sousa (2016), ficou demonstrado que mais da metade dos estudantes pesquisados é de origem da própria cidade de Imperatriz e que os demais são fruto do processo migratório já conhecido na região, abrangendo não somente a microrregião de Imperatriz - MA, mas também e principalmente outras localidades do Maranhão e de outros estados como Piauí, São Paulo, Goiânia, Tocantins e outros.

Na pesquisa realizada, foi detectada a existência de estudantes vindos dos municípios de Açailândia, João Lisboa, Cidelândia, Senador La Rocque, Governador Edison Lobão, Davinópolis e Montes Altos, somando 9,6% especificamente na microrregião de Imperatriz. Destes, 1% optou por residir em Imperatriz - MA para estudar, evitando as viagens diárias até suas cidades de origem.

Entretanto, como estudantes de várias outras cidades de fora da microrregião também se deslocam para estudar em Imperatriz - MA, a pesquisa de Sousa (2016) apontou que 30,5% dos estudantes em IES na cidade de Imperatriz são oriundos de

outras cidades e o percentual de estudantes que passa a residir em Imperatriz – MA por conta dos estudos, sobe de 69,5% para 85,8%.

Tabela 13 - Local do nascimento / moradia antes do ensino superior / moradia atual

LOCAIS	Imperatriz	Açailândia	João Lisboa	Cidelândia	Senador La Rocque	Governador Edison Lobão	Davinópolis	Montes Altos	Outras cidades e Estados
Local de nascimento	55,1	5,2	2,1	0,3	0,1	0,1	0	1,5	35,6
Local de moradia antes do ES	69,5	5,5	2,1	0,4	0,3	0,6	0,6	0,1	23,5
Local de moradia atual	85,8	5,3	1,2	0,4	0,1	0,9	0,7	0	4,6

Fonte: SOUSA (2016)
Adaptado pela autora

Os números estudados apontam que a sistemática de evolução da concentração urbana no solo de Imperatriz - MA, demandam, por consequência, a necessidade de novos lugares para moradia.

Novas residências em condomínios de casas ou edifícios proporcionam o aumento de postos de trabalho na construção civil, fato que possibilita o entendimento de que uma necessidade alavanca oportunidades em diferentes frentes; nesse caso, iniciando na migração para o estudo nas IES e finalizando com a abertura de novos postos de trabalho na construção civil.

Retornando à análise do acesso ao ensino superior, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2013), 73% dos estudantes de ensino superior estavam matriculados na rede privada de ensino. Vários fatores podem ter contribuído para esse resultado e podem ser citados tanto o aumento de IES privadas quanto os vários programas de incentivo oferecidos pelo Governo Federal. Além disso, a dificuldade em entrar em uma IES pública, por ampla concorrência, torna-se maior a cada dia.

Para facilitar a entrada da população mais carente às redes de ensino privadas, o Governo oferece vários tipos de incentivos que visam fazer com que o estudante consiga concluir a graduação superior. Nas IES estudadas por Sousa

(2016), o Programa Universidade para Todos - PROUNI foi a opção mais viável e presente em todos os cursos, diferente do sistema de cotas, FIES, financiamento da própria IES ou bolsa de estudo, por exemplo, conforme dados disponíveis na Tabela 14.

Tabela 14 - % de matrículas nas IES por programa de acesso, por curso

CURSO	Sistema de Cota	PROUNI	FIES	Outros	Vestibular	Financiamento IES	Educa mais Brasil	Concurso de Bolsa	Transferência	Faculdade para todos
Administração	5,7	25,5	12,8	6,4	46,1	2,8	1	0	0	0
Pedagogia	1,5	4,4	0	0	88,2	0	0	0	0	0
Direito	0	4,4	0	94,5	1,1	0	0	0	0	0
Enfermagem	2,9	8,6	0	1,4	87,1	0	0	0	0	0
Recursos Humanos	13,9	22,2	13,9	8,2	30,6	5,6	5,6	0	0	0
Nutrição	0	19,4	0	0	80,6	0	0	0	0	0
Ciências Contábeis	6,1	14,3	0	1	70,4	0	0	8,2	0	0
Engenharia Civil	0	3,7	0	0	96,3	0	0	0	0	0
Economia	0	12,5	0	0	87,5	0	0	0	0	0
Odontologia	0	16,7	0	8,3	75	0	0	0	0	0
Farmácia	2,9	14,3	0	0	80	0	0	0	2,9	0
Sistemas de Informação	2	10	0	2	84	2	0	0	0	0

Fonte: Sousa (2016)
Adaptado pela autora

De acordo com o INEP, em 2011 existiam 8.640 alunos matriculados no ensino superior privado em Imperatriz - MA. Entretanto, após esse período chegaram outras IES à cidade e ampliaram-se as opções nas áreas de engenharia, por exemplo, que atraíram ainda mais estudantes para o local. Tais mudanças poderão fazer com que esse número apresente um crescimento acentuado em um novo estudo sobre o tema.

Ademais, 8.640 alunos cursando ensino superior é um número substancial, quando comparado, por exemplo, à população dos próprios municípios, em que Lajeado Novo e Ribamar Fiquene, ambos municípios da microrregião de Imperatriz – MA, possuem uma população inferior ao número de estudantes que cursam alguma graduação em Imperatriz - MA, conforme informações do IBGE (2013).

Analisando as informações disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), observam-se os números da Tabela 15, considerando o percentual de jovens entre 18 e 25 anos que estavam cursando algum curso de graduação nas cidades da microrregião de Imperatriz – MA, que resulta nas considerações que se apresentam a seguir.

O município de Açailândia foi emancipado de Imperatriz – MA em 1982, e quase dez anos depois, ainda não possuía nenhum jovem, na faixa etária citada acima, cursando ensino superior, fato que só veio a acontecer timidamente no apontamento do censo do ano de 2000 e, mesmo assim, ainda ficou atrás de Amarante do Maranhão– MA em 2010, município que detém um dos piores índices de IDHM da microrregião e com renda *per capita* quase 50% inferior à de Açailândia - MA.

Até o ano 2000, as cidades de Buritirana, Cidelândia, Lajeado Novo, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão e Vila Nova dos Martírios também não possuíam nenhum jovem nessa faixa etária que estivesse cursando o ensino superior, fato modificado no censo de 2010, quando todos apresentam sensível crescimento de jovens estudando, sendo que o menor percentual estava em Vila Nova dos Martírios, provavelmente por estar distante de locais onde haja IES.

A proximidade com Imperatriz – MA tende a facilitar a vida dos estudantes que residem em João Lisboa - MA, município que apresenta o maior grau de crescimento de estudantes em nível superior, aumentando em mais de 7% em uma década.

É salutar ressaltar que, em uma década, o total de estudantes em IES do município de Imperatriz – MA aumentou em quase cinco vezes, uma quantidade que justifica todas as IES instaladas no município, o que ainda não coloca Imperatriz – MA como polo de educação, conforme aponta o estudo de Sousa (2016), mas que possui a maior e mais completa opção de instituições e cursos para os jovens da região, uma vez que apenas Açailândia – MA conta com faculdades e universidades presenciais na sede.

Todos os outros municípios dependem de Imperatriz – MA para cursar o ensino superior presencial.

Tabela 15 - % de Jovens entre 18 e 24 anos cursando nível superior

LOCAIS	1991	2000	2010
Açailândia	0	0,53	4,32
Amarante	0	0,29	5,51
Buritirana	0	0	2,54
Cidelândia	0	0	4,58
Davinópolis	0	0,77	2,03
Governador Edison Lobão	0	0,65	2,44
Imperatriz	0,80	3,62	15,51
Itinga	0	0,92	3,47
João Lisboa	0	0,80	7,98
Lajeado Novo	0	0	2,57
Montes Altos	0	1,18	5,29
Ribamar Fiquene	0	0	1,50
São Francisco do Brejão	0	0	2,17
São Pedro da Água Branca	0	0,88	3,03
Senador La Rocque	0,92	0,35	5,03
Vila Nova dos Martírios	0	0	1,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Adaptado pela autora

A gestão do desenvolvimento como um processo de inserção social e autonomia, sem centralização, exige um conjunto organizado de atores públicos e privados, representativos dos diferentes segmentos da sociedade civil, do mercado e das estruturas estatais, com competência e visão de futuro, capazes de implementar um desenvolvimento democrático e descentralizado (DALLABRIDA, 2011, p. 49)

O pensamento de Dallabrida (2011) leva o leitor a refletir que, para alcançar a independência exercida por uma cidade central, é necessário um trabalho de longo prazo, em que o envolvimento de diferentes atores seja exercido com esse objetivo fim, alcançando um patamar previamente definido e buscado, em que o desenvolvimento seja suficiente para oferecer aos seus habitantes as opções de que eles necessitam para fazer suas escolhas, sem que, necessariamente, sejam cegamente encaminhados à única opção disponível.

Entretanto, essa liberdade não é percebida na microrregião em várias frentes, como por exemplo, o exercício do direito de ir e vir, conforme demonstram os levantamentos a seguir.

Buscou-se informações da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) sobre o aeroporto de Imperatriz - MA, ou Aeroporto Prefeito Renato Moreira, que exerce importante papel para o desenvolvimento da região, pois é o único nas proximidades que recebe voos comerciais regularmente.

Hoje, operam no aeroporto as companhias Azul Linhas Aéreas e Latam. Os passageiros chegam em busca principalmente do turismo de negócios, para estudar e também para o turismo de lazer, já que Imperatriz – MA é a entrada para o Parque Nacional da Chapada das Mesas, na região de Carolina - MA.

Na década de 1930, o serviço aéreo acontecia por meio de hidroaviões, sendo que o aeroporto de terra só veio a ser construído na década de 1950, onde hoje funcionam o Colégio Graça Aranha, o Fórum, a Universidade Federal, entre outros.

De acordo com a Infraero, em 1955 chegaram as aeronaves DC-3 e em 1968 chegava na cidade a Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), que atendia a região com dois voos semanais. Isso fez aumentar a demanda que indicou a necessidade de construção de um novo aeroporto e o terreno escolhido ficava a 5 quilômetros do centro da cidade, onde funciona até os dias atuais.

O novo aeroporto foi concluído em 25 de maio de 1973 e reformado em 2012, ampliando sua área de 1.118 m² para 2.164 m².

Hoje, o aeroporto oferece serviço de transporte a milhares de pessoas por ano e ainda é o único em toda a microrregião. A chegada do aeroporto e das grandes companhias aéreas, com voos diários ligando Imperatriz – MA à toda a malha aérea do país, colocou a cidade no leque de oportunidades possíveis para os empreendedores.

O transporte fluvial acontece por meio de balsa, que faz a ligação pelo Rio Tocantins entre Imperatriz – MA e o estado do Tocantins. Mesmo com a inauguração da ponte em 2009 ligando os dois estados, a balsa continuou ativa e mesmo que a balsa não atue como ligação de Imperatriz – MA com outros municípios da microrregião, ela funciona como alternativa mais rápida de ligação entre os dois estados e favorece a vida de quem não possui carro e precisa fazer a travessia de maneira rápida e econômica.

O município de Imperatriz - MA conta com uma empresa que faz o transporte urbano dentro da cidade por meio de 35 ônibus, e ainda com duas outras empresas que fazem o transporte ligando Imperatriz – MA aos municípios de João Lisboa,

Amarante do Maranhão, Davinópolis, Governador Edison Lobão e Senador La Rocque, na microrregião estudada.

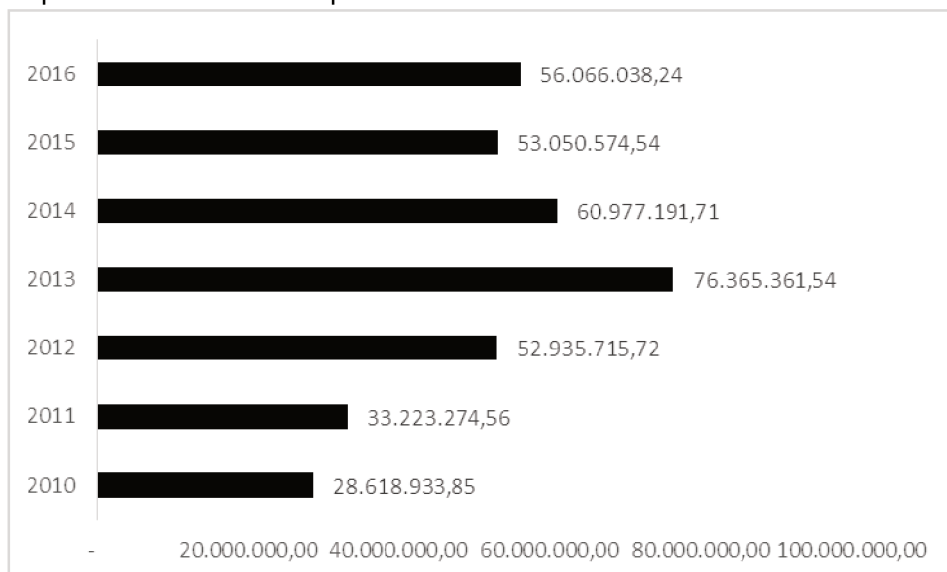
As demais cidades da microrregião são atendidas pelo transporte alternativo por meio de uma cooperativa que conta com 113 veículos, devidamente regularizados pelo estado.

Para possibilitar uma infraestrutura crescente, com condições de atender à população, é necessária uma série de investimentos nesse sentido. Para tanto, a prefeitura intensificou seus controles, como implantação de nota fiscal de serviços eletrônica, entre outras iniciativas, bem como atraiu novas empresas para seu domínio com o objetivo de aumentar a arrecadação de impostos municipais.

O Gráfico 3 demonstra que as iniciativas foram bem sucedidas, pois a arrecadação mais que dobrou nos últimos 6 anos, com destaque para o ano de 2013, ano em que foi concluída a construção da fábrica de celulose da Suzano.

Esses resultados demonstraram que, no período de 2010 a 2013, houve constante evolução na arrecadação de impostos, mas também que houve retração em 2014 e 2015. Provavelmente, um dos motivos tenha sido o período de implantação da Suzano, que levou para Imperatriz – MA dezenas de empresas que trabalharam na construção da fábrica. Após sua inauguração, em dezembro de 2013, ficaram apenas os impostos municipais do próprio processo produtivo.

Gráfico 3 - Imposto arrecadado em Imperatriz - MA



Fonte: Secretaria da Fazenda de Imperatriz - MA, 2017
Elaborado pela autora

Outro fato é que, mesmo com a crise de 2008, a arrecadação em Imperatriz - MA nos anos imediatamente seguintes não diminuiu, o que demonstrou a capacidade do município de caminhar no sentido oposto das demais cidades.

A luta competitiva pelo mais-valor e a necessidade de disciplinar os trabalhadores segundo as leis da acumulação constituem a base para o dinamismo tecnológico do capitalismo [...] a escala de produção crescente também requer a concentração de capital, principalmente através da acumulação (HARVEY, 2013, p. 205).

A arrecadação realizada nos últimos anos demonstrou que a acumulação pode ser benéfica quando revertida em benefício da população, como os exemplos a seguir, na área da saúde. Sem essa ampliação, muitas especialidades atendidas em Imperatriz – MA não teriam sido possíveis, uma vez que o hospital de Imperatriz – MA é referenciado para atender 42 municípios, em um total de 1.017.994 habitantes, conforme censo do IBGE (2010) – total este que corresponde a 17,33 % da população do estado do Maranhão. Essa microrregião é composta por 5 microrregiões: Imperatriz, Açailândia, Barra do Corda, Grajaú e Balsas, além de 12 módulos assistenciais.

A regionalização da saúde está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Saúde 8080 de 1990, com o objetivo de organização político-territorial do SUS, ultrapassando a gestão administrativa das localidades.

Portanto, as regiões de saúde devem ser organizadas de forma a garantir o direito da população à saúde e potencializar os processos de planejamento, negociação e pactuação entre os gestores (REGO, 2013, p. 39).

Destarte, existe a regionalização para os atendimentos de saúde da população, conforme detalhado no estudo de Rego (2013), transcendendo a microrregião de Imperatriz, cobrindo parte dos estados do Tocantins, Pará e Maranhão (TOPAMA), num montante de 110 municípios, mas nosso estudo restringiu-se ao levantamento de dados apenas da microrregião.

Este desenho regional é importante pois busca respeitar as realidades locais, ou seja, em determinados lugares talvez seja necessário ultrapassar as barreiras geográficas e administrativas, pois o paciente será beneficiado diante da rapidez do atendimento, haja vista o menor deslocamento possível e o costume intrínseco no dia a dia (REGO, 2013), como é o caso de São Miguel do Tocantins, que fica no Estado do Tocantins, mas é muito mais perto de Imperatriz/MA, do que Araguaína/TO, bastando atravessar a ponte para chegar ao hospital mais próximo,

enquanto o deslocamento para Araguaína/TO culminaria em uma viagem de mais de 200 km.

Pensando em situações assim, percebe-se a importância da regionalização da saúde em hospitais referenciados para tal.

Conforme dados da Secretaria de Saúde (2016), de todos os atendimentos realizados pelo Hospital Municipal em 2015, apenas 10,02% foram referentes ao atendimento de pacientes da região referenciada para este hospital e o restante é referente ao atendimento dos pacientes de fora da área de referência, até mesmo de outros estados do Brasil.

De acordo com a Secretaria da Saúde (2016), 29,13% da arrecadação foram investidos em saúde; em 2015 o percentual foi de 28,16%, oriundos da arrecadação de impostos municipais e também do repasse federal, percentual que ultrapassa o mínimo exigido pela legislação, que é de 15%. Ou seja, o município de Imperatriz tem investido em saúde quase o dobro do que é exigido para tentar atender a todas as demandas na área.

O Hospital Municipal de Imperatriz – MA atende as especialidades de radiodiagnóstico, ressonância magnética, neurocirurgia, cirurgia ortopédica e litotripsia para as microrregiões de Imperatriz, Açailândia, Barra do Corda, Balsas e Grajaú, além de tomografia computadorizada para as microrregiões de Imperatriz, Açailândia e Barra do Corda e de hemoterapia (Hemonúcleo) para as microrregiões de Imperatriz e Açailândia, conforme informa a Secretaria da Saúde (2016).

Os casos mais graves, que requeiram cirurgia cardíaca ou tratamento para pacientes com câncer em estágio avançado, que antes eram enviados à capital do estado, atualmente podem ser enviados ao Hospital Macrorregional de Imperatriz - MA, inaugurado no final de 2016. Este hospital é referência também para pacientes de outros Estados, como os do Tocantins, por exemplo, atendendo ao processo de regionalização da saúde.

Os serviços de obstetrícia são tratados exclusivamente no Hospital Regional, mantido pelo Governo Estadual.

O Hospital Macro Regional é hoje a principal referência no tratamento de câncer disponibilizando tratamento oncológico adulto e, diferentemente do Hospital Municipal, trabalha na modalidade conhecida como 'porta fechada', em que a Central de Regulação do Hospital recebe, avalia e controla os pedidos de internação

nas áreas de clínicas médica, cirúrgica, oncológica e clínica cirúrgica oncológica, assim como Terapia Intensiva Adulto, por meio de leitos regulados e referenciados.

Ao todo, são 116 leitos de internação distribuídos nas especialidades clínica médica (26), cirúrgica (26), oncológica (26) e clínica cirúrgica oncológica (26), e mais 12 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto, com capacidade mensal de internação de 3.120 pacientes e 360 na UTI.

Quem necessita ainda encontra à disposição a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) – São José, em Imperatriz - MA. De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, cerca de 80 mil pessoas que moram na região são beneficiadas com o investimento. A UPA possui 50 leitos e tem capacidade para atender cerca de 100 pacientes por dia.

Ademais, a saúde não envolve apenas o acesso aos hospitais, mas também o acesso aos medicamentos que são utilizados para a recuperação do paciente, conforme demonstrado no estudo realizado por Castro (2015), onde afirma que, para o Poder Judiciário, a impossibilidade de ter disponíveis os medicamentos necessários representa quebra a dignidade humana.

Segundo Castro (2015), a demanda por medicamentos é crescente e isto gera um impacto financeiro cada vez maior, além do que uma parte desta gestão ocorre no âmbito municipal, com o respectivo repasse de recursos. Há que se considerar que, segundo a Constituição Federal, cuidar da saúde das pessoas é responsabilidade do município, cabendo ao Estado a cooperação técnica e financeira.

Portanto, em um primeiro momento, é realmente ao município que ocorre a busca pelos medicamentos necessários à recuperação da saúde dos munícipes. Assim, quando a medicação não é disponibilizada, é comum que as pessoas judiciem ações contra o município; em determinados momentos, estas ações judiciais ultrapassam os limites de seu conhecimento e interferem negativamente no sistema de saúde (CASTRO, 2015).

No levantamento realizado por Castro (2015) evidenciou-se que a maior parte das ações ajuizadas são referentes a solicitação de medicação, atingindo o percentual de 23,9% no período de 2012 a 2014. Dando continuidade ao estudo, Castro (2015) observou que as ações ajuizadas para conseguir leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), para munícipes de 0 a 17 anos, regrediu de 2013 para 2014, pois foram realizados investimentos para a melhoria nesta prestação de serviços,

demonstrando que para conseguir efetividade na política de saúde, é necessário aporte do governo, bem como contínuas ações de melhoria.

Assim, mesmo que enfermos de outros municípios não ajuízem ações diretas contra a Secretaria de Saúde de Imperatriz/MA, igualmente são beneficiados pelos investimentos realizados como, por exemplo, os investimentos em infraestrutura descritos no parágrafo anterior.

Entretanto, os serviços oferecidos em Imperatriz - MA não se restringem à educação e saúde ou oportunidades de emprego. É possível contar ainda com diversos órgãos públicos, como o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Receita Federal, além de instituições como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (SEST SENAT), sendo que a única outra localidade da microrregião que possui esses órgãos é a cidade de Açailândia, exceto pelo SEST SENAT que, na microrregião, só existe em Imperatriz - MA.

Esses órgãos exercem papel fundamental no desenvolvimento da região, pois dão orientações quanto à aposentadoria, recolhimento de impostos, apoio ao empreendedor, desenvolvimento profissional voltado à indústria, comércio e transporte, além de melhoria na qualidade de vida das pessoas, com ações voltadas à prevenção de doenças, oferecendo serviços como odontologia, fisioterapia, nutrição, psicologia, esporte e lazer – a maioria gratuita ou com preços simbólicos para a população.

Como exemplo, o SEST SENAT, unidade de Imperatriz - MA, oferece, gratuitamente, para todas as pessoas que trabalham em empresas de transporte ou que sejam autônomos no segmento de transporte, os cursos exigidos para o exercício da função, tais como: Transporte de Produtos Perigosos, Transporte de Passageiros, Transporte Escolar, Mototaxista, Transporte de Emergência e Transporte de Cargas Indivisíveis. Antes da chegada dessa instituição à Imperatriz - MA, não existia na região quem pudesse oferecer tais cursos, que necessitam de autorização legal para que aconteçam.

Dessa forma, além de proporcionar que o profissional se qualifique para atender à legislação, ainda possibilita que ele esteja pronto para o mercado de trabalho, considerando toda a malha viária que passa por Imperatriz – MA e região.

O ponto de partida dessa circulação é o dinheiro, valor de troca autonomizado. Historicamente, também a formação do capital tem como ponto de partida, em todo lugar, a riqueza em dinheiro, e a primeira concepção do capital é de que ele é dinheiro, mas dinheiro que passa por certos processos (MARX, 2010, p. 28).

Os resultados apresentados demonstram que, mesmo quando não há dinheiro em espécie envolvido, é ele quem move os interesses e as negociações, pois sempre haverá um fornecedor, um trabalhador, um consumidor... onde quer que se vá, existe uma classe interessada em vender seu conhecimento, sua mercadoria, seu trabalho.

É essa a base que movimenta o consumismo e estabelece lugares com maiores ou menores possibilidades de atender às demandas da população, demandas essas que se modificam e que requerem constante mutação, tanto do que é vendido, quanto de quem adquire os bens, sejam na forma de mercadoria ou de conhecimento.

Ademais, algumas localidades, pelo seu próprio porte, não comportam algumas instituições públicas ou investimentos da iniciativa privada, como aeroportos, *shoppings*, serviços especializados de saúde, entre outros. Entretanto, o que se discute é que, pelo menos as necessidades básicas deveriam ser atendidas em cada município, facilitando a vida do cidadão.

Portanto, como isto nem sempre acontece, quem melhor se adaptar a tais necessidades ficará com a maior parte do dinheiro e exercerá a tendência de centralidade, que é o que tem acontecido com Imperatriz – MA nas últimas décadas.

5 DISCUSSÃO

Na sessão anterior, foram apresentados os dados correspondentes às pesquisas referentes aos quatro objetivos específicos. No entanto, para melhor compreensão desses dados faz-se, nesta seção, uma discussão dialogando com os pressupostos teóricos que norteiam a pesquisa.

O primeiro aspecto a ser analisado refere-se às condições históricas que estabeleceram a centralidade de Imperatriz - MA na microrregião. Nesse sentido, ficou evidenciado que o período de maior crescimento de Imperatriz – MA deu-se na década de 1970, muito em função da extração da madeira, que era abundante na região na época. Isso fez com que a população de Imperatriz – MA saltasse de 80.827 habitantes em 1970 para 220.469 em 1980, segundo o IBGE (1980). Esse foi o segundo maior índice de crescimento populacional no país nesse período.

Harvey (2006), que considerou que o poder é centralizado na classe capitalista, leva-nos a fazer uma correlação com o crescimento populacional de Imperatriz - MA, em que as mudanças históricas transformaram a cidade, alçando-a ao posto de “capital” de uma microrregião, enquanto que, há poucas décadas, não passava de um local indesejado e de difícil acesso, conforme nos demonstrou Franklin (2008) ao longo do levantamento histórico por ele realizado.

Tal crescimento favoreceu a centralização do poder, pois o município foi tomado por fazendeiros e falsos donos de terras que delas se apossaram ilegalmente, expulsando os pequenos produtores e formando grandes fazendas para a criação de gado. Muitos desses pequenos produtores, sem ter para onde ir, passaram a ser trabalhadores nas empresas que, atraídas pela facilidade do transporte e pelas fartas terras, se instalaram em Imperatriz– MA (FRANKLIN, 2008).

Para Harvey, “a cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (HARVEY, 2014, p. 134).

Essa vida comum é totalmente dependente da ação do Estado, pois serviços como educação e saúde só são acessíveis à classe trabalhadora se forem mantidos pelo Governo; já os capitalistas possuem toda a condição financeira para sustentar suas necessidades de forma particular, por exemplo.

Até poucas décadas atrás, essa região estava inserida em uma área mal vista, não valorizada e até desdenhada, mas que conseguiu, devido aos vários

fatores mencionados nesta pesquisa, mostrar sua importância e seu crescente desenvolvimento que, não por acaso, influencia os lugares do seu entorno. Lefebvre (1999) afirma o seguinte:

Um pensamento a caminho da unidade concreta efetua a retomada (seletiva) das particularidades, promovidas à posição de diferenças: locais, regionais, nacionais – étnicas, linguísticas – éticas, estéticas, etc. Apesar dos esforços pela homogeneização pela técnica, apesar da constituição de isotopias arbitrárias, ou seja, de segregações e separações, nenhum lugar urbano é idêntico a outro (LEFEBVRE, 1999, p. 47).

Destarte, estudar a centralidade exercida por Imperatriz - MA não pode se restringir às suas próprias fronteiras, mas sim ao que essa centralidade influencia nos demais municípios do seu entorno, pois quando um local se desenvolve, acaba por influenciar globalmente os que estão ao seu redor, dividindo com os demais os ônus e os bônus de tal desenvolvimento, não com a intenção de uniformizar, mas de evoluir.

Por assim ser, foi necessário estudar o perfil socioeconômico dos demais municípios da microrregião, ação realizada para o atendimento do segundo objetivo específico. O que se pôde perceber foi que, mesmo estando próximos na classificação da escala do IDHM dentro da microrregião, quando são levados para a escala em nível nacional, os municípios demonstram disparidade significativa entre si, mas principalmente em relação à Imperatriz - MA.

Quando compara-se o município de Imperatriz – MA com o último colocado na microrregião, o município de Amarante do Maranhão, que ocupa a posição número 5.128 no ranking nacional, teremos uma diferença de 4.397 posições separando os dois municípios.

Pode ser que, não por acaso, Amarante do Maranhão - MA, a segunda cidade mais distante de Imperatriz - MA, geograficamente falando, estando à frente apenas de São Pedro da Água Branca - MA, tenha mais dificuldades em se beneficiar da centralidade exercida por Imperatriz - MA.

Conforme observado, com tantas disparidades, é certo que tais cidades se deslocarão para Imperatriz – MA em busca de atender suas mais diversas necessidades mesmo que, para isso, se desloquem por vários quilômetros e já nem percebiam a distância ou a falta de desenvolvimento em seus locais de origem, facilitando o empoderamento da classe dominante capitalista (HARVEY, 2006).

Portanto, este estudo vem clarificar que desenvolvimento regional não baseia-se apenas na abertura de postos de trabalho, na educação superior ou acesso à transporte, se a população não consegue nem mesmo terminar o ensino fundamental ou não possui o suficiente para abandonar definitivamente a classificação de miserável.

É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2010, p. 28).

Pode-se perceber, portanto, que o foco do Estado deve ser um leque bem mais amplo, em que seja possível considerar questões variadas que possam ir além do aumento da renda, com o objetivo de proporcionar à população fatores primordiais à melhoria da condição de vida, conforme aqueles demonstrados nos objetivos do milênio.

Crescimento econômico é importante sim, mas apenas esse item, trabalhado de forma isolada, não é suficiente para garantir que os municípios tenham autonomia e que venham a se desenvolver de maneira constante e progressiva.

A falta de oportunidades nos municípios da microrregião, sejam eles de ordem socioeconômica ou algum outro, historicamente deslocou inúmeros migrantes para Imperatriz - MA, conforme relatado no item 4.1. Entretanto, um dos motivos do deslocamento atual são as oportunidades de emprego geradas em Imperatriz - MA, conforme pode ser verificado no item 4.3.

A partir deste estudo, ficou demonstrado que Imperatriz – MA se apresentou atrativa aos trabalhadores, gerando oportunidades em diferentes segmentos, tais como o de construção civil e no setor de celulose, que possui dois diferenciais: o primeiro absorve mão de obra com pouca qualificação profissional, enquanto que o segundo espalhou sua malha de oportunidades de emprego na maioria dos municípios da microrregião.

Tais fatores acentuaram a relação de conectividade entre Imperatriz - MA e os demais municípios, pois proporcionaram oportunidades de emprego de maneira crescente e descentralizada.

Enquanto todo o Brasil, inclusive o Maranhão, passava por recessão no estoque de empregos na construção civil, Imperatriz – MA mantinha seu processo de

crescimento, pois precisava atender à demanda de crescimento da área urbana, na criação de novos condomínios e suporte à construção civil na área industrial.

O consumo dos assalariados tem a determinar o nível global de emprego, cabendo-lhe um papel ancilar no processo de desenvolvimento. Assim sendo, o que garante o dinamismo à economia capitalista é a forma como se utiliza a massa de renda que reverte aos empresários o que estes poupam. (FURTADO, 1983, p. 162).

Conforme afirma o Furtado (1983), quanto mais consumo mais emprego, tornando o trabalho um auxiliar no processo de desenvolvimento, pois o emprego gera renda, que gera consumo, que gera necessidades e proporciona ao capitalismo a manutenção do poder, pois os capitalistas estarão prontos a atender as demandas geradas a partir desse consumo.

Assim sendo, a grande oferta de empregos gerados em Imperatriz - MA trabalha por si só, fazendo com o que o trabalhador consuma na própria cidade o salário obtido e isso contribui para a permanência da centralização de Imperatriz-MA (CHRISTALLER, 1966).

O último aspecto foi direcionado à relação de dependência dos municípios da microrregião com Imperatriz - MA, em que se verificou tal relação frente ao ensino superior, transporte, saúde e serviços públicos. Os dados mostrados nesse aspecto apontaram que as oportunidades de acesso ao ensino superior em Imperatriz - MA contribuíram para o desenvolvimento regional, pois os municípios estudados não dispõem das condições de ensino encontradas em Imperatriz - MA.

Nos casos de acesso ao ensino superior, a ação do Governo em projetos como o PROUNI foi fundamental para a população mais carente, pois permitiu que jovens de baixa renda tivessem acesso ao ensino superior em faculdades particulares.

Houve evolução no quesito educação em todos os municípios e isso se refletiu no IDHM destes, já que educação é um item básico na composição desse indicador. Há pouco mais de 20 anos, a maioria dos municípios não possuía nem 1% de seus jovens no ensino superior e hoje todos já estão devidamente representados nas IES.

É certo que o percentual ainda é pequeno em alguns municípios, como é o caso de Ribamar Fiquene e Vila Nova dos Martírios, e políticas públicas de investimento nessa área podem ajudar a aumentar esse número com o objetivo de

reverter para o município um maior número de pessoas com pensamento crítico e mão de obra mais qualificada.

Importante ainda ressaltar que as melhores oportunidades de transporte localizam-se em Imperatriz - MA, seja por meio do serviço aéreo ou terrestre. No Estado do Maranhão, além do aeroporto de São Luís, apenas o aeroporto de Imperatriz – MA recebe grandes voos comerciais regularmente.

Esse aeroporto facilita a vida dos moradores da microrregião e favorece o transporte da produção local.

Empresas de transporte urbano, via ônibus ou vans, ligam as cidades da microrregião entre si, favorecendo o atendimento de necessidades de locomoção da população, principalmente quanto ao acesso aos serviços públicos instalados em Imperatriz - MA, ao comércio ou a escolas.

Dallabrida (2016) afirma que “o objetivo finalístico dos processos de desenvolvimento territorial é a dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida da população sem o que não se pode falar em desenvolvimento.” (DALLABRIDA, 2016, p. 32).

Essa afirmação remete ao objetivo de que qualquer ação que seja realizada pelos governantes só é válida se o objetivo final for o de proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população, pois caso contrário, sua implementação não se justifica.

Isso aponta para o fato de que, embora politicamente haja divisão entre os municípios da microrregião, as ações deveriam ser pensadas de forma coletiva, como ação única para o atendimento das necessidades da população, como o simples fato de acesso ao transporte urbano, por exemplo.

Continuando a avaliação da dependência, foram verificadas as condições de acesso à saúde. De uma maneira geral, os pacientes são encaminhados para atendimento em Imperatriz - MA, pois é a cidade onde há hospitais referenciados de média e alta complexidade, mas também dirigem-se aos hospitais por iniciativa própria, uma vez que Imperatriz/MA é de fácil acesso e atende diversas especialidades.

O problema é que outros municípios de fora da região referenciada também utilizam o serviço do hospital municipal, fato que onera o processo de saúde e acaba prejudicando a população que poderia ter um melhor atendimento, já que o Governo

Federal não realiza repasse para o atendimento da população que reside fora da área de referência.

Ademais, Imperatriz – MA dispõe de diversos órgãos públicos que são utilizados pela população, como a agência da Receita Federal, do INSS e unidades do Sistema S, como o SEBRAE, SENAI, SENAC, SESI e SEST SENAT, sendo que estas têm por premissa o investimento na formação e capacitação da mão de obra em diversos segmentos para atender a demanda da região, seja como empreendedor, mão de obra para indústria, comércio ou transporte.

Cidades como Açailândia já dispõem dessas unidades, mas este é um município cuja população já ultrapassa os 100.000 habitantes, fato totalmente atípico, pois os demais municípios não chegam a 40.000 e, portanto, não possuem demanda para que tais instituições se instalem em seus domínios.

Toda a modernização pela qual a região tem passado causa efeitos e desperta esperança de dias melhores, transcrita nas palavras de Martins (2008):

É constituída pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria da globalização, dos que têm fome e sede e não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos. (MARTINS, 2008, p. 19).

Portanto, para não cair nessa miséria anunciada, há que se perceber o todo onde o desenvolvimento está inserido, e não apenas os interesses de meia dúzia detentora do capital, pois caso contrário, ocorrerá crescimento econômico sim, mas a região, e não apenas Imperatriz - MA, ainda correria o risco de ser comparada aos lugares isolados de antigamente.

Todas as ações que já foram descritas devem se refletir na melhoria da qualidade de vida da população e, no caso deste estudo, de todos os municípios da microrregião.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados apresentados foi possível verificar algumas das maneiras como a centralidade de Imperatriz – MA contribui para o desenvolvimento regional.

Quanto à primeira ação, correspondente ao primeiro objetivo específico, o contexto histórico foi marcado por ciclos econômicos, principalmente nos 100 primeiros anos de Imperatriz – MA, e o período de maior crescimento foi a década de 1970, quando diversas iniciativas contribuíram para o início do desenvolvimento e, conseqüentemente, da centralidade conforme levantamentos feitos por Franklin (2008).

Não foi possível observar que o desenvolvimento buscado para a região de Imperatriz – MA tenha partido de um projeto específico, mas sim por sua força política exercida durante décadas e por sua inserção territorial, o que destaca as condições geográficas como variável pertinente, em razão da posição do município no sul do Maranhão e também dos estados do Pará e Tocantins. A necessidade de abastecimento e transposição de distâncias proporcionou o desenvolvimento da região e a centralidade de Imperatriz – MA.

Fatores como a construção da rodovia Belém-Brasília e o fortalecimento das atividades comerciais, por exemplo, no fornecimento de variados itens para o abastecimento de trabalhadores que passaram a trabalhar na mineração, além da posse de terras devolutas, contribuíram para dinamizar as atividades econômicas presentes em Imperatriz – MA. Os investimentos públicos em transporte e a expansão das atividades econômicas em razão da industrialização brasileira do século passado retiraram a cidade do isolamento característico.

Os dados históricos apontam que o fator de atração de migrantes para Imperatriz – MA foi a existência de terras devolutas, usadas tanto para o plantio de arroz quanto para a criação de gado. Na época desse advento, Imperatriz – MA ainda não havia desmembrado os seis últimos povoados que vieram a se transformar em municípios e, portanto, havia uma considerável porção de terras que foram tomadas de posse por fazendeiros, que se espalharam por toda a região, fazendo-a se desenvolver por meio da produção agrícola e da criação de gado, fato que, além de povoar os distritos, ainda culminaria em novas oportunidades de emprego.

Ficou evidenciado ainda que nem mesmo os processos de emancipação de vários municípios enfraqueceram a economia de Imperatriz - MA. Ao contrário, os municípios se emanciparam, mas como não possuíam condições para se desenvolver, continuaram dependentes de Imperatriz – MA, ou seja, os lugares emancipados passaram a ter autonomia política, mas as necessidades básicas continuaram satisfeitas em Imperatriz – MA. Esta condição contribui para que a centralidade permaneça, considerando que a maioria dos serviços são pagos e isso faz com que o capital fique concentrado no local onde as soluções são buscadas, fortalecendo ainda mais a relação de dependência dos municípios em relação à Imperatriz - MA.

Observou-se que o passar das décadas não diminuiu o poder de atração que Imperatriz - MA exerce sobre migrantes de outras partes do país, considerando o estudo de ocupação do solo referentes aos períodos de 2008, 2010 e 2012 respectivamente, períodos em que a concentração urbana aumentou exponencialmente. A instalação de grandes fábricas, shoppings e contínuas oportunidades no ensino superior foram fatores que contribuíram para que a centralidade de Imperatriz – MA continuasse a acontecer, atraindo trabalhadores, compradores e estudantes de diferentes origens, modificando o perfil urbano do município.

Uma outra consideração importante seria a forma de governo do Brasil, com gestão autônoma para o país, estados e municípios. Esta maneira de governar oferece a autonomia política, mas nem sempre existe a autonomia financeira, com a respectiva capacidade de geração de receita pelos municípios, que ficam à mercê dos recursos federais para sua subsistência, fato característico do federalismo brasileiro.

Um dos objetivos do federalismo seria a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento para os municípios, mas percebe-se que dinâmica de desenvolvimento regional no país é distinta; conforme pôde ser verificado neste trabalho, a maioria dos municípios atua como fornecedores de recursos para a cidade central, do que propriamente como beneficiados com o arranjo federativo.

Os municípios possuem gestão autônoma, com um universo de responsabilidades, desde o transporte público, passando pela promoção da saúde, entre outras responsabilidades, mas não possuem a condição econômica suficiente para prover tais benefícios à sua população. O fato de as pessoas se deslocarem

para Imperatriz/MA retrata essa dificuldade, pois ao não encontrar em suas sedes o que necessitam, as pessoas vão em busca de outra opção, desestruturando o modelo de autonomia que é dado aos municípios.

Não existe uma análise de condição econômica no ato de emancipação do município, ficando esta responsabilidade nas mãos dos eleitores durante um plebiscito que define a criação de mais um município.

Segundo Harvey (2014), “a urbanização sempre foi algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou alguém, enquanto que o controle [...] costuma permanecer nas mãos de poucos” (HARVEY, 2014, p. 30) e funciona como atrativo para os trabalhadores, que se deslocam para os grandes centros, tal qual acontece com Imperatriz – MA, que é a cidade onde se tem trabalho por mais tempo e não se depende de fatores como condições climáticas, por exemplo, que fazem o homem depender disso para auferir algum retorno econômico.

Nos grandes centros, é possível atuar em várias frentes de trabalho, como por exemplo, na construção civil, que continuamente se expande e oferece oportunidades de emprego às diversas classes sociais e culturais, garantindo a condição mínima necessária à sobrevivência, aumentando o poder de centralização de Imperatriz – MA em relação aos demais municípios da microrregião estudada.

Esta disparidade entre os interesses se reflete na microrregião de Imperatriz/MA, onde todos trabalham e dão sua contribuição, entretanto a disparidade continua sendo sentida, tanto entre os municípios, quanto entre os cidadãos, inexistindo um esforço que seja comum para o bem estar da coletividade e o desenvolvimento mais justo.

Tais disparidades socioeconômicas foram percebidas durante os levantamentos que buscaram identificar o perfil socioeconômico de toda a microrregião, em diversos indicadores como a relação entre município x distância de Imperatriz - MA, o IDHM de cada um, além de trazer a colocação de cada município no ranking nacional, frente a esse indicador.

Outras variáveis como o índice de Gini e renda *per capita*, PIB e objetivos do milênio também foram identificados, o que possibilitou demonstrar que Imperatriz – MA é a única entre os 16 municípios que detém o IDHM de nível alto e que 6 municípios, embora existam há décadas, permanecem com o IDHM de nível baixo.

A concentração de renda foi fortemente percebida para a maioria dos municípios, chegando a aumentar em algumas localidades, em vez de diminuir. Curiosamente, Itinga do Maranhão foi o único município a apresentar decréscimo na renda *per capita*, fato que pode ter sido influenciado pela baixa produção do município.

Todos esses indicadores podem ser refletidos nos resultados identificados nos números dos objetivos do milênio estabelecidos pela ONU, e foi possível observar que existem objetivos que nenhum município atingiu ou cujos trabalhos nem foram iniciados, como é o caso de Amarante do Maranhão – MA para os objetivos 3, 4 e 10.

O único objetivo do milênio pontuado em 100% ou mais por todos os municípios foi a redução da população que sofre de fome, mas não há indícios de que isso tenha ocorrido como benefício da centralidade de Imperatriz - MA, e sim provavelmente devido aos programas de redistribuição de renda, liderados pelo Governo Federal, que impactam também nos demais indicadores, principalmente os financeiros.

A pouca renda gerada nos municípios, sem qualquer atração para investidores, aumenta a dependência não somente em relação ao lugar central mais próximo, mas também de programas de distribuição de renda e de assistencialismo promovido pelos governos, seja no âmbito federal ou estadual. Essa problemática eleva sobremaneira os custos do Brasil e coloca os municípios em situação apenas de governabilidade, mas não em situação de independência econômica, que seria o ponto chave do federalismo.

Abrigando as maiores oportunidades de emprego da região, devido a diversos fatores como ampliação do espaço urbano, chegada de novas indústrias e de novos empreendimentos comerciais, Imperatriz – MA sempre foi demandada por migrantes tanto do Maranhão quanto de outros estados.

Com tal premissa, o terceiro objetivo específico dedicou-se a verificar as oportunidades de emprego geradas na construção civil e em uma empresa de celulose. Foi possível perceber que Imperatriz – MA continuou seu crescimento em postos de trabalho na construção civil e produziu centenas de oportunidades de emprego na fábrica de celulose, beneficiando a maioria dos municípios da microrregião, enquanto o restante do Brasil sentia os efeitos da crise iniciada em 2008.

Os postos de trabalho na empresa de celulose ampliaram-se ainda para a mão de obra terceirizada, principalmente no plantio do eucalipto, matéria prima da celulose, em que mais de 11.000 postos de trabalho são ativos e espalhados pela microrregião, fruto da descentralização do plantio de eucalipto.

Essa terceirização, inclusive, é fruto de uma nova visão das relações trabalhistas, em que é possível admitir novas formas de trabalho, corroborando as afirmações de Arrighi (1997), que afirma que a evolução do capitalismo é semelhante a evolução da história da classe trabalhadora, enfatizando as mudanças das condições de produção a novas formas de organização do trabalho e da experiência dos trabalhadores.

Essas alterações decorrem da lógica da exploração do trabalho e da inserção subordinada das regiões brasileiras à divisão internacional do trabalho decorrentes da globalização capitalista, o que torna o território da microrregião de Imperatriz expressão das contradições do capital. A expansão econômica produz empregos na região, porém associados majoritariamente à terceirização, prática que pode incentivar ainda mais a redução do poder de compra dos trabalhadores, a perda de benefícios, entre outros, pois a terceirização é decorrente da busca por ampliação da margem de lucro em detrimento da qualidade de vida.

Grandes empresas, como aquelas que se instalaram na microrregião de Imperatriz, tendem a terceirizar parte significativa dos processos produtivos com o fornecimento de mão de obra terceirizada por pequenas empresas, denotando um processo de expansão econômica pautado na precarização das condições de trabalho. Conforma-se um processo de crescimento econômico que produz barreiras para o desenvolvimento da microrregião, mediante os efeitos decorrentes que a redução dos custos com o fator trabalho propiciam.

No quarto objetivo específico, buscou-se conhecer a relação de dependência dos municípios da microrregião estudada, em relação à Imperatriz, em fatores como acesso ao ensino superior, transporte, saúde e serviços públicos. Fora o aeroporto da capital São Luís, observou-se que aeroporto só existe em Imperatriz– MA e há certa dependência também em transporte terrestre.

Ademais, os dados coletados apontam que, mesmo que houvesse emprego para todas as pessoas em seus municípios, em alguns casos elas ainda precisariam se deslocar para Imperatriz – MA, pois serviços como agência da Receita Federal e

hospitais de média e alta complexidade só existem lá e, invariavelmente, não dependem da iniciativa privada para sua instalação nos municípios.

Furtado (1974) afirma que “subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país”, mas que é medido por meio do “grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderna”.

Com tais considerações, observou-se que, independentemente do tempo de criação de cada município que compõe a microrregião de Imperatriz – MA, todos eles, em maior ou menor proporção, em um ou em outro item pesquisado, dependem de Imperatriz – MA para emprego, estudos, hospitais, transportes, necessidades básicas que são de direito de todos os cidadãos, mas que nem sempre se encontram em seus locais de moradia.

Em vários aspectos, as cidades continuam dependentes de Imperatriz – MA e não foi possível perceber objetivos definidos para romper essa dependência.

Muitos destes municípios que não possuem o poder de atração de iniciativas para gerar o desenvolvimento acabam por acomodar-se com os repasses recebidos do governo federal, com custos de governabilidade altos, mas sem as condições necessárias para romper com essa dependência. As ações previstas no pacto federativo reforçam as relações de dependência em razão da insuficiência de recursos para o atendimento de todas as obrigações legais, manifesta tanto em relação ao lugar central quanto ao suprimento de recursos advindos do governo federal.

Observando o acesso ao ensino superior, as IES de Imperatriz – MA abrigam 30% de estudantes de outros municípios, contribuindo para seu acesso à graduação, possibilitando reverter o conhecimento adquirido em prol do desenvolvimento de seus locais de origem. Mesmo que não seja possível afirmar que Imperatriz – MA tenha se estabelecido como um polo de educação, pode-se dizer que ela contribui para a formação de profissionais de toda a microrregião, com números crescentes ano após ano.

Ademais, o transporte urbano existente em Imperatriz – MA favorece com maior propriedade os municípios mais próximos como João Lisboa, Amarante do Maranhão, Davinópolis, Governador Edison Lobão e Senador La Rocque. Aqueles onde não há oferta de ônibus do transporte urbano são atendidos por meio de

cooperativas de vans, que servem a 100% dos municípios da microrregião de Imperatriz - MA.

Os hospitais referenciados constituem a opção mais rápida para urgências e emergências, além de outras necessidades como neurocirurgias e tratamento contra o câncer. Entretanto, a procura por serviços de saúde poderiam ser menor, com a efetivação de políticas públicas de saneamento, educação e saúde, uma vez que é preocupante o índice de mortes causadas por doenças infecciosas e parasitárias, sendo estas evitáveis, conforme demonstra o estudo de Rego (2013).

Ressalta-se que o pacto federativo pode reforçar os desequilíbrios presentes na microrregião, pois é possível ao governo federal realizar convênios diretamente com os municípios, inclusive aqueles com forte poder econômico, contribuindo ainda mais para a centralidade destes municípios. Por exemplo, ao construir o Hospital Macrorregional em Imperatriz/MA, tal ação favorece ainda mais a centralidade quanto aos processos de saúde neste município, aumentando a relação de dependência dos municípios menores sem a necessária contrapartida centrada na prevenção, possibilitada, por exemplo, com o saneamento básico.

Entende-se que os objetivos geral e específicos foram atendidos, haja vista que a pesquisa demonstrou as condições históricas que estabeleceram Imperatriz como lugar central e identificou-se o perfil socioeconômico da microrregião de Imperatriz, com a caracterização do desenvolvimento atual dos municípios da microrregião. Ato contínuo, foram verificadas as oportunidades de emprego encontradas em Imperatriz/MA, com foco na construção civil e no ramo de celulose, além de conhecer a relação de dependência dos municípios da microrregião com o município de Imperatriz, em tópicos referentes ao ensino superior, transporte, saúde e serviços públicos.

Os dados sugerem que poderia ser realizada uma análise, por parte das autoridades competentes, dos dados obtidos, com o objetivo de planejar em conjunto, atraindo ou criando as condições necessárias para o desenvolvimento da microrregião como um todo, evitando a concentração capitalista em apenas um ou outro local, fato que interessaria tão somente a classe burguesa, em detrimento da população, a parte realmente afetada por tais decisões.

Este estudo demonstrou que realmente existe a contribuição de Imperatriz/MA para o desenvolvimento regional, mesmo que involuntária ou não planejada. Entretanto, para o desenvolvimento regional não é interessante que as cidades

periféricas permaneçam estagnadas. A dinâmica econômica associada a investimentos públicos e privados favoreceu o desenvolvimento de Imperatriz/MA.

O desafio consiste em distribuir os resultados de modo eficiente pelo território para que se alcance condições regionais mais equilibradas quanto a centralidade de Imperatriz e aos recursos disponíveis para os demais municípios. A desigualdade entre os municípios se acentua como fruto da concentração capitalista, como preconizado Harvey (2014), ao afirmar a acumulação capitalista, sem nenhum tipo de controle, é capaz de destruir cidades.

Porém, o desenvolvimento da microrregião ou de qualquer outro território está associado ao contexto histórico e econômico que resultam em dinâmicas territoriais que requerem políticas públicas efetivas quanto a melhor distribuição dos recursos sociais e econômicos.

A análise ora apresentada aponta apenas alguns dados e é sabido que diversos outros indicadores, aqui não pontuados, devido à delimitação do estudo, podem e devem ser pesquisados em outros estudos, com o objetivo de verificar maneiras apropriadas para a pulverização do desenvolvimento, de maneira que seja possível planejar o acesso às necessidades básicas para uma população, fazendo com que a emancipação não seja apenas uma separação política ou geográfica, mas que seja encontrado o mais próximo possível dos locais de residência o básico necessário à vida digna e segura.

Observa-se que é possível tecer iniciativas que beneficiem a população, principalmente em função da centralidade exercida por Imperatriz – MA, mas tais iniciativas precisam ser planejadas de maneira coerente entre o poder público e o cidadão.

Estudo sobre a necessidade de elaboração de um projeto que contemple propostas para o desenvolvimento regional, foi realizado por Vieira e Santos (2012), quando analisaram o processo de descentralização do desenvolvimento no Vale do Paraíba, em São Paulo, por meio do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP). Na época do consórcio, 74,7% das indústrias estavam concentradas em São Paulo, gerando a necessidade de racionalizar os recursos disponíveis, melhorar o atendimento à população, além de criar condições que ampliassem o desenvolvimento econômico e social da região.

Para Vieira e Santos (2012), ficou constatado que o crescimento desigual entre as várias cidades do Vale do Paraíba transformava os problemas localizados

em problema de todos, de maneira generalizada, pois a falta de opção em determinadas cidades, deslocava a população para os grandes centros, tal qual acontece hoje na microrregião de Imperatriz.

Excetuando-se esta questão, havia o crescimento descontrolado das cidades maiores, que acontecia sem planejamento, implicando no fato de que os serviços públicos necessários não conseguissem acompanhar o aumento da população, fato semelhante observado hoje em Imperatriz/MA.

Diante disso, reafirma-se a necessidade de traçar um planejamento com vistas à promoção do desenvolvimento regional da microrregião de Imperatriz, com a implantação de políticas públicas em diversas frentes como infraestrutura, saúde, cuidados ambientais, sendo que este último precisa ser observado com rigor frente ao processo de industrialização, entre outros. Cabe salientar que a visão estratégica da microrregião, favorece o desenvolvimento como um todo e fortalece as iniciativas junto aos entes estadual e federal.

Imperatriz – MA contribuiu e contribui para o desenvolvimento regional, mas ainda existe muita coisa a ser realizada, principalmente se houver interesse daqueles que detêm o poder há décadas e que têm usufruído dos benefícios da concentração capitalista. É necessário entender que quando todos se desenvolvem, todos saem ganhando.

REFERÊNCIAS

ACII – Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, **Perfil Imperatriz Maranhão**. Imperatriz, MA, 2011.

ARRIGHI, G. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BECATTINI, G. Dal settore industriale al “distretto” industriale. Alcune considerazioni sull’unità d’indagine dell’economia industriale. **Rivista di economia politica industriale**, v. V, n. 1, 1979.

BRANDÃO, Z. **Entre questionários e entrevistas**. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). Família & escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. PNUD, IPEA. Indicadores socioeconômicos. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em: 08 nov.2016.

_____. **Ministério do Trabalho e Emprego** – MTE, CAGED, disponível em:<<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev/2017.

_____. **Ministério do Trabalho e Emprego** – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). 2017. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/banco-de-dados-2/banco-de-dados/evolucao-anual-do-emprego-rais/>>. Acesso em 27 abr.2017.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Agrário** - MDA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, Brasília -DF, Brasil 30 de maio de 2005, Série Documentos Institucionais.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, R. G. P. **Judicialização da saúde e a efetivação do acesso a medicamentos em Imperatriz-MA**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. R. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CF - **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 fev.2017.

CLEMENTE, A. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental** (IPEA), v. 3, p. 23-38, 2009.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**, New Jersey: Prentice-Hall, 1966. (Trad. C.W. Baskin).

DALLABRIDA, V. R. **A Gestão Territorial Através do Diálogo e da Participação**, IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UNIJUÍ, 2007.

_____. **Desenvolvimento Regional. Porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1ª ed., Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2010.

_____. **Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais** / Adriana Marques Rosseto... (et al.); Valdir Roque Dallabrida (org.). – Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

_____. **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial** / Valdir Roque Dallabrida (organizador) – São Paulo, SP: LiberArs, 2013

_____. **Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a indicação geográfica como referência** / Valdir Roque Dallabrida (org.) - São Paulo: LiberArs, 2014.

_____. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2016.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O., Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. Blumenau, 1 (1), p. 85-94, 2013.

FAÉ, R.; FLORES, R. K. Os Limites do “Desenvolvimento Local” e as Possibilidades Abertas pela Abordagem Dialética Proposta por David Harvey para Compreender uma Região. **Revista Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte: volume 6, número 15, p. 407-435, set/dez 2012.

FAVARETTO, A. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12).

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz** – Imperatriz-MA, Editora Ética, 2008.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GEORGE, P. **Diccionario Akal de Geografía**. Madrid: Akal Ediciones, p. 101, 2004.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da des-territorialização - Territórios, cultura e des-territorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Bontempo, 2013.

_____. **Cidades Rebeldes – Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1961.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mapas políticos do Estado do Maranhão, disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com/maranhao/mapa->

politico.htm>, acesso em: 12 jan.2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Portal de mapas. Disponível em <<http://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php>> acesso em 12 de jul.2017.

INFRAERO- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, informações sobre transporte aéreo de Imperatriz, disponível em: <<http://www4.infraero.gov.br/aeroportos>>. Acesso em: 03 fev.2017.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mapas de uso do solo, disponível em:<www.inpe.br>. Acesso em: 04 fev.2017.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, índice de GINI, disponível em:<<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso: em 06 fev.2017.

IPECE – Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará – índice de GINI, disponível em:<<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 08 nov.2016.

JOHNSTON, R. J.; et al. **Dicionário Akal de Geografía Humana**. Barcelona: Akal Ediciones, p. 96, 2000.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA A. C. C.; SIMÕES R. F. **Centralidade e Emprego na Região Nordeste do Brasil no Período de 1995/2007**. Belo Horizonte, Nova Economia, vol. 20, p. 39-83, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. **Fundamentos da Metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. 8ª ed. Madrid: Editorial Aguilar, 2011.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **Para a crítica da economia política** – manuscrito de 1861 – 1863, cadernos I a V, terceiro capítulo – O capital em geral. Tradução Leonardo de Deus. São Paulo: Autêntica Editora, 2010

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Saga, 1965.

NOGUEIRA, E. O. **A Construção Civil e o Desenvolvimento no Município de Imperatriz – MA**. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, 2015.

OECD. **The Knowledge Based Economy: a set of facts and diagrams**. Apresentado em 1999 Ministerial meeting on science and technology policy. Paris: OECD, 1999.

OLIVEIRA, A. L. Comportamento Organizacional e Pesquisa Qualitativa: algumas reflexões metodológicas. In: CHAMON, E. M. Q. O. (org.) **Gestão e Comportamento Humano nas Organizações**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

ONU – Organização das Nações Unidas – Objetivos do Milênio - disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 06 fev.17.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. Raízes, Florianópolis, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, 2005.

_____. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79-105, abr. 2009.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em: 28 jun.2017.

PETIGREW, A. M. The character and significance of strategy process research. **Strategic Management Journal**. Chichester, Winter, 1992.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

_____. **O Conceito de Polos de Crescimento**. In: SCHARTZMAN, Jacques. Economia Regional: Textos Escolhidos: Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-156.

_____. **Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento**. Lisboa-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

Portal CityBrasil. Subdivisão da Microrregião de Imperatriz. Disponível em <http://www.citybrazil.com.br/ma/microregiao_detalhe.php>. acesso em 12 de jul.2017

Portal ODM, disponível em: <www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm>. Objetivos do Milênio. Acesso em: 04 fev.2017.

Prefeitura Municipal de Imperatriz, informações sobre arrecadação, saúde, transporte e educação, 2017.

REGO, I. L. **Regionalização da saúde: implicações à construção de redes de saúde interfederativas**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável** / Org. Paula Yone Stroh, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALES, F. C. V; CARDOSO K. L.A Evolução Econômica de Imperatriz-MA: no Período de 1990 a 2010. In: RODRIGUES, A. P.; SALES, F. C. V. (org.) **Administração: Integração para o desenvolvimento regional: ensaios acadêmicos do Curso de Administração da Faculdade de Imperatriz – FACIMP / Imperatriz, MA, Ética**, 2014.

SANCHES, E. **Falando de Desenvolvimento: questões, respostas, reflexões**. Imperatriz: HumanaMente, 2004.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. SP: Hucitec / Educ, 1994.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24ª ed. São Paulo: Record, 2015.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. Por uma História do Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, p. 279-295, 2011. Disponível em: <v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil > Acesso em: 14 nov.2016.

_____; _____. História do Desenvolvimento: Limites de um Campo de Pesquisa. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/1472>>. Acesso em: 14/11/2016.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: uma Concepção Multidimensional Voltada para a Cooperação e para o Desenvolvimento Territorial**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SEST SENAT, informações sobre a Unidade de Imperatriz, 2016. Disponível em: www.sestsenat.org.br. Acesso em: 03 fev.2017.

SILVA, W. R. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Revista Eletrônica Geografia**, volume 12, número 2, jul-dez/2003, disponível em www.geo.uel.br/revista.

SOUSA, M. C. L. **A expansão do Ensino Superior no município de Imperatriz (MA) como fator de Desenvolvimento Regional**. 2016.102 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, 2016.

SOUZA, M. L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SUZANO PAPEL E CELULOSE, Relatórios de Sustentabilidade; informações sobre plantio, 2017.

TASSARA, A. K. A. S. **Industrialização e Desenvolvimento: Um Estudo dos Municípios de Goiatuba (GO) e Morrinhos (GO) na década de 2000**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté/SP, 2016.

TENÓRIO, F.G. A Unidade dos Contrários: Fordismo e Pós-fordismo. **Revista de Administração Pública**, vol. 45, número 4. Rio de Janeiro, agosto/2011.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VAZ, J. P. **Desigualdade Social e Produtividade Social no Brasil de 1960 - 2000**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2005.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na Segunda Metade do Século XX**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **As Ferramentas Quantitativas e Qualitativas na Análise Histórica do Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba de 1970-**

2000. Diálogos (Maringá. Online), v. 17, n.1, p. 279-307, jan.-abr./2013.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. **Industrialização e Desenvolvimento Regional: política do CODIVAP no Vale do Paraíba na década de 1970**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, ano 2, n. 2, p. 161-181, nov./2012.

ANEXO A – PLANTIO DE EUCALIPTO NO ESTADO DO MARANHÃO



Imperatriz - MA, 30 de Dezembro de 2016

Prezada,

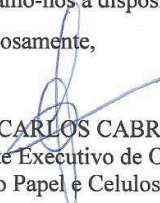
Em atendimento a sua solicitação recebida em 27/12/2016, referente a sua dissertação de mestrado com o tema “A CONTRIBUIÇÃO COM A CENTRALIDADE DE IMPERATRIZ PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL”, seguem informações referentes a área de plantio utilizada em cada município do Estado do Maranhão:

Município	Área Plantada*
◊ AÇAILÂNDIA	17.327,97
BOM JARDIM	4.997,15
BOM JESUS DAS SELVAS	2.741,31
◊ BURITIRANA	849,99
CAROLINA	731,16
◊ CIDELÂNDIA	3.731,43
ESTREITO	7.152,92
FEIRA NOVA DO MARANHÃO	2.358,63
◊ GOVERNADOR EDISON LOBÃO	311,25
GRAJAÚ	5.833,46
◊ IMPERATRIZ	8.022,35
◊ ITINGA DO MARANHÃO	7.492,03
◊ JOÃO LISBOA	459,98
PORTO FRANCO	261,68
RIACHÃO	885,33
◊ RIBAMAR FIQUENE	236,33
◊ SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	3.109,44
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	1.480,16
◊ SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	12.134,00
SÃO PEDRO DOS CRENTES	3.269,79
SÍTIO NOVO	4.124,37
◊ VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	1.330,99
Total Geral	88.841,71

*Base: até o fechamento de 01/12/2016

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


LUIZ CARLOS CABRAL
 Gerente Executivo de Operações Florestais
 Suzano Papel e Celulose S.A.

SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

○ SEDE: Av. Tancredo Neves, 274 • Bloco B • Sala 121 • CEP 41820-020 • Caminho das Árvores • Salvador • BA • Brasil
 ○ ESCRITÓRIO SÃO PAULO: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 • 5º ao 8º andar • CEP 01452-919 • São Paulo • SP • Brasil
 ○ UNIDADE MARANHÃO: Av. Newton Bello, S/N • Estrada do Arroz • CEP 65919-050 • Imperatriz • MA • Brasil
 ○ UNIDADE RIO VERDE: Av. Miguel Brada, s/nº • CEP 08690-010 • Rio Abaixo • Suzano • SP • Brasil
 ○ UNIDADE MUCURI: Rodovia BR 101 Km 945,4 + 7 Km à esquerda • Caixa Postal: 63 • CEP 45930-000 • Mucuri • BA • Brasil

www.suzano.com.br